



ORGANIZADOR

Leandro de Lima e Silva

A CARREIRA DO ÁRBITRO DE FUTEBOL

pilares e inovações

ORGANIZADOR

Leandro de Lima e Silva

A CARREIRA DO ÁRBITRO DE FUTEBOL

pilares e inovações

| SÃO PAULO | 2021 |



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2021 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2021 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela

Universidade Católica do Paraná, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Alexandre Antonio Timbane

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Alexandre Silva Santos Filho

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Aline Daiane Nunes Mascarenhas

Universidade Estadual da Bahia, Brasil

Aline Pires de Moraes

Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Carolina Machado Ferrari

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Andre Luiz Alvarenga de Souza

Emill Brunner World University, Estados Unidos

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Beatriz Braga Bezerra

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Breno de Oliveira Ferreira

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Carla Wanessa Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Daniel Nascimento e Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Danielle Aparecida Nascimento dos Santos

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Delton Aparecido Felipe

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Doris Roncareli

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Emanuel Cesar Pires Assis

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil





Erika Viviane Costa Vieira
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Everly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fauston Negreiros
Universidade Federal do Ceará, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Barcellos Razuck
Universidade de Brasília, Brasil

Francisca de Assiz Carvalho
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Gabriela da Cunha Barbosa Saldanha
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Gabrielle da Silva Forster
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Guilherme do Val Toledo Prado
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Vitoriano
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira, Brasil*

Helen de Oliveira Faria
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Heloisa Candello
IBM e University of Brighton, Inglaterra

Heloisa Juncklaus Preis Moraes
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Ismael Montero Fernández,
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Jeronimo Becker Flores
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

José Luís Giovanoni Fornos Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Josué Antunes de Macêdo
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Júlia Carolina da Costa Santos
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Juliana Tiburcio Silveira-Fossaluzza
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Karlla Christine Araújo Souza
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leandro Fabricio Campelo
Universidade de São Paulo, Brasil

Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lidia Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Luan Gomes dos Santos de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Luciano Carlos Mendes Freitas Filho
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Marceli Cherchiglia Aquino
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Marcia Raika Silva Lima
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Margareth de Souza Freitas Thomopoulos
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Maria Angelica Penatti Pipitone
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria de Fátima Scaffo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Maria Isabel Imbrônio
Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Luzia da Silva Santana
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Sandra Montenegro Silva Leão
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil



Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Miguel Rodrigues Netto
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegling
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Helena dos Santos Carneiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patricia Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Patricia Mara de Carvalho Costa Leite
Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

Paulo Augusto Tamanini
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Priscilla Stuart da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Radamés Mesquita Rogério
Universidade Federal do Ceará, Brasil

Ramofly Bicalho Dos Santos
Universidade de Campinas, Brasil

Ramon Taniguchi Piretti Brandao
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Rarielle Rodrigues Lima
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Renatto Cesar Marcondes
Universidade de São Paulo, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Rita Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Taiza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcisio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade de Brasília, Brasil

Thiago Guerreiro Bastos
Universidade Estácio de Sá e Centro Universitário Carioca, Brasil

Thyana Farias Galvão
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Valdir Lamim Guedes Junior
Universidade de São Paulo, Brasil

Valeska Maria Fortes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Walter de Carvalho Braga Júnior
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Wagner Corsino Enedino
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wanderson Souza Rabello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Washington Sales do Monte
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc



Adilson Cristiano Habowski <i>Universidade La Salle - Canoas, Brasil</i>	Antônia de Jesus Alves dos Santos <i>Universidade Federal da Bahia, Brasil</i>
Adriana Flavia Neu <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Antonio Edson Alves da Silva <i>Universidade Estadual do Ceará, Brasil</i>
Aguimario Pimentel Silva <i>Instituto Federal de Alagoas, Brasil</i>	Ariane Maria Peronio Maria Fortes <i>Universidade de Passo Fundo, Brasil</i>
Alessandra Dale Giacomini Terra <i>Universidade Federal Fluminense, Brasil</i>	Ary Albuquerque Cavalcanti Junior <i>Universidade do Estado da Bahia, Brasil</i>
Alessandra Figueiró Thornton <i>Universidade Luterana do Brasil, Brasil</i>	Bianca Gabriely Ferreira Silva <i>Universidade Federal de Pernambuco, Brasil</i>
Alessandro Pinto Ribeiro <i>Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil</i>	Bianka de Abreu Severo <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Alexandre João Appio <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos <i>Universidade do Vale do Itajaí, Brasil</i>
Aline Corso <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Bruna Donato Reche <i>Universidade Estadual de Londrina, Brasil</i>
Aline Marques Marino <i>Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Brasil</i>	Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>
Aline Patricia Campos de Tolentino Lima <i>Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil</i>	Camila Amaral Pereira <i>Universidade Estadual de Campinas, Brasil</i>
Ana Emidia Sousa Rocha <i>Universidade do Estado da Bahia, Brasil</i>	Carlos Eduardo Damian Leite <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Ana Iara Silva Deus <i>Universidade de Passo Fundo, Brasil</i>	Carlos Jordan Lapa Alves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Ana Julia Bonzanini Bernardi <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>	Carolina Fontana da Silva <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Ana Rosa Gonçalves De Paula Guimarães <i>Universidade Federal de Uberlândia, Brasil</i>	Carolina Fragoço Gonçalves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
André Gobbo <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>	Cássio Michel dos Santos Camargo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil</i>
André Luis Cardoso Tropiano <i>Universidade Nova de Lisboa, Portugal</i>	Cecilia Machado Henriques <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
André Ricardo Gan <i>Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil</i>	Cintia Moralles Camillo <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Andressa Antonio de Oliveira <i>Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil</i>	Claudia Dourado de Salces <i>Universidade Estadual de Campinas, Brasil</i>
Andressa Wiebusch <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Cleonice de Fátima Martins <i>Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil</i>
Angela Maria Farah <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>	Cristiane Silva Fontes <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>
Anísio Batista Pereira <i>Universidade Federal de Uberlândia, Brasil</i>	Cristiano das Neves Vilela <i>Universidade Federal de Sergipe, Brasil</i>
Anne Karynne da Silva Barbosa <i>Universidade Federal do Maranhão, Brasil</i>	Daniele Cristine Rodrigues <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>



Daniella de Jesus Lima
Universidade Tiradentes, Brasil

Dayara Rosa Silva Vieira
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Rodrigues dos Santos
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deborah Susane Sampaio Sousa Lima
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Diogo Luiz Lima Augusto
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Ederson Silveira
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Elaine Santana de Souza
*Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro, Brasil*

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Elias Theodoro Mateus
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elizânia Sousa do Nascimento
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Emanuella Silveira Vasconcelos
Universidade Estadual de Roraima, Brasil

Érika Catarina de Melo Alves
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Everton Boff
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Fabiana Aparecida Vilaça
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Fabiano Antonio Melo
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Fabricia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fabício Nascimento da Cruz
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fabício Tonetto Londero
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Francisco Isaac Dantas de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Francisco Jeimes de Oliveira Paiva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Gean Breda Queiros
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Germano Ehleret Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Glaucio Martins da Silva Bandeira
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Heliton Diego Lau
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jeanne Carla Oliveira de Melo
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

João Eudes Portela de Sousa
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

João Henriques de Sousa Junior
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Juliana da Silva Paiva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Lais Braga Costa
Universidade de Cruz Alta, Brasil

Leia Mayer Eyng
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcos dos Reis Batista
Universidade Federal do Pará, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Maurício José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Miriam Leite Farias
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Natália de Borba Pugens
Universidade La Salle, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raick de Jesus Souza
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Railson Pereira Souza
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Valdemar Valente Júnior
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Wallace da Silva Mello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Wellton da Silva de Fátima
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Wilder Kleber Fernandes de Santana
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



Direção editorial	Patricia Biegling Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegling
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Caroline dos Reis Soares
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Laura Linck
Editoração eletrônica	Gabrielle Lopes Lucas Andrius de Oliveira Peter Valmorbidia
Imagens da capa	Macrovector, Rawpixel.com - Freepik.com
Revisão	José Isídio da Silva
Organizador	Leandro de Lima e Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A111 A carreira do árbitro de Futebol: pilares e inovações. Leandro de Lima e Silva - organizador. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 175p..

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5939-244-5 (brochura)
978-65-5939-245-2 (eBook)

1. Futebol. 2. Árbitro. 3. Esporte. 4. História. 5. Mental.
6. Físico. 7. Social. I. Silva, Leandro de Lima e. II. Título.

CDU: 796.3
CDD: 790

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.452


PIMENTA CULTURAL
São Paulo - SP
Telefone: +55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



pimenta
cultural

2 0 2 1

AGRADECIMENTOS



Gostaria de iniciar esta seção agradecendo ao Grande Arquiteto do Universo por minha existência e, por ter-me concebido a este mundo, em uma família maravilhosa, que me criou com disciplina e cercado de amor. Aprendi, desde cedo, que um pai pode educar e construir, dentro de seu filho, uma amizade inigualável, de forma que eu não poderia negligenciar o agradecimento ao meu pai e melhor amigo, Sr José Carlos da Silva. Além disso, eu não estaria sendo justo comigo mesmo se, neste momento, não mencionasse o nome da minha matriarca, Sra Ângela Maria de Lima e Silva, que me inspirou desde cedo a lutar até o fim pelas conquistas, a ser um homem bem humorado e de bons costumes. Em particular, gostaria de aproveitar esta oportunidade de enaltecer e agradecer à minha esposa, minha companheira de vida, Sra Vivian Paula Sant'Anna de Lima e Silva que, durante este processo, carregava em seu ventre o pequeno Gael, a primeira semente gerada pelo nosso amor que hoje se acalanta em meu braços, por todo apoio e tranquilidade para que eu pudesse debruçar-me a esta produção, pelo tempo que estive ausente no aconchego do nosso lar. Gostaria também de agradecer ao competente e criativo Sr Victor Paula Sant`Anna, que usou de sua habilidade em arte gráfica para criar a imagem que abrilhanta a capa desta obra.

Nesta obra, contei com a colaboração de pessoas do mais alto nível profissional. Gostaria, primeiramente, de agradecer ao Sr Sérgio Correa da Silva por, além de redigir de forma primorosa o seu capítulo, o de número 6 desta obra, possibilitar e viabilizar o contato e interação com os demais ilustres co-autores deste manuscrito. Bem como aproveito esta oportunidade para agradecer a coautoria de Edson Resende de Oliveira, Manoel Serapião Filho, Marta Magalhães Sousa, Guilherme Fischer Mascarenhas, Rodolfo Alkmim, Joyce

de Lima e Silva, Marcelo de Lima Henrique, Lea Campos, Magna Leilane, e Jurandir Baptista Silva; além dos entrevistados Bruno Arleu de Araújo e Rodrigo Figueiredo Henrique Correa. Essas ilustres personalidades abrilhantaram este manuscrito com suas expertises e aumentaram o nível de conhecimento a cerca dos pilares da carreira do árbitro de futebol.

Leandro de Lima e Silva

Mestre em Ciências do Exercício e do esporte (UERJ);
Doutorando em Ciências do Exercício
e do esporte (PPGEE-UERJ);
Graduado em Educação Física (CREF 043134-G/RJ); e
Árbitro de Futebol (FERJ).



APRESENTAÇÃO

Inicialmente, gostaria de externar aos leitores a minha satisfação ao receber o convite para redigir a apresentação desse livro, coisa quase rara, tratando-se de livro sobre Regras de Futebol.

Conheci o autor, Prof. Leandro de Lima e Silva, em 2008, como aluno da turma do Curso de Formação de Árbitros da Escola de Formação de Árbitros de Futebol da FERJ – EAFERJ, onde sou Diretor. Nesse primeiro momento, vindo ele da EsEFEx, como um dos indicados pelo Exército Brasileiro para fazer o curso de formação de árbitros de futebol.

Desde o início, Leandro se tornou um exemplo de aluno, não só pela sua dedicação ao estudo das Regras de Futebol, como também com a postura adotada com relação a todas as atividades práticas e teóricas do curso, bem como no seu relacionamento com seus colegas de turma, docentes e pessoal administrativo.

Como árbitro de futebol, seguiu uma carreira na FFERJ atuando no quadro da divisão de profissionais com brilhantismo e destaque.

Depois, nos encontramos no Instituto de Educação Física e Desportos da UERJ, ele como aluno de mestrado eu como Diretor da Instituição, onde começou a apresentar seus estudos sobre os árbitros de futebol e que agora estão culminando na edição desse livro e no início do seu curso de doutorado.

O livro que ora apresento é de grande relevância para árbitros de futebol, alunos e profissionais de Educação Física, desportistas e estudiosos dos esportes em geral; pois, em seus conteúdos, aborda o árbitro de hoje, os quatro pilares da arbitragem de futebol (físico,



mental, social e técnico), bem como temas como as “Mulheres no Apito e o VAR” – Vídeo Assistant Referees, temas esses super atuais e que ainda serão objetos de estudos nos próximos anos. Em seu capítulo final, fará com que reflitamos sobre qual será o papel do árbitro de futebol no futuro.

Concluindo, recomendo sua leitura por todos aqueles que gostam de esportes, principalmente do futebol e a todos que querem conhecer e aprofundar-se em arbitragem de futebol, tema que apesar de muitos acharem que conhecem, vão ver que ainda temos muito a estudar sobre uma das figuras centrais de uma partida de futebol, que é o árbitro, e tenho certeza que após a leitura desse livro, os caros leitores verão como é fascinante a arbitragem de futebol.

Boa leitura...

Carlos Elias Pimentel, MS

Ex-árbitro de Futebol do Quadro Internacional (FIFA);
Diretor da Escola de Arbitragem da Federação
de Futebol do Rio de Janeiro (EAFERJ); e
Diretor do Instituto de Educação Física e
Desporto da UERJ (IEFD/UERJ).



PREFÁCIO

O livro “A carreira do árbitro de Futebol: Pilares e inovações” vem contribuir para o conhecimento científico específico, referente ao panorama geral dos pilares que envolvem o árbitro de futebol. O alto nível de conteúdo está garantido pelas personalidades convidadas para discorrer sobre os tópicos desta obra, sendo que algumas delas estão vinculadas à entidade reguladora do Futebol no país; outras, com vulto científico ou que marcaram época, aquelas que estão participando do processo de renovação da arbitragem e do futebol.

O futebol e a arbitragem vêm passando por um período de adequação, em que diversos ajustes e sistemas vêm sendo implementados e evoluídos. Nessa linha de raciocínio, há de destacar-se a implementação do árbitro de vídeo, além de mudanças na interpretação de algumas regras do jogo. A arbitragem apresenta um esforço contínuo para realizar um exímio trabalho para a comunidade futebolística. Isso requer uma exigência de variáveis físicas, psicológicas, afetivas e atitudinais para as tomadas de decisão com a maior precisão possível desses profissionais, durante suas atuações nos jogos.

O longo processo de construção de carreira e preparação para atuação dos árbitros se apresenta como o incentivo principal do autor para a confecção desta obra. O passado, o presente e o futuro são abordados no presente registro literário, que servirá de apoio e referência para os árbitros de futebol, os amantes da arbitragem e os amantes do futebol que desejem saber um pouco mais sobre a preparação e construção da figura do árbitro, que tem a função de aplicar as regras dessa apaixonante e democrática modalidade desportiva, no Brasil e no mundo.



Os capítulos constituintes desta obra apresentam os pilares físico, mental, social e técnico da carreira do árbitro de futebol como resultados oriundos da história, da ciência e do conhecimento prático e filosófico. Para tal, fez-se uma abordagem na linha do tempo que incluiu, entre outros temas, as mulheres no apito e a aplicação do VAR como um avanço tecnológico. Esta obra discute, em seus capítulos, temas importantes para os árbitros de futebol ascenderem e se manterem em alto nível. Esses temas permitem desenvolver linhas de raciocínio e pesquisa sobre o árbitro de futebol, respeitando todo os fatores éticos do esporte.

Recomendo aos leitores uma bela e prazerosa degustação sobre as linhas escritas nesta obra, fomentada por excelentes conteúdos ao longo do texto, e que deve fazer parte da biblioteca de todos os envolvidos com o futebol.

Rodrigo Gomes de Souza Vale, PhD

Laboratório do Exercício e do Esporte (LABEES);
Instituto de Educação Física e Desportos (IEFD); e
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ.)



SUMÁRIO

Capítulo 1

Árbitros de Futebol x linha do tempo 17

Leandro de Lima e Silva

Capítulo 2

Pilar Físico 33

Leandro de Lima e Silva

Rodolfo Alkmim

Joyce de Lima e Silva

Jurandir Baptista Silva

Magna Leilane

Capítulo 3

Pilar Mental 66

Leandro de Lima e Silva

Marta Aparecida Magalhães de Sousa

Guilherme Fischer Mascarenhas

Capítulo 4

Pilar Social 90

Manoel Serapião Filho

Edson Rezende Oliveira

Capítulo 5

Pilar Técnico 110

Marcelo de Lima Henrique



Capítulo 6

O árbitro de vídeo (VAR) 120

Sérgio Corrêa da Silva

Capítulo 7

Mulheres no apito 141

Lea Campos

Capítulo 8

O futuro 156

Leandro de Lima e Silva

Referências 163

Sobre o organizador 170

Sobre os autores e autoras 170

Entrevistados 173

Índice remissivo 174



1

Leandro de Lima e Silva

ÁRBITROS DE FUTEBOL X LINHA DO TEMPO

INTRODUÇÃO

O futebol é uma das modalidades esportivas mais difundidas no Brasil e no mundo, sendo um esporte coletivo regido por regras num contexto competitivo e, conforme descrito pela entidade maior que regula este esporte, a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), o árbitro tem um relevante papel, que é o de zelar para que a disputa seja pautada pela regra.

Nesse contexto, há uma reflexão a ser feita: O que significa a palavra regra? Ferreira explica, em seu dicionário¹, que regra é tudo aquilo que norteia, dirige ou o que está determinado pela razão, exigindo de seus praticantes conhecimento acerca delas. Mas por essa definição não haveria necessidade de um árbitro, então tente imaginar o futebol sem o árbitro. Você pode achar que não é possível, mas ao longo a história do futebol nem sempre ele existiu.

Justamente por esse motivo, este livro se dedica a elucidar e demonstrar as informações, fatos e estudos a respeito da história, demanda física e cotidiana esportiva dessa importante figura do futebol; que é o árbitro. Seus capítulos foram produzidos por pessoas renomadas na arbitragem brasileira dentro e fora de campo.

Mas quem é aquela figura com uniforme diferente de todos os jogadores que percorre todas as áreas do campo? O árbitro! Aquele que nem sempre é lembrado, a não ser que alguma de suas ações e/ou decisões tenham influenciado negativamente no resultado do jogo. Por que do contrário, ele não é lembrado, nem mesmo se tiver atuado de maneira heroica e acertado tudo dentro das quatro linhas. Ele que, embora tenha importância de protagonista, sempre é tratado como coadjuvante. Tal panorama fomentou a elaboração deste livro.

Segundo a FIFA, por meio de um estudo intitulado “Big Count”, publicado em 2006², foram contabilizados em todo o mundo, cerca de 840.000 árbitros e árbitros assistentes. É impossível imaginar a existência de qualquer competição sem essa figura. Imagine, por um momento, como poderíamos definir o vencedor de uma competição, ou como seria marcada uma falta, ou validado um gol, dentre outras situações tão comuns a uma partida de futebol.

O interesse da ciência pelo futebol aumentou consideravelmente devido o esporte estar cada vez mais dinâmico, exigindo mais fisicamente de seus participantes, inclusive dos árbitros, que a cada dia são expostos a obstáculos e objetivos cada vez mais complexos, e em situações inusitadas, no contexto atual desta modalidade esportiva. Porém há poucas obras e estudos debruçados a retratar o contexto histórico desse segmento e, o quão é preciso suportar o estresse físico, além do psicológico, para atuar como árbitro de futebol.

Nos dias atuais, a carreira do árbitro tem sido tratada, cobrada e ensinada evolutivamente, segmentada por quatro pilares: o físico; social; cognitivo e técnico. Este livro busca passar por estes pilares que, embora seus nomes sejam autoexplicativos, a essência de cada pilar é muito ampla e o sucesso nessa inebriante carreira está diretamente ligado ao sucesso ou cuidado com cada um desses quesitos.

O ÁRBITRO NA LINHA DO TEMPO DO FUTEBOL

Na ciência, há uma linha de pensamento muito bem aceita e difundida na literatura de que o futebol foi originado do *rugby*, e que, a partir do século XIX, foram definidas as regras específicas do futebol. Na década de 70, as regras se faziam em um total de nove, e estas

regiam os jogos de futebol. Nessa época, o jogo não possuía árbitros formais e a aplicação de tais regras era baseada no “bom senso” dos jogadores, como o era em uma partida entre amigos; quando um diz que foi falta, o jogo para e o benefício é concedido. Fato similar a um jogo entre amigos, muitas das vezes ocorriam discordâncias quanto ao “bom senso” de um para com o outro e na fase inicial do esporte não seria diferente.

O ilustre João Saldanha, criador de vários jargões utilizados até hoje no futebol, afirmou em um de seus livros, este publicado em 1971³, que antes do surgimento do árbitro de futebol, quem realizava tal função era uma comissão que, durante as partidas, posicionava-se em um palanque. Tal comissão só se pronunciava ou interferia no jogo mediante reclamação de uma das equipes. Quando uma equipe se sentia prejudicada, esta recorria à comissão, momento em que todos os membros da equipe de futebol se manifestavam e se dirigiam até a comissão exigindo providências. Contudo, essas reclamações nem sempre eram faladas; portanto, vale fazer constar que não se fazia raro que o palanque fosse lançado ao chão, com a comissão e toda a sua estrutura.

Suponhamos que, em um lance polêmico, todos fossem reclamar com a comissão! Certamente, haveria um grande alvoroço, podendo acarretar em uma confusão generalizada, podendo ocorrer problemas para comissão. Para minimizar tais problemas, ficou definido que um jogador seria responsável por discutir as questões pertinentes a sua equipe com a comissão, similar ao jogador que utiliza uma braçadeira e é reconhecido como “capitão” nos dias atuais. Naquela época, o mesmo deveria utilizar um boné para ir reclamar com a comissão. Curiosamente, segundo Saldanha, a palavra “capitão” no futebol, advém do Inglês *cap* (tradução de boné), algo que perdura até os dias atuais, onde o capitão representa todos os outros jogadores de sua equipe, mesmo não utilizando mais boné. Talvez por isso, os

capitães das equipes, ainda hoje, se achem no direito de reclamar com os árbitros, mesmo que isso não seja permitido na regra dos dias atuais.

Segundo o livro escrito por Tomás Mazzoni, intitulado História do futebol no Brasil, 1894-1950⁴, a Confederação Brasileira de Desportos, em 1868, em uma das várias modificações sofridas pelo futebol, criou o árbitro sob a denominação de *umpire*. Porém, ainda não existiam as regras que determinavam suas funções dentro de campo. Esse novo integrante possuía funções muito diversas das que conhecemos no futebol atual. Só intervinha no andamento da partida quando solicitado por algum representante das equipes disputantes, além de ficar do lado de fora do campo. Nesse momento, a necessidade de intervenção externa não era necessária.

O árbitro viria a adentrar no campo de jogo em 1886, alteração essa motivada pela necessidade de maior interferência no jogo. Diferentemente do que vinha ocorrendo, quando as faltas e queixas eram solucionadas pelos capitães das equipes de modo cavalheiresco, pois até esse momento não se acreditava que um atleta pudesse cometer, intencionalmente, uma ação faltosa contra um adversário. Porém, à medida que aumentava a importância do futebol, crescia também a quantidade de infrações e divergências. Em 1890, surgiu o árbitro através da regra específica, a qual regulamentava sua função em campo.

Os primeiros juizes de futebol utilizavam calças vincadas, bem cortadas e jaquetas de acordo com o que a moda da época exigia de um cidadão de bons costumes, com idoneidade para comandar, que corriam pelos campos enlameados parando o jogo, aos gritos, quando achavam que tinha sido cometida uma infração. Em 1891, houve uma revisão completa do código e este possibilitava ao árbitro dois assistentes que, ao contrário do árbitro, já surgiram com suas funções determinadas. No início, o árbitro não utilizava apito para parar o jogo, ele apenas gritava para que os jogadores parassem, quando entendia

ter sido cometida uma falta. Isso aconteceu até 1878, quando o apito começou a ser usado. Somente em 1881, viria a constar a denominação *referee* (árbitro). Essa mudança refletia as novas demandas promovidas, principalmente pela popularização e profissionalização da modalidade que, gradualmente, vinha assumindo, dentro de campo, maiores poderes de decisão e interferência no andamento da partida⁵.

Tais fases, descritas anteriormente, demonstraram a evolução do esporte, desde sua fase amadora até os dias de hoje, sempre com o futebol como espetáculo, tendo em vista o vultoso valor envolvido, fazia-se necessário o estabelecimento das atuais 17 regras. Dessas, uma é específica para o árbitro central, que é a regra cinco, e outra para o arbitro assistente, a regra de número 6.

Nesse pensar, falar de arbitragem, para muitos, está relacionado diretamente a polêmicas, porém poucos sabem o quão difícil é exercer tal função perante a sociedade. O árbitro brasileiro é um dos mais questionados e cobrados quando comparado a árbitros de outras nacionalidades. Porém, para existir tal cobrança a nível profissional, deveria ser ofertado um subsídio legal para que este profissional possa exercer tal função com excelência; já que, no Brasil, a arbitragem de futebol não se configura em uma profissão legalizada.

Pode-se observar que, ao longo dos anos, a sociedade evoluiu e a tecnologia seguiu pelo mesmo caminho. Se fizermos uma rápida reflexão, em tempos não muito distantes assim, de ilustres figuras como Arnaldo Cesar Coelho, e alguns coautores deste livro, perceberemos que tínhamos um número menor de câmeras de vídeo e as mesmas não possuíam tanta tecnologia para observar o jogo de futebol, como as que existem atualmente. São raras as partidas em que não ocorra um erro, porém o árbitro é passível de erro, principalmente em lances com alto grau de dificuldade, devido à alta intensidade do jogo no contexto atual.

Para minimizar tais erros no futebol brasileiro, foram apresentadas algumas soluções ao longo do ano, como por exemplo: o chip na bola (para determinar se a mesma ultrapassou totalmente a linha de meta), os árbitros assistentes adicionais (que tinham por função observar qualquer movimentação na grande área) e até uma televisão dentro de campo (onde a partida era parada e os capitães eram chamados para todos observarem o replay durante os lances polêmicos e chegarem a uma decisão). Recentemente, a FIFA e a IFAB, aprovaram as primeiras experiências de uso do árbitro de vídeo. A CBF é autora do projeto e é uma das instituições autorizadas a utilizar o recurso. Austrália, Alemanha, Portugal, Holanda e os Estados Unidos foram os outros países interessados que receberam o aval.

De todos esses fatos o árbitro adicional foi o mais usado em campeonatos estaduais. A tecnologia chip na bola que foi usada na Copa do Mundo de 2014 e não fora ainda incorporada no Brasil, talvez por tratar-se de uma tecnologia cara e, nem todos os estádios terem condições de adquirir e manter tal equipamento.

Tendo em vista que o Campeonato Brasileiro de Futebol tem se apresentado como um dos mais disputados no mundo, ao longo dos anos, é essencial ter-se árbitros de qualidade para poder conduzir bem a competição, ao longo das trinta e oito rodadas (modelo de disputa por pontos corridos, contendo 20 clubes).

Contudo, na maioria dos casos, o mesmo árbitro que arbitrou um grande clássico no domingo necessita estar em seu emprego no dia seguinte, às 7h; além de ter a possibilidade de ser escalado novamente, tendo de viajar novamente para um jogo no meio da semana. Certamente que o mesmo poderá ter seu desempenho prejudicado por alguma interferência extracampo, uma vez que a arbitragem é tida como um complemento de renda, já que no Brasil se exige que o árbitro tenha uma profissão principal. O que contrasta com o panorama de um tipo de esporte, como o futebol, que movimenta bilhões de reais

durante o ano, com atletas profissionais muito bem remunerados e, ainda, possui um árbitro amador e com outras obrigações, com preocupações além do espetáculo futebolístico.

Em Portugal, a função do árbitro já fora profissionalizada e o mesmo recebe um salário-base e um bônus, de acordo com as escalas. Tal realidade poderia ser incorporada ao futebol nacional, buscando obter grandes melhorias para o futebol brasileiro. Porém para tal fato, o árbitro teria de “abrir mão” de outras atividades remuneradas em paralelo, uma vez que o mesmo teria de dedicar-se única e exclusivamente a arbitragem.

Se observarmos, veremos que, ao redor do mundo, em pleno século XXI, a figura primordial, que é o árbitro, ainda não possui um nível alto de atuação profissional, já que a minoria de nós ascende aos mais altos degraus do esporte e, com isso, possibilitando mais acesso aos meios. Vivemos uma fase de grandes mudanças e experimentos na arbitragem, onde já fora colocado um chip na bola, uma câmera presa ao árbitro central; e por último, a tecnologia que já está sendo utilizada em algumas competições é um árbitro de vídeo. Tais modificações são positivas para o esporte, porém cabe duas reflexões: até que ponto estamos preocupados em inserir novas tecnologias? Até que ponto estamos deixando de atuar no aperfeiçoamento?

Talvez aquele 7x1 para Alemanha tenha nos deixado diversos pontos positivos. Não podemos descuidar da preparação do nosso material humano. Creio que é o momento de refletir e pesquisar muito sobre o quanto cada inovação inserida no esporte atinge a atuação dos árbitros, vindo a interferir no jogo.

Os árbitros são figuras de grande relevância no futebol, podendo muitas vezes influenciar o resultado final do jogo, a partir de suas decisões. Entretanto, estes não participavam nas primeiras regras desse esporte. De meros coadjuvantes que acompanhavam

o jogo de fora do campo, os árbitros passaram a assumir, com maior potencial de poder e participar ativamente do bom ou mau andamento da partida.

Como já vimos, o árbitro viria a adentrar no campo de jogo em 1886, alteração essa motivada pela necessidade de maior interferência no jogo. Diferentemente do que vinha ocorrendo, quando as faltas e queixas eram solucionadas pelos capitães das equipes de modo cavalheiresco, pois até esse momento não se acreditava que um atleta pudesse cometer intencionalmente uma ação faltosa contra um adversário. Porém, à medida que aumentava a importância do futebol, crescia também a quantidade de infrações e divergências.

A necessidade de maior intervenção nas partidas levou os árbitros a adotar novas posturas e equipamentos. O principal deles, o apito, foi utilizado pela primeira vez somente em 1878. A partir desses dois elementos apontados, o uniforme e o apito, é possível traçar um paralelo entre árbitros, policiais e juízes. A vestimenta que originalmente era de cor negra dos uniformes, utilizada a partir dessa aproximação, atribuiria um sentido de autoridade.

Já o apito, utilizado também pelos policiais, refere-se às atitudes de manutenção da ordem e ao cumprimento das leis. Houve, assim, a necessidade de uma maior intervenção do árbitro dentro das partidas. Cabia cada, vez mais, a ele julgar e punir os lances, função que cabia anteriormente aos capitães, como é possível visualizar na alteração da regra, realizada em 1894, que dava aos representantes das equipes a autoridade para sancionar, sem consultar as equipes, faltas e pênaltis.

As Associações de Futebol da Inglaterra, Escócia, Irlanda e Países de Gales criam a *International Football Association Board* (IFAB), que hoje contam com 17 regras e, qualquer proposta para alterar, discutir ou modificar as Regras do Jogo, precisa da aprovação de $\frac{3}{4}$ dos integrantes do IFAB, que atualmente é formado pelos quatro

países fundadores; e o delegado da FIFA, que fora criado em 1904, é o responsável por organizar o futebol em todo o mundo.

No Brasil, a criação da Escola de Árbitros, deu início na década de 40, no estado de São Paulo, e os cursos eram ministrados sem regularidade. Hoje, temos cursos anualmente para Árbitros de Futebol.

A CBF institucionalizou, em 2013, a Escola Nacional de Arbitragem de Futebol, que tem por objetivo o aprimoramento dos árbitros, instrutores, assessores, entre outros ligados a Arbitragem de Futebol.

A IFAB, em 2014, através do Presidente da FIFA, Joseph Blatter, criou dois Painéis Técnicos de Excelência, formado por ex-atletas, técnicos e dirigentes de futebol. Esse Painel Consultivo reunir-se-á duas vezes ao ano, visando o desenvolvimento do futebol, bem como da arbitragem dos cinco continentes. Trabalhos de observação serão realizados e os membros do Painel Consultivo Técnico terão a missão de contribuir com sugestões ou experimentos que possam otimizar as Regras de Futebol. E pela primeira vez, em 129 anos da existência da IFAB, temos a presença de um brasileiro, sábio nas regras de futebol, o Dr. Manoel Serapião Filho (coautor do capítulo 4 desta obra), para representar a América do Sul no referido órgão.

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) é uma associação constituída por 26 Federações de Futebol Estaduais, mais a Federação Brasileira de Futebol. Anualmente, as Federações indicam árbitros, assistentes e assessores para compor a Relação Nacional de Árbitros (RENAF) para atuarem nas partidas do Campeonato Brasileiro em todas as séries, bem como da Copa do Brasil (masculino e feminino), nas recentes categorias pré-profissionais e Campeonato Brasileiro Feminino.

Para que o profissional ingresse no Quadro Nacional de Árbitros, necessário é que o árbitro cumpra as exigências descritas nas estipuladas pela CBF para ingresso na Seleção Nacional de Árbitros



de Futebol (SENAF). Estas exigências têm critérios bem definidos para os segmentos masculinos e femininos; abrangem quesitos como, por exemplo: idade, atuação a nível profissional na categoria principal dos estaduais, aptidão física, teórica dentre outros.

O Presidente da Comissão de Arbitragem, Sérgio Correa, escolhido em 2007 para levar adiante o Projeto de Modernização do Futebol Brasileiro, focou seus objetivos na atualização de instrutores técnicos, em farto material didático para atualizar e aproximar as decisões dos árbitros de todo país. Em conjunto com os demais integrantes, procura dar as oportunidades no crescimento como um todo.

A Comissão Nacional de Arbitragem Brasileira é composta por:

1- Diretoria: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Membro, além de contar com dois órgãos diretamente ligados ao presidente da CBF, que são a Corregedoria e a Ouvidoria da Arbitragem, que são responsáveis pela parte social (documental) e técnica (análise das reclamações do desempenho das equipes de arbitragem).

2- Escola Nacional de Arbitragem de Futebol (ENAF-CBF) – composta por ex-árbitros e assistentes de notório saber, que anualmente passam por atualizações organizadas pela entidade máxima do futebol, a FIFA.

São eles:

- a. Instrutores Técnicos – Pilar Técnico
- b. Instrutores Físicos – Pilar Físico
- c. Psicóloga – Pilar Mental
- d. Comissão + Assessores + Pilares Técnico, Físico, Mental – cuidam do Pilar Social de forma integrada.



Dentro dessas atribuições, a Comissão Nacional de Arbitragem instituiu, desde 2007, uma organização de Preparação dos Árbitros Brasileiros, a partir dos Pilares para a Preparação do Árbitro. Trata-se de uma estrutura que busca aliar conhecimentos teóricos e práticos, a fim de viabilizar um trabalho integrado de preparação do árbitro para a devida condução de sua tarefa em jogo.

Deste modo, busca-se a padronização da preparação e, obviamente, da atuação dos árbitros de futebol, de norte a sul do país, explicitados em quatro pilares, a saber: Pilar Técnico, Pilar Físico, Pilar Mental e Pilar Social.

O Pilar técnico é pautado no conhecimento das dezessete regras (Livro de Regras do Jogo), na atuação em campo, nas avaliações teóricas e nos gestuais; o Pilar Físico é voltado para as necessidades do treinamento e da Avaliação Física; o Pilar Mental, nome dado à atuação do psicólogo do esporte, trabalha com as habilidades e competências pautadas na concentração, foco, poder de decisão, e controle das pressões. Todos, respeitando o Pilar Social, procuram entender as diversidades de cada estado, com seus hábitos, costumes, questões climáticas, entre outros, e que visa aproximar a linguagem comum do meio, promovendo uma comunicação mais clara, coesa e nítida no campo de jogo.

O árbitro está sujeito às influências de sua realidade cultural, as alterações e interferências de seu estado emocional e cognitivo, são tratados no Pilar Mental para que as preparações e reciclagens constantes do Pilar Técnico e Físico se manifestem plenamente.

Por tudo isso, entende-se o crescente interesse na preparação e constante atualização da arbitragem de futebol. Percebe-se, assim, a crescente exigência nos testes físicos, nas avaliações teóricas e, especialmente, na atuação em campo. Tudo isto requer rigor nos treinos diários e no período de aprimoramento e concentração.

OS QUATRO PILARES DA ARBITRAGEM DE FUTEBOL

I – Pilar Físico

Desde a criação da função de instrutor físico, percebe-se a melhoria acentuada na aprovação dos árbitros, nas avaliações físicas, bem como no desempenho de suas atividades em partidas de futebol.

O árbitro bem preparado fisicamente facilita o entendimento das atividades físicas de forma continuada. Para exercer a atividade de árbitro de futebol, estes são avaliados periodicamente com protocolos de tempos estabelecidos para cada categoria, árbitro e árbitro-assistente nos gêneros masculino e feminino.

Para atingirem os resultados requeridos para cada categoria, eles recebem treinamentos específicos, com um modelo de planejamento chamado periodização. A grande dificuldade neste pilar são as dimensões continentais do Brasil para um acompanhamento profícuo. Isto se dá também nos demais pilares.

II – Pilar Técnico

Para alcance do indispensável e referido aprimoramento técnico, são realizados cursos, seminários, treinos práticos em campo e palestras periódicas, além de constantes discussões e troca de opiniões sobre lances especiais que ocorram. Nesses estudos são tratados assuntos como:

- a. Estudo das 17 regras (Livro de Regras CA/CBF), para alcance do pleno domínio e, principalmente, de seu espírito;
- b. Análise de vídeos, para uniformidade dos critérios de interpretação e aplicação – técnico e disciplinar;

- c. Linguagem verbal e corporal, como meio de controle do jogo e do próprio árbitro;
- d. Treinamento prático integrado em campo (técnico – físico – mental);
- e. Planejamento da arbitragem, envolvendo: preparação da viagem; chegada aos estádios; providências administrativas; sinais convencionais e especiais entre árbitros e árbitros assistentes; situações de conflito e áreas de atuação; saída do campo de jogo; saída do estádio; refeição; retorno ao hotel; e viagem de retorno;
- f. Estudo dos regulamentos das competições;
- g. Elaboração de relatórios, com noções de legislação esportiva;
- h. Orientações administrativas, sobre as entidades dirigentes e normas aplicáveis;
- i. Ética no futebol e na vida social.

III – Pilar Social

Esse Pilar foca o trabalho conjunto de todos os Pilares, na medida de sua necessidade. Trata-se da integração de todos os aspectos da preparação, levando-se em conta as necessidades regionais e emergenciais da atuação da arbitragem.

Neste trabalho, contam-se com os membros da Comissão que atuam nas emergências apontadas por árbitros, árbitros-assistentes, diversidades regionais, alteridades em equipe, problemas de saúde, entre outras situações.

O homem árbitro é tão importante para o bom andamento do futebol, que cuidados como alimentação, sono, ética, aparência,

viagem, acolhimento ao entrar em outra cidade ou estado, visita ao estádio, entre outras questões similares, passa pelo crivo esmiuçado deste Pilar. O árbitro, antes de tudo, é uma pessoa, um cidadão.

Diante desta realidade, pode-se assumir que todos os esforços são direcionados à manutenção da harmonia pessoal e da boa atuação do árbitro e árbitro-assistente numa partida de futebol. Outro aspecto é o documental, exigido anualmente de todos os componentes (certidões civis, criminais, atestados de antecedentes, exames médicos etc).

IV - Pilar Mental

Este trabalho corresponde ao trabalho realizado pelo Psicólogo do Esporte. Ainda que o trabalho desenvolvido contribua no sentido de promoção de saúde, busca de equilíbrio emocional e controle de estresse, o termo mental é utilizado pela Comissão de Arbitragem para designar a complementaridade ao aspecto físico na preparação do árbitro. Esclarece-se, desta forma, que corresponde ao Pilar Mental todos os aspectos relativos à Preparação Psicológica do Árbitro, desde questões relativas à cognição, concentração e tomada de decisão até aos aspectos relativos à autorregulação emocional, como o controle da ansiedade e o desenvolvimento de resiliência como habilidade necessária ao controle de estresse envolvido na atuação deste profissional.

Logo, vemos que no decorrer de todo esse tempo, muita coisa mudou; quase tudo. Porém algo da essência do jogo e da figura do árbitro ainda se mantém até hoje. Ainda se exige dos árbitros tudo que se almejava dele antigamente: ser uma figura íntegra e acima de suspeitas, que ele represente a ordem e aplique a regra com retidão.

Este fato está ficando cada vez mais difícil, a velocidade da notícia e a exatidão de exigência sobre-humana nas interpretações que, um jogo cada vez mais veloz, exige desses profissionais uma

dedicação cada vez maior, não só fisicamente, mas em aspectos que cercam toda vida e rotina do árbitro, que é um ser humano, que sofre como todas as pessoas nos anseios sociais de um mundo cercado de inovações e tecnologia.

A partir do próximo capítulo, vamos nos debruçar nos pilares dessa profissão e abordar o tema de uma forma que vai além da ciência, já que quase todos os autores desse manuscrito possuem além de experiência acadêmica no esporte, uma experiência prática, de quem já esteve dentro do campo, conduzindo os jogos, analisando os lances, preparando-se fisicamente de maneira sobre humana, protegendo-se das críticas, das lentes e das mídias, continuando a labuta mesmo depois do apito final para deixar para os próximos uma maior chance de chegar ao inexplicável e inenarrável prazer de conduzir um jogo de futebol profissional, com propriedade.



2

Leandro de Lima e Silva
Rodolfo Alkmim
Joyce de Lima e Silva
Jurandir Baptista Silva
Magna Leilane

**PILAR
FÍSICO**

A DEMANDA HEMODINÂMICA DOS ÁRBITROS DE FUTEBOL

*Leandro de Lima e Silva
Rodolfo Alkmim
Joyce de Lima e Silva*

Falar do pilar físico dos árbitros de futebol não é uma tarefa simples, já que esses profissionais tomam suas decisões nos jogos sobre alto nível de stress e dependem de uma decisão precisa, tomada no mais curto tempo possível, em ambiente hostil e em circunstâncias físicas adversas, onde se ressalta a importância do condicionamento físico e todas as adaptações fisiológicas e neurológicas decorrentes desse esporte. Em relação à demanda física supracitada, os árbitros de futebol exercem seu papel no jogo atingindo frequências cardíacas muito elevadas, tópicos estes que serão abordados sob um olhar científico ao longo deste capítulo.

Para executar suas funções com excelência, o árbitro tem de estar bem tanto fisicamente, socialmente, tecnicamente como psicologicamente. No tocante ao definido como pilar físico dos árbitros, a FIFA o trata como um quesito primordial, pois sem ser aprovado nos testes físicos estipulados pela entidade, o árbitro fica impossibilitado de exercer suas funções até sua aprovação em um teste subsequente. O árbitro deve estar bem fisicamente para poder observar a jogada de forma mais clara, buscando colocar-se próximo a jogada, a fim de tomar a decisão correta. O estudo realizado por Mallo e colaboradores⁶, publicado em 2012, concluiu que o percentual de erros irá diminuir quando o árbitro estiver entre 11 e 15 metros no momento da tomada de decisão.

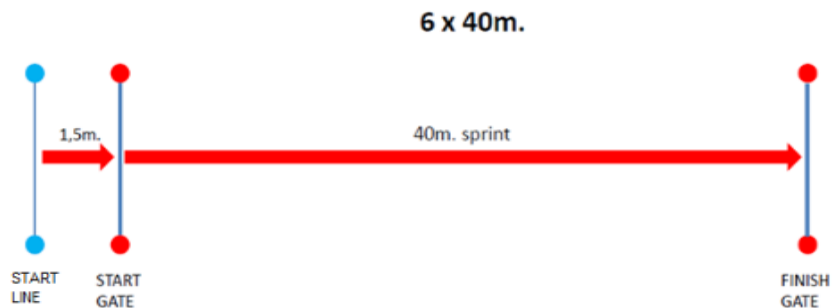
Esses profissionais têm um relevante papel na prática da modalidade, pois têm a responsabilidade de aplicar as regras do jogo.

Para isso, dele se é exigido muito bom condicionamento físico para posicionar-se bem e, assim, tomar confortavelmente as suas decisões. É necessário que o árbitro consiga acompanhar os lances, estando o mais próximo possível, buscando uma ótica bem angulada, que o permita ser o mais imparcial e correto possível, estando para tal, livre de qualquer pressão psicológica ou física. Por isso, faz-se muito importante que o mesmo possua uma boa resistência para realizar exercícios intermitentes e prolongados para arbitrar partidas de futebol.

Como já foi dito, os árbitros de futebol exercem seu papel no jogo atingindo frequências cardíacas muito elevadas, alguns autores, como por exemplo Catterall e colaboradores⁷, verificaram, em seus estudos com árbitros de futebol, valores médios da frequência cardíaca durante as partidas de 165 bpm. Outros autores como encontraram valores equivalentes e, em alguns outros casos, até maiores para a frequência cardíaca durante o jogo. De acordo com os autores como D'Ottavio e Castagna; Krstrup e Bangsbo⁸⁻¹⁰ estes valores podem atingir cerca de 85-90% da frequência cardíaca máxima. É razoável afirmar que, para suportar tal demanda cardíaca, faz-se necessário um nível adequado de saúde, principalmente do sistema cardiorrespiratório.

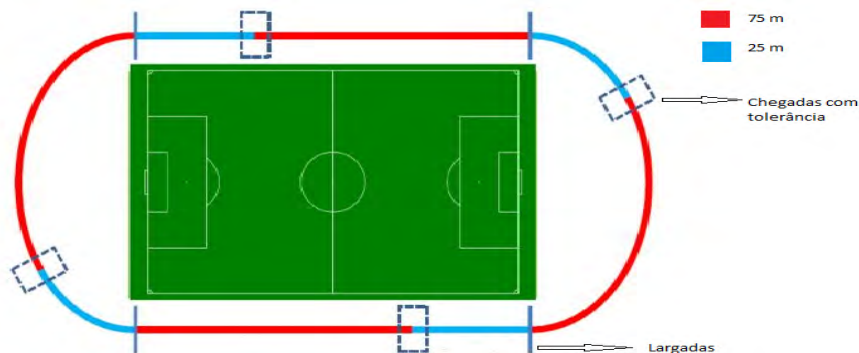
Para que possam ser considerados aptos a atuar nas partidas, passam por um teste oficial, normatizado pela Federação Internacional de Futebol, com caráter extremamente extenuante e supostamente baseado nos movimentos dos árbitros nos jogos, que tem um formato de treinamento intervalado com duas fases. Apenas em nível de ambientação, vamos entender a dinâmica do teste. Na primeira fase, os árbitros centrais fazem o teste denominado RSA, que é baseada em estímulos velozes de 40 metros num tempo que depende da categoria em que o árbitro atua, por exemplo nos estaduais é de 6,4 segundos.

Figura 1 - RSA¹¹



Já a segunda fase, baseia-se em estímulos de 75 metros num tempo de 15 segundos, tendo intervalos de recuperação ativa de 25 metros, num tempo de 20 segundos; totalizando, no mínimo 40 estímulos. Totalizando 10 voltas no circuito representado na ilustração abaixo.

Figura 2 – Teste intervalado¹¹



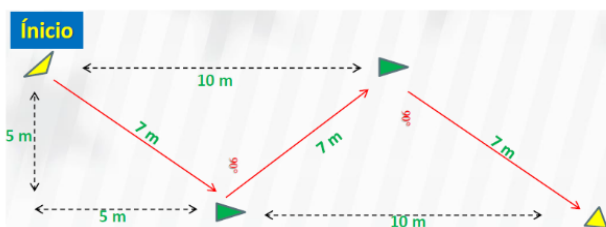
Com os árbitros-assistentes, a exigência física quando o assunto em questão é teste físico, a exigência também é muito elevada. Para ter essa noção, desenvolvemos um estudo de caso, analisando o comportamento da frequência cardíaca de um árbitro-assistente do

sexo masculino com 26 anos de idade, 175 cm de estatura, 69,8 Kg de massa corporal, em uma partida de futebol profissional do Campeonato Carioca da Série A, e em uma bateria de teste físico da FIFA. As Frequências Cardíacas máximas, mínimas e médias, nos testes CODA, RSA e Intervalado, foram respectivamente 192 bpm, 136 bpm e 174 bpm. Neste estudo, os resultados foram similares aos dos observados nos jogos.

Além desses testes, a FIFA orienta a aplicação de testes opcionais aplicados de maneira inopinada como o YO-YO dinâmico para árbitros, o teste de área, o Ariet para os assistentes, entre outros que estão demonstrados na ilustração a seguir:

Figura 3 – Representação dos testes complementares¹¹.

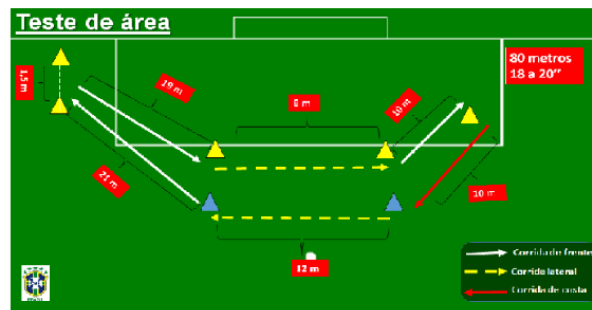
- **7x7 (3X7) =** Este **TESTE** avalia a potência muscular e a capacidade que o Árbitro tem para mudar de direção (**Agilidade**).



Tempo em que deve ser realizado.

Limites
Mulheres: 5.30 seg.
Homens: 4.90 seg.

- **Teste de Área:** Este **TESTE** avalia a agilidade do Árbitro em jogadas próximas à área, segundo a movimentação (mudança de sentido e direção) que o árbitro realiza.



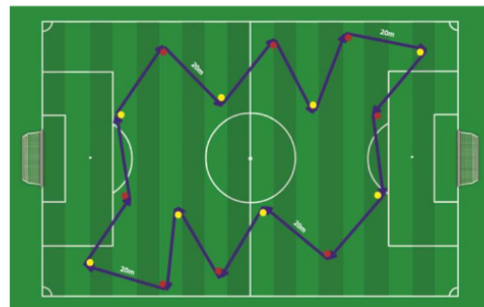
Distância total a ser percorrida igual a 80m.

Tempo em que deve ser realizado.
Homens e mulheres;
tempos entre 18,0 seg e 20,0 seg.

- **YO-YO TEST=** O objetivo do Teste **Yo-yo Dinâmico (Árbitros)** é avaliar a resistência utilizando corrida para frente com alternância de direção a cada 20m e após percorrerem 40m, o árbitro terá um pequeno período de pausa (*ritmo e pausa estabelecidos por áudio*), para então darem continuidade a corrida até que tenham alcançado a distância estabelecida pelo **PROTOCOLO**.

Distância total a ser percorrida por Árbitros nacionais **categoria 1** deverá ser igual a **2040m**.

Distância total a ser percorrida por Árbitros nacionais **categoria 2** deverá ser igual a **1920m**.



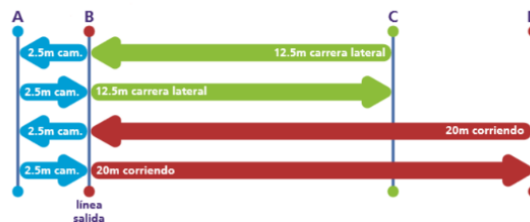
Testes para os árbitros assistentes:

- **ARIET =** O objetivo do Teste **ARIET**, é avaliar a resistência com alternância de deslocamentos executando seções de corrida para frente, com mudança de direção e sentido (40m= 20+20 m) e lateralmente (12,5 + 12,5 m) durante o tempo de execução do Teste. Com um período de 5.0s (segundos) em um espaço de 5m (2,5m + 2,5 m); para recuperação ativa (caminhada).

O ritmo será estabelecido por áudio.

Os Árbitros Assistentes nacionais **categoria 1** deverão alcançar o nível **15.5-3**, onde a distância total percorrida corresponde a **1275m**.

Os Árbitros Assistentes nacionais **categoria 2** deverão alcançar o nível **15.3**, onde a distância total percorrida corresponde a **1170m**.



Mediante tantas exigências físicas, esses profissionais têm a necessidade de se manterem constantemente em preparação, o que se configura em algo muito difícil no Brasil que não tem a profissão de árbitro de futebol reconhecida. Mesmo com essas adversidades, estes profissionais cumprem todas essas demandas, tendo ainda de exercer uma profissão paralela.

Diante dos fatos supracitados, é notório que o árbitro é um atleta profissional. Mediante isto, e em busca de uma maior realidade de como os árbitros exercem suas funções em campo de jogo no mundo, realizamos uma revisão sistemática, intitulada "*Frecuencia cardíaca y la distancia recorrida por los árbitros de fútbol durante los partidos: una revisión sistemática*"¹², objetivando investigar a frequência cardíaca e a distância percorrida pelos árbitros de futebol de campo durante as suas atuações nos jogos pelo mundo. Essa pesquisa contemplou estudos publicados de 1994 a 2017.

A busca nas bases de dados eletrônicos encontrou 78 artigos com potencial relevância. Dentre eles, 29 artigos contemplaram todos os critérios inclusão e exclusão, somando 524 participantes, todos os árbitros centrais de futebol de campo a nível profissional, excluindo-se os resultados relacionados aos árbitros-assistentes que não foram o foco da revisão sistemática. Os estudos analisaram os árbitros durante as suas atuações nas partidas da modalidade, o que no total dos trabalhos encontrados revelou a análise destes árbitros em 3.008 partidas de futebol, revelando os seguintes achados:

- Em relação à distância percorrida pelos árbitros de futebol, nos jogos, nos estudos analisados, a média de todos os estudos fora de $10,30 \pm 0,35$ km, sendo analisadas 2.958 partidas. Ficou notório que diversos artigos analisaram essa distância, levando em consideração o tipo de padrão de movimento, onde os tipos de deslocamentos descritos não variaram em relação à nomenclatura, somente em relação aos tipos enquadrados. No geral, os padrões foram descritos como: parado, caminhando, trotando, correndo, "Sprint" e deslocamento de costas. Em todos esses artigos, a velocidade de corte para a modalidade "Sprint" foi de 18 km/h ou 5 m/s.
- Um fato curioso que a análise dos supracitados estudos revelou é que não fora bem discutido por nenhum deles, foi que o tempo e a distância percorrida nos deslocamentos de costas foram

sempre muito maiores do que em “sprint”. Silva¹³ verificou, em seus resultados, que os “sprints” representam menos de 1% do tempo total do jogo;

- - Outros autores^{7, 9, 13-29} fizeram suas análises, pautados na intensidade do deslocamento e, em todos eles, o ponto de corte relacionado, para definir alta intensidade, foi de 18 km/h ou 5m/s. Os resultados destes estudos foram coesos em afirmar que o árbitro se desloca na maior parte do jogo em baixa velocidade, porém, de forma muito intermitente, onde a velocidade média, tendo como base todos os estudos, foi de $5,9 \pm 0,26$ km/h, porém, com picos curtos de alta intensidade que duraram, em média, de $3 \pm 1,41$ segundos. Nestes picos curtos, a média das velocidades máximas dos estudos encontrados foi de $19,84 \pm 1,56$ km/h. O maior valor de velocidade máxima de um árbitro em jogo, nos estudos desta revisão sistemática, foi de 25,96 km/h, conforme relatado no estudo de Silva¹⁶.
- - A frequência cardíaca média dos artigos encontrados foi de $159,50 \pm 3,62$ bpm e a média da frequência cardíaca máxima, foi de $185,28 \pm 7,58$ bpm. Na relação frequência cardíaca *média* e frequência cardíaca máxima, em percentual, a frequência cardíaca média dos estudos foi de $85,64 \pm 1,94$ % da frequência cardíaca máxima.
- - O objetivo desta revisão sistemática foi identificar na literatura estudos que tratassem das demandas dos árbitros centrais de futebol, nas partidas da modalidade, e que estudaram as variáveis distância percorrida e frequência cardíaca durante o jogo. Acerca dos estudos analisados nesta revisão sistemática, corroboram Reilly e Gregson³⁰, que afirmam que a distância percorrida pelos árbitros, nos jogos de futebol, varia entre 9 a 13 km. Mesmo com o grande avanço do futebol em relação ao pilar físico, já em 1988, um trabalho pioneiro na descrição das ações motoras do árbitro de futebol, tido como clássico

nesta área, citado inclusive nesta revisão³¹, já relatava em seus achados resultados que corroboram essa distância. Porém, a intermitência de velocidade na modalidade aumentou muito no decorrer do tempo.

Neste contexto, grande parte dos estudos encontrados, conforme descritos nos resultados desta revisão, fazem menção à distância percorrida, mensurando essa distância em cada ação motora executada por esses profissionais em atuação nos jogos. No geral, os estudos agrupam essas ações em seis categorias: caminhada, trote, deslocamento de costa, corrida, *Sprint* (corrida de alta velocidade) e paralisação (árbitro estático). O árbitro passa a maior parte do tempo em atividades de baixa intensidade caminhando ou “trotando” durante a partida. Os artigos se revezaram em afirmar se eles caminham mais ou trotam durante o jogo. Isso vai depender muito da intensidade do jogo, pois estudos^{7, 13, 14, 16, 17, 21, 24, 26, 27, 32-36} afirmam que o árbitro caminha muito e que os valores apresentados, por eles, variaram de 30 a 60% durante o jogo.

Essa grande variação, no percentual de caminhada nas partidas, parece sofrer influência, inclusive, da região onde o jogo acontece. Da Silva e Rodriguez-Añez³² observaram que os árbitros brasileiros caminharam 58% do tempo total de jogo, já em outro estudo, com árbitros dinamarqueses²⁴, esse tempo de caminhada durante o jogo correspondeu a 40% e os árbitros japoneses e portugueses caminharam cerca de 33% da partida^{27, 31}. As diferenças de estilo de jogo entre países também devem ser levadas em conta quando se comparam os resultados encontrados. O que nos dá uma boa reflexão sobre a influência de fatores meteorológicos e geográficos na performance dos árbitros.

É consenso que as ações motoras mais utilizadas pelos árbitros são corrida muito lenta (o trote) e a caminhada^{7, 13, 14, 17, 21, 24-28, 31, 32, 34, 35}, mas também é unânime que a intensidade do jogo

tem grande influência neste quesito. O perfil da performance dos árbitros é diretamente influenciado pela distância coberta pela bola no jogo¹⁴. Verificou-se que, quando a intensidade dos atletas aumenta, a dos árbitros também aumenta. Também se observou que o desempenho físico dos árbitros apresentou uma correlação negativa, entre o primeiro e segundo tempo dos jogos, pois quando o primeiro tempo é muito intenso tende a diminuir no segundo tempo, supondo que um comportamento de economia de energia pode estar sendo adotado pelos árbitros.

A frequência cardíaca é outro fator relevante quando se pretende analisar as demandas fisiológicas a que os árbitros são submetidos. A frequência cardíaca média em jogo representa, em média, 70 a 85% da frequência cardíaca máxima estimada. Nesse sentido, nota-se que a frequência cardíaca do jogador, durante a partida, varia entre 80 e 90% da frequência cardíaca *máxima*.³⁷⁻³⁹, valores próximos aos apresentados pelos árbitros de futebol.

A partida exige dos árbitros um tipo de deslocamento muito atípico, com características demasiadamente intermitentes, com muitas alternâncias de ritmo, de forma muito brusca e inesperada, pois esses profissionais não têm como prever os lances a cada momento. O sistema de produção de energia mais solicitado nas partidas é o aeróbico, porém as intervenções anaeróbicas parecem ser mais importantes para a atuação dos árbitros de futebol, pois embora quantitativamente menor, geralmente as jogadas em alta velocidade são bem decisivas em relação aos lances capitais das partidas. Os estudos incluídos na revisão sistemática que estamos analisando ratificaram que esse menor aporte dos lances de alta intensidade (*sprints*) e relatam que é o padrão de movimento menos utilizado em relação a tempo e à distância percorrida durante o jogo, vindo a ficar atrás até mesmo dos deslocamentos de costas realizados pelos árbitros nos jogos, porém são importantes para o êxito nas performances desses profissionais^{7, 13, 14, 17, 18, 21, 24, 26, 27, 31, 35}.

Por outro lado, apesar do condicionamento físico ser importante para os árbitros na busca do melhor posicionamento e angulação em relação às jogadas, o poder decisório é o ponto crucial do jogo²¹. Os árbitros de futebol executam suas funções de forma muito peculiar em jogo, isso em relação as suas demandas físicas. Esses profissionais apresentam papel importante para o jogo de futebol e necessitam de uma preparação muito específica para que possam lograr êxito nas suas atuações durante os jogos.

Os resultados apontam que os árbitros de futebol percorrem grandes distâncias nos jogos, variando de 9 a 13 km por jogo; porém, de forma muito específica e mudam muito de direção, de intensidade, velocidade e faixa de frequência cardíaca. Isso acontece diversas vezes, de forma não progressiva. A frequência cardíaca média é de 160 bpm durante as partidas e, na maior parte dos jogos, os árbitros se deslocam em baixa intensidade. No entanto, os estímulos de alta intensidade são muito intensos e duram muito pouco, cerca de 2 a 4 segundos, estando diretamente ligados aos lances cruciais do jogo. Nessas ocasiões chegam a atingir 97% de sua frequência cardíaca máxima. Os árbitros de futebol precisam se manter prontos até o final das partidas, para decidir e deslocar-se em qualquer intensidade que o “jogo” venha a exigir.

O SEGMENTO FEMININO E A DEMANDA FÍSICA DOS JOGOS E FIFA TESTES


Magna Leilane

Atualmente, estamos presenciando um dos maiores avanços da representação feminina na arbitragem profissional, especificamente

no Campeonato Brasileiro da Série A, tanto para a árbitra central quanto para árbitra-assistente, que ocorre em tempos de futebol moderno, com demandas elevadas, tanto para jogadores quanto para arbitragem, reflexo da diversidade de recursos tecnológicos utilizados, que proporcionam uma alta velocidade de análise de rendimento dos jogadores nas partidas e isso implica em demandas cada vez mais dinâmicas, que são impostas aos árbitros dentro de campo também.

Ora, se considerarmos esse processo complexo e dinâmico, podemos dizer que está cada vez mais difícil atender as exigências do futebol como árbitro para destacar-se no cenário nacional, bem como no internacional, onde o diferencial pode ser o reflexo da perfeita harmonia e evolução progressiva nos quatro pilares: físico, técnico, social e mental ⁴⁰; portanto, todos os méritos precisam ser enfatizados quando um árbitro alcança destaque na sua atuação, principalmente quando se trata da arbitragem feminina, dentro deste universo de jogos masculinos, com exigências fisiológicas e culturais.

Recentemente, presenciamos o sucesso de duas trajetórias, representada por duas mulheres brasileiras na arbitragem, tanto na função de árbitra como de árbitra-assistente, com destaque em competições a nível internacional. E isso nos faz refletir sobre as necessidades para alcançar esse sucesso. Certamente atenderam as competências e habilidades do RADAR (Relatório de Análise de Desempenho da Arbitragem) e puderam acompanhar e melhorar seu processo ao longo de suas atuações. Porém, essas análises só são vistas pela gestão quando a barreira do teste físico é superada. Podemos considerar que o pilar físico pode ser o principal fator que limita o acesso ou permanência de excelentes profissionais na arbitragem de elite, pois não conseguem ser aprovadas nos testes que têm índice masculino. Logo, faz-se necessário ter muita dedicação nos treinamentos físicos para superar os elevados esforços impostos a fisiologia feminina.



Mas, o que impede que excelentes árbitros de campo sejam aprovadas nos testes físicos? Considerando as baterias de testes físicos, que possuem testes de agilidade, velocidade, resistência intermitente e condicionamento cardiorrespiratório, podemos perceber que os testes são específicos e se relacionam de forma diferente, de acordo com a função em campo e demandas do jogo. Como apresenta um estudo realizado com árbitros noruegueses, que se verificou que não existia associação do teste CODA com a corrida de aceleração e alta intensidade realizada durante o jogo, mas que existia relação com os testes de sprint de 5 x 30m, e que para os árbitros centrais não existia associação dos sprints de 6 x 40m com o desempenho de corrida nos jogos observados⁴¹. Portanto, exercícios de agilidade e velocidade precisam fazer parte da planilha de treinamento de um árbitro, independente das expectativas geradas para determinadas competições específicas.

Como já sabemos, o teste de Recuperação Intermitente de Yo-Yo (YYIRT) consegue relacionar o resultado no teste com o desempenho da partida, que são validados para uso com árbitros, proporcionando melhorias quando utilizado no período de três meses a um ano e quatro meses nos treinos⁴². Percebemos que as especificidades dos testes destacam a necessidade de melhoria e o autoconhecimento, enfatizando as habilidades que precisam ser melhoradas em cada árbitro, independente do gênero, para superar as demandas que os testes impõem.

O futebol feminino está em ascensão e possui amplas possibilidades de carreira neste segmento, mas sabemos que as competições femininas são reduzidas e que, para trabalhar em jogos masculinos, existem atualmente algumas exigências. Porém, precisamos reconhecer o grande avanço da CBF em liberar testes masculinos para as árbitras acenderem a atuação profissional masculina; pois anteriormente, as mulheres precisavam

ser indicadas ao quadro CBF, concorrendo na vaga destinada ao quadro masculino, o que pode ter inibido a indicação de mulheres a essa época, por parte dos presidentes de comissões de arbitragem. Portanto, essa conquista louvável deve ser muito bem aproveitada, sem deixar de lado as demais competências e habilidades, pois superada esta barreira, uma oportunidade pode ser convertida em reconhecimento e novas atuações.

É possível que alguma limitação no teste físico em mulheres, com índice masculino, fique restrito apenas a esse contexto avaliativo, que não alcance problemas nas atuações durante os jogos, ou seja, fatores psicológicos relacionados aos contextos da avaliação física que podem contribuir com as limitações da superação fisiológica no desempenho físico, e não com sua capacidade de desempenho como qualidade técnica em jogo. Porém, o contrário também pode acontecer, aprovações fáceis nos testes masculinos e despreparo na atuação em campo. Nenhum dos dois exemplos se mantém no seletivo meio de árbitros de excelência, pois é realmente preciso estar muito bem fisicamente e preparada para ser uma árbitra de sucesso.

Logo, diante do perfil cultural brasileiro, seria interessante conhecer os testes que mais reprovam as mulheres, considerando o contexto nacional, isto possibilitaria o conhecimento público dos testes mais difíceis, que mais reprovam, podendo considerar a função que a mulher desempenha em campo, pois esses números têm relevância e seriam importantes para serem publicados na literatura científica, para conhecimento a nível mundial do excelente trabalho de acompanhamento realizado pelo departamento de preparação física da arbitragem que a CBF desenvolve, além de direcionar melhor os treinamentos.

Em alguns momentos de avaliação e conversas, com colegas de arbitragem do nosso território, pude perceber excelentes árbitras de campo serem reprovadas logo no primeiro teste, o de velocidade,

e não conseguirem nem chegar a fazer o intermitente; assim como vi árbitras assistentes aprovarem nos testes de agilidade e não passarem nos tiros de 75m. podemos listar outras combinações e vários fatores que podem ter impedido o êxito nos testes. Precisamos considerar o treinamento como complexo e cheio de contextos, mas que partem sempre dos princípios do treinamento esportivo e, para esta variedade de testes, faz-se necessário treinamentos gerais e específicos, respeitando os fatores individuais, com variabilidade, progredindo e respeitando as fases de recuperação, com cuidados para evitar *overtraining*.

Dito isto, ousou sugerir alguns pontos de melhoria relacionado à metodologia de aplicação dos testes físicos para o quadro feminino. Imagine um árbitro indo fazer o seu teste, ele tem, assim como as mulheres, direito a data definida e possibilidade de realizar o reteste em 30 dias, caso seja reprovado. Imagine agora as mulheres se submetendo aos testes anuais de ingresso ou manutenção da vaga, esta realiza junto com os homens, até aqui parece tudo igual, mas não o é, e não falamos de separar testes, e sim de amenizar a sobrecarga psicológica que a situação impõe as mulheres, explico a seguir.

Considerando a carreira e perspectivas de atuação no quadro nacional⁴³, de início as mulheres que querem voar alto, precisam tomar uma grande decisão relacionada a sua carreira: fazer o teste com índice masculino ou feminino?

Sabemos que as demandas de um teste físico com índices masculinos para as mulheres são elevados, que deveriam ser diferenciados, por isso sugerimos a aplicação para as mulheres em quatro momentos distintos: um teste inicial com índices femininos, com direito a reteste em 30 dias, para assegurarem sua vaga no quadro feminino, e só depois em igualdade de oportunidades; iriam submeter-se aos testes masculinos, com direito a um teste e reteste, destinados às vagas da Seleção Nacional de Árbitros de Futebol (SENAF) para

atuação profissional em competições masculinas, isso tudo implicaria em antecedência de aplicações de testes ao quadro feminino de 60 dias, que poderiam ser realizados pelos próprios instrutores locais, sem custos a CBF, mas que poderia impactar em aumento significativo de mulheres com possibilidade de atuação profissional no futebol masculino, uma vez que é provável que as poucas oportunidades gerem pressões psicológicas que as limitem nos testes físicos.

Pois sem estas condições, caso a primeira opção seja realizar o teste masculino, e não o consiga, resta no reteste a opção por fazer o teste feminino para assegurar a vaga no quadro. Muitas invertem escolhendo o feminino, que são aprovadas, e depois o teste masculino, o que resulta em uma única oportunidade de fazer um teste com maior intensidade. Percebemos a constante luta por espaço, pois uma mulher precisa superar desafios sociais, quando arrisca seu escudo feminino busca por melhores condições de atuação. Se considerarmos os contextos dessa oportunidade, poderíamos controlar o fator psicológico relacionado às demandas e pressões que o teste implica e caminhar para igualdade de gênero com maior representatividade de mulheres na arbitragem profissional masculina.

Assim, é preciso destacar que a aprovação não é tudo! É importante ter conhecimento de conteúdo e práticas técnicas em treinos, simulados e jogos. Mesmo estando no quadro feminino e com a vaga de livre acesso sem concorrência masculina, hoje podemos dizer que o principal adversário do quando feminino é interno, fruto das prioridades definidas dentro da arbitragem, mas que também precisam de auxílio e motivação para superar as barreiras internas e culturais.



A PREPARAÇÃO FÍSICA VISANDO A PERFORMANCE NOS TESTES E NOS JOGOS

Leandro de Lima e Silva

Diante da característica ímpar de atuação física dos árbitros de futebol, esses profissionais necessitam de uma preparação específica e este fato não é uma tarefa fácil para preparadores e nem para os próprios árbitros, pois alguns deles treinam sem a coordenação direta de um profissional devido à especificidade da carreira e distanciamento das agremiações que norteiam a arbitragem, dentre outros motivos. Este tópico do capítulo visa elucidar toda a informação sobre a demanda hemodinâmica descrita anteriormente, fazendo uma apresentação mais prática, sugerindo possibilidades e características de treinos para a evolução física da performance desses profissionais nos jogos e nos treinos.

Primeiro vamos pensar em preparação física e treinamento para o esporte em geral. Já na década de 80, Manoel José Gomes Tubino, em seu livro intitulado de Metodologia científica do treinamento desportivo⁴⁴, citava alguns dogmas da Educação Física que norteiam a preparação de ontem, de hoje, e acredito eu, que de sempre. O Princípio da Individualidade Biológica, O Princípio da Adaptação, O Princípio da Sobrecarga, O Princípio da Continuidade, O Princípio da Interdependência Volume x Intensidade que, acrescidos do princípio da Especificidade, acrescido por Estélio Dantas, em 1995⁴⁵, configuram um forte arcabouço que sustenta qualquer preparação física em qualquer esporte ou finalidade. Neste sentido, inspirando-se na característica da performance do árbitro passamos a estabelecer parâmetros entre o tópico anterior e a preparação física dos árbitros de

futebol, buscando-se estabelecer modelos característicos de treinamentos para auxiliar a preparação desses profissionais.

Em se tratando de individualidade biológica, cada árbitro carece de um tipo de aprimoramento e tem a sua característica pessoal em relação aos parâmetros cardiorrespiratórios e motores. Isso deve ser observado na hora de preparar uma sessão de treinamento. Fatores como idade, sexo, capacidade cardiopulmonar e valência física a ser aprimorada, são realidades que devem ser analisadas em cada indivíduo presente na sessão. Existem árbitros que são velozes, mas carecem de resistência e isso faz falta ao longo do jogo, por exemplo. Outros já necessitam de velocidade, por exemplo. Até a habilidade motora nas mudanças de direção e momentos em que ele precisa desviar de uma bolada, por exemplo, devem ser trabalhados dentro da necessidade e capacidade de cada indivíduo.

A sobrecarga, continuidade, adaptação e interdependência volume x intensidade tem diretamente relação direta com o princípio anterior e entre si, pois cada dogma destes é de suma importância na preparação. Mas, a meu ver, a especificidade para esses profissionais é de suma importância, já que eles atuam em piso de grama, com características irregulares, movimentam-se com exagerada intermitência de direção e velocidade de maneira inesperada, ligada aos lances de jogo e, embora caminhe e exerça corrida lenta na maior parte do tempo, atingem velocidades elevadíssimas em momentos cruciais nos jogos. Especialmente nestes momentos, em que eles estão sob um forte estresse interno e circunstâncias hemodinâmicas super alteradas, são os momentos mais decisivos e que geralmente traduz a sua atuação em sucesso ou insucesso em relação às decisões.

Além de disso, temos de pensar nos testes físicos que tem característica muito diversificada, já que a bateria de testes é composta por testes com diferentes características. Por exemplo, o teste com 40 estímulos de 75m em 15 seg, com recuperação de 25m

em 20seg, não contempla mudanças de direção, apenas de ritmo, porém sempre com a mesma intensidade, aproxima-se de um formato de treino conhecido, denominado de *Fartlek*, que é um método de treinamento que combina treinamento contínuo com treinamento intervalado. O treinamento de *Fartlek* é simplesmente definido como “períodos de corrida rápida, misturados com períodos de corrida mais lenta.” Para algumas pessoas, isso pode ser uma mistura de corrida e corrida, mas para iniciantes, pode ser caminhar com seções de corrida adicionadas quando possível.

Já as outras partes do FIFA teste, como também os testes complementares, contemplam mudança de direção e, o YOYO dinâmico, além de ter mudança de direção, provoca um aumento em sua intensidade, gradativamente, e tem um formato muito interessante para árbitros de futebol. Além disso, cabe ressaltar que defendemos a linha de que todas as etapas da preparação de um árbitro devem procurar abranger tomada de decisão e aspecto cognitivo e, talvez futuramente, os testes também.

Um formato interessante de treinamento para as atuações nos jogos é o treinamento em circuito. Aconselho a priorizar treinos em grama. Pode-se dividir o treino em oficinas, onde cada uma vise promover evolução em um objetivo diferente e a recuperação entre as oficinas seja uma recuperação ativa alternando “trote” e caminhada. Vamos vislumbrar possíveis objetivos das oficinas, onde elas sejam as partes mais intensas do treino e a frequência cardíaca do árbitro termine bem alta, algo que se aproxime dos lances capitais das partidas, já que no nosso estudo⁴⁶ citado no tópico anterior, eles atingiram 97% da máxima nas decisões importantes e a oficina culmine com algo relacionado com fatores cognitivos e decisórios, estimulando o cérebro a pensar rápido com a frequência cardíaca elevada.

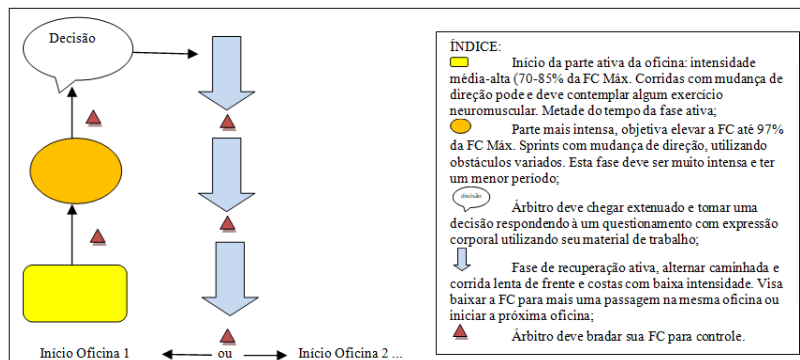
Pode-se criar, por exemplo, oficinas de agilidade, mudança de direção intensa, mudança de ritmo de maneira brusca e repentina,

coordenação e, em algumas oficinas, deve-se trabalhar o CORE e membros superiores, sempre buscando manter uma frequência cardíaca entre média e alta, pois ele precisa terminar a oficina extenuado, tomar uma decisão rápida, antes de partir para a recuperação ativa alternando um período de caminhada e “trote” com frequência cardíaca baixa sem negligenciar mudança de direção e mudança ritmo (lento e muito lento) também de forma inesperada.

Uma maneira de executar uma periodização e respeitar a individualidade no treino é controlar a execução pela frequência cardíaca e pelo tempo nas oficinas. Por isso é de suma importância que os árbitros sejam monitorados por um frequencímetro. Uma forma de controle da condição momentânea do efetivo é estipular um comando de voz para que os árbitros tenham de responder verbalmente, bradando a sua frequência cardíaca média naquele momento. Isso, além de possibilitar uma maneira de controle dos árbitros, também possibilita treinar e falar quando se está fadigado, algo que é muito comum nos jogos. Outro aspecto importante é o praticante treinar portando o seu instrumento de trabalho. Os árbitros devem treinar portando apito e cartões; os assistentes, suas bandeiras e cartões. Esses artefatos devem ser inseridos na fase de tomada de decisão no final de cada oficina. A preparação física não tem um formato fixo, varia muito de acordo com o público, sob o olhar dos princípios de treinamento já descritos. Visando exemplificar o que foi dito, criamos um exemplo de possibilidade de formato de treino, em circuito, que pode ser aplicado aos árbitros de futebol.



Figura 4 – Exemplo de treinamento em circuito para árbitros de futebol.



Ratifica-se que, seguindo esse exemplo, pode-se trabalhar diversas possibilidades para obter a evolução em diversas valências, pode-se incluir tanto na parte inicial da parte ativa exercícios para membros superiores e core. Na fase decisória, pode-se forçar o cognitivo, utilizando cores e números associando-os às regras do jogo ou questões, onde quando o árbitro ouvir ou visualizar um determinado número ou cor; pode reagir com um teste de jogo com seus instrumentos (apito, cartões e bandeiras). Esse tipo de treinamento é uma excelente opção para oferecer treinamento quando não se possui muito espaço, e/ou é preciso treinar um grupo grande e a equipe de instrução é pequena, já que esse formato possibilita até que um preparador físico possa trabalhar sozinho, ou que o próprio árbitro monte, a seu circuito, possuindo conhecimento dos fatores relacionados a sua Frequência cardíaca, apenas nos momentos cognitivos, o treino será prejudicado; porém, de forma paliativa, ele poderá imaginar-se em uma situação de jogo e decidir quando é possível utilizar um campo de futebol e, se tem a possibilidade de contar com uma equipe de instrução compatível, pode-se aplicar um formato mais específico que se aproxima da movimentação que o árbitro executa em jogo, contemplando, inclusive, contra-ataques e movimentação em torno da área penal.

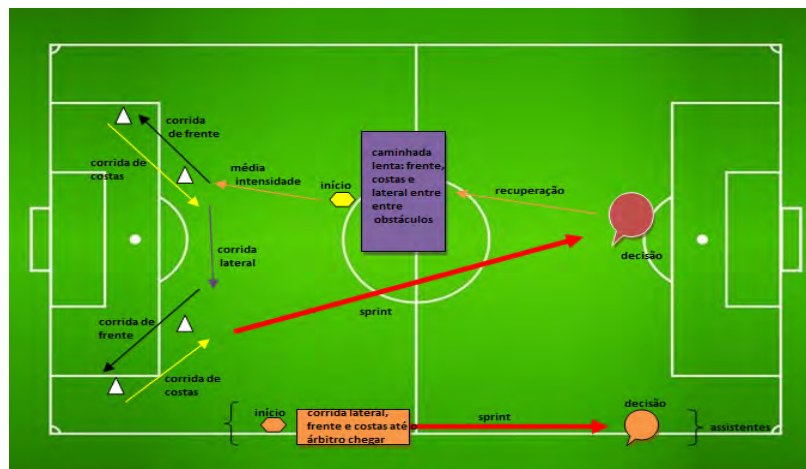
Esta outra proposta, seria um treino físico/técnico, utilizando-se do conhecimento de fatores hemodinâmicos descritos na parte inicial deste capítulo, bem como os fatores de posicionamento, angulação e distância em relação às jogadas. Nesta linha de pensamento, passamos a vislumbrar uma possibilidade de treino em que o árbitro se movimenta de frente, costas e lateralmente ao redor da área penal, buscando aproximar-se, afastar e angular, como faz em jogo quando a bola está sendo disputada nas proximidades da meta, em média intensidade. Em seguida, iniciando uma fase mais intensa e simulando um contra-ataque, o árbitro parte em desabalada carreira (sprint = velocidade $>5\text{m/seg}$) buscando aproximar-se de um contra-ataque rápido para tomar uma decisão na área penal oposta. Quando o árbitro passa pelo centro do campo, o assistente o acompanha na sua metade de atuação do campo e o auxilia na decisão, utilizando o protocolo de campo. Neste momento, seria interessante uma checagem de frequência cardíaca para controle, pois esse momento se daria após o momento mais intenso do treino. Em seguida, em um momento de recuperação, ambos buscam tomar sua posição para um possível fictício tiro de meta, de forma mais lenta, em corrida lenta e, ao chegar ao centro do campo, novamente, inicia-se uma segunda fase de recuperação, fazendo diversas mudanças de direção; porém, ainda de forma lenta, caminhando lateralmente, frente e costas. Nesse momento, seria interessante fazer uma nova checagem de frequência cardíaca para controle, verificando se ele estaria apto para o reinício.

Após isso, voltaria a aproximar-se da área penal em velocidade média e frequência cardíaca < 160 , onde se iniciaria uma nova passagem no circuito proposto. Dependendo do estado de treinamento dos árbitros, deve-se avaliar a quantidade de passagens nesse circuito; para isso. Será avaliado o tempo e o padrão de redução da frequência cardíaca entre os dois períodos de checagem, além do tempo estipulado para os momentos de média e baixa intensidade, já

que a fase mais intensa, que simula um contra-ataque, não passará de 10 segundos por passagem.

Se possível, é interessante, nos momentos decisórios, poder-se utilizar figuração de jogadores simulando faltas e infrações com bola, se não for possível, pode-se utilizar de códigos sonoros e visuais que estimulem ao cérebro do árbitro a decidir, de forma prática e rápida, utilizando a linguagem corporal e instrumentos de trabalho. Este formato necessita de no mínimo três instrutores (um no centro e um para cada área penal) que possibilita treinar ao mesmo tempo dois árbitros centrais, correndo juntos, e quatro assistentes, dois correndo em cada metade do campo, juntos. Para um melhor entendimento da proposta, criou-se abaixo (Figura 5):

Figura 5 – Exemplo de treino físico-técnico para árbitros e assistentes.



Cabe ressaltar que os testes complementares, indicados pela FIFA, são boas opções para diversificar o treinamento e podem ser inseridos nas seções semanais. É muito importante preocupar-se com a periodização dos treinos. A periodização adequada ao

treinamento está diretamente relacionada com o aproveitamento do rendimento por parte dos praticantes⁴⁷. Neste quesito, periodizar os treinos desses profissionais é muito complicado, pois eles participam de escalas de atuação que funcionam de forma inopinada. Ou seja, o árbitro é escalado e vai atuar. Nem sempre é possível saber quando irá atuar com um tempo maior que alguns poucos dias e, mesmo que de forma mais flexível, deve-se periodizar os treinos, inserir os jogos e testes como um microciclo de estímulo forte e, assim, prever a recuperação metabólica do árbitro, onde pós-jogos ou testes, obrigatoriamente, deve-se prever microciclos de regeneração, com baixa intensidade e volume.

O desempenho físico depende da adaptação do árbitro, do seu ajuste biológico e psicológico aos treinos, às performances em jogo e testes. O principal critério para calcular e periodizar o treino de qualquer atleta é seu calendário de competição e, em se tratando dos árbitros, essa tarefa é muito complicada, já que este seguimento, embora acompanhe o calendário do futebol, obedece a sua agremiação estadual e à CBF, alguns ainda conciliam com a FIFA. As escalações não são fixas e o calendário dos testes fixos também não. Mesmo assim, deve-se pensar numa periodização flexível, pois nenhum atleta consegue manter-se no seu mais alto nível de performances o ano todo. Mas o árbitro deve estar sempre em condições de exercer a sua demanda física em campo, da melhor forma possível, e em caso de testes físicos, ele deve estar em condições de lograr êxito, já que alguns deles têm caráter avaliativo. Isto quer dizer, se o árbitro não passar, não apitará.

Em se tratando do FIFA teste, a preparação deve ser um pouco diferente da indicada até este ponto, já que a literatura não aponta nenhuma correlação entre a demanda física dessas atividades, contendo intervalos de estímulos e recuperação bem definidos. Contempla mudança de intensidade, mas de forma igualitária, com

estímulo e recuperação ativa, contendo tempos que se repetem. Além disso, não contempla mudança de direção, já que os árbitros, durante os testes, deslocam-se sempre para frente, geralmente em uma pista de atletismo de forma circular, com 400m, no caso dos 40 estímulos de 75 m. Os estímulos de 60m, que visam testar a velocidade, também são realizados em uma trajetória retilínea.

Para uma preparação física, objetivando êxito nas provas supracitadas, faz-se necessário preparar a capacidade cardiovascular para que esta possa adaptar-se às características do teste principal, este, em suas duas partes. A primeira parte é mais relacionada ao Sistema Anaeróbico Aláctico ou ATP-CP, cuja produção de energia acontece a partir da utilização dos estoques de um composto armazenado dentro das células musculares, a creatina-fosfato ou CP, que sustenta principalmente as atividades de alta intensidade e curta duração, fornecendo muita energia rápida, porém se extinguindo rápido; relacionado às provas de muita velocidade e curta duração, cujos 6 estímulos com 60m estão enquadrados.

Já a fase mais longa do teste, com 40 estímulos de 75m, já parece ser um misto do ATP-CP com o Sistema Anaeróbico Láctico, cuja produção de energia é decorrente da transformação da glicose até ácido láctico, também com ausência do oxigênio, na presença importante da atividade de enzimas que são ativadas também pela solicitação de exercícios mais intensos; porém, com competência para prorrogar mais um pouco a duração da atividade. Este sistema tem sua limitação nos efeitos do acúmulo do ácido láctico produzido, que provoca desconforto nos músculos solicitados. Este sistema caracteriza a competência que definimos como resistência anaeróbica. Como a produção de energia não se dá separadamente, há uma “interação” entre os sistemas. Mesmo que de forma mínima, o sistema aeróbico produz energia pela queima dos substratos energéticos (carboidratos, gorduras e proteínas) com oxigênio, terminando o processo com

formação de gás carbônico (CO₂) e água, com grande produção de energia perdurando por muito mais tempo, sustentando atividades de intensidade mais moderada e de longa duração. Por isso participa pouco nos testes propostos.

Na preparação, deve-se dar maior ênfase àquele sistema que esteja mais associado aos objetivos específicos. No caso dos testes propostos aos árbitros, devem-se priorizar as atividades contempladas pelo sistema de produção de energia anaeróbico, diferentemente do que acontece nas partidas, que é um evento muito mais longo, que contempla, na maior parte do tempo, atividades de baixa intensidade. Para aprimorar a velocidade dos árbitros, devem-se planejar treinos que desenvolvam a força explosiva nos membros inferiores. Treinos intensos, com estímulos curtos de 100% de intensidade, observando uma pequena sobrecarga nos tempos e distâncias estipulados pelo FIFA teste. Treinos com acessórios que aumentem a carga do executante são positivos, como por exemplo, puxar um paraquedas, puxar uma carga, como os treinos com cinturões de tração, são interessantes, pois estes visam o ganho de força explosiva. Treinos utilizando pliometria podem ser utilizados, que é uma forma de exercício que busca a máxima utilização dos músculos em movimentos rápidos e de explosão, baseados na exploração do músculo em sequências de contrações excêntricas e concêntricas, buscando sempre a evolução, onde as ações dos músculos em práticas de esforços rápidos, semelhante ao comportamento de uma mola. Esses são alguns caminhos interessantes para promover a melhora da força explosiva de membros inferiores, bem como alcançar êxito no teste de velocidade.

Para melhorar a resistência e superar a fadiga, os árbitros devem desenvolver dois tipos de resistência, sendo a aeróbica e anaeróbica. Isso está diretamente relacionado aos tipos de intensidade e aos métodos empregados no treinamento. Os árbitros não podem negligenciar o condicionamento aeróbico, já que na maior parte dos

jogos eles se deslocam em baixa intensidade e a duração de uma partida ressalta a importância de cuidar também da parte aeróbica desses profissionais.

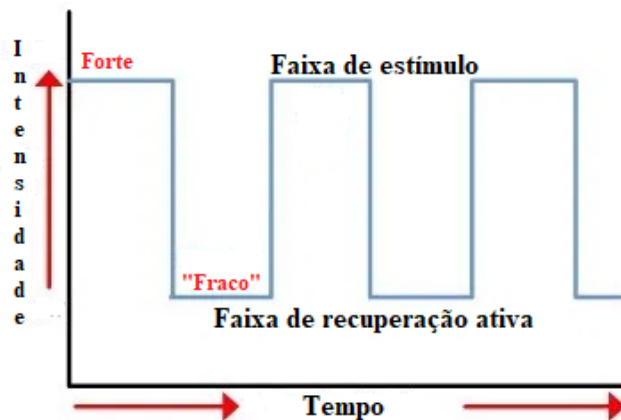
No geral, para treinamentos visando eficiência aeróbica, os treinos devem ser com velocidade inferior a 70% da velocidade máxima. Um bom critério a ser seguido pode ser a medição da intensidade do tempo por uma determinada distância, a velocidade média ou controlar a frequência cardíaca (140 a 164 bpm/min). Estímulos que não elevam a frequência cardíaca, acima de 130 bpm/min, não serão eficazes, ainda mais em se tratando dos árbitros que, no geral, são considerados indivíduos ativos e treinados⁴⁸. O cálculo dos estímulos deve contemplar várias magnitudes. Normalmente, utilizam-se repetições longas, de 3 a 10 minutos, para a evolução aeróbica, com intervalos que devem variar de 45 a 90 segundos, sendo importante que este tempo nunca seja maior que 4 minutos, já que, durante um intervalo muito longo, os capilares (vasos que se conectam as artérias e veias) se fecham e, conseqüentemente nos primeiros minutos, o fluxo segue com restrição.

Em se tratando de resistência anaeróbica, a maioria dos treinos são cíclicos e com alta intensidade. Essa intensidade pode variar de limites submáximos até à máximos. Deve-se contemplar a variação de intensidade, porém deve prevalecer intensidades em torno de 90% da máxima para a evolução anaeróbica. A duração dos estímulos não deve ser longa, para que a faixa de trabalho contemple a fonte de energia e a adaptação anaeróbica, onde o estímulo deve ser de 5 a 120 segundos, com intervalos suficientes apenas de suprir o débito de oxigênio; o intervalo é em função do estímulo e volume do treino, que pode ser próximo aos 2 minutos, ratificando que o árbitro não pode começar uma nova série quase recuperado.⁴⁸

No tocante a fase do teste, composta por 40 estímulos de 75m com velocidade de 5m/s e recuperação de 25m em 1,25m/s, a

estratégia a ser seguida é baseada em treinos com formatos de fartlek, que podem ajudar bastante no aumento da velocidade e resistência. Os árbitros devem usar o Fartlek para aumentar seu limiar e resistência anaeróbicos desde o início da carreira. Já na escola de formação, podem usar o Fartlek para ajudar nos treinamentos de velocidade e de resistência, como também para adicionar variedade ao seu programa de exercícios cardiovasculares. A chave neste tipo de treinamento é manter uma faixa média de intensidade na recuperação e, durante os estímulos principais, manter uma faixa de maior intensidade, de forma que o sistema cardiovascular se adeque gradualmente com a faixa mais intensa, já que não recupera 100% durante o treino, conforme a ilustração a seguir:

Figura 6 – Representação de um treino Fartlek.



Os árbitros devem alterar a intensidade de desempenho em uma distância, tempo ou frequência cardíaca pré determinada. A intensidade variará de moderada a submáxima. É possível também, determinar a alteração de intensidade por fatores externos, como por

exemplo, tipo de terreno e inclinação. Alterar a velocidade do ápice entre 1 e 10 minutos, em intensidade moderada, permitirá ao corpo recuperar-se levemente antes do novo aumento de intensidade. Para estímulos de alta velocidade a frequência cardíaca, pode-se aproximar dos parâmetros máximos dos árbitros e a recuperação nunca pode ser plena, nunca deve baixar muito de 140 bpm/min, pois a ideia é manter a parte baixa da “onda” sempre acima da recuperação completa. O enfoque do ritmo nesse sistema ondulatório de intensidade facilita um volume considerado bom e, de acordo com essas variações de intensidade, recuperação e volume total do treino, pode-se variar o treino e o direcionar mais para os fatores anaeróbicos ou aeróbicos, dependendo do foco da sessão de treino ou estado de treinamento do árbitro.

Com base nessas informações, pautadas na literatura descritas até aqui, bem como nas sugestões de formato de treinamento, buscamos contribuir com a preparação física dos profissionais dessa nobre arte, a arbitragem do futebol. Um árbitro deve estar bem condicionado para executar as movimentações dentro do campo de jogo, de forma que lhe proporcione decisões maduras e corretas, pautadas na regra com o mínimo de “pressão hemodinâmica” possível e, somente uma preparação bem elaborada e específica pode lhe proporcionar isto.

Com esses direcionamentos, buscamos ajudar tanto aos preparadores físicos dedicados a aprimorar o condicionamento dos árbitros, quanto àqueles profissionais do apito, que por alguma circunstância, distância, tempo etc, não têm oportunidade de ter a sua preparação conduzida por um profissional, havendo, neste caso, carência de algum direcionamento, salientando que é de suma importância a condução e, se for o caso, no mínimo a coordenação de um professor de Educação Física neste processo. Porém, temos profissionais que atuam ou residem em lugares longínquos ou sem

estrutura e pretendemos, com a nossa expertise da formação e pós-graduação na área da Educação Física, além da experiência de também ser árbitro de futebol, contribuir a quem quer que seja, com um direcionamento a respeito do pilar físico.

Porém, nem só do pilar físico é pautada uma boa performance arbitral no jogo. Ao longo desse livro, o leitor perceberá que todos os pilares são importantes na carreira do árbitro e que todos eles têm uma certa conexão. Por isso, fizemos questão de convidar autores de grande experiência e expertise em cada assunto para colaborar e enriquecer esta obra. Pessoas diretamente ligadas à carreira dos árbitros e/ou à entidade reguladora do esporte no país para, com isso, trazer informações bem embasadas e fidedignas, com um alto grau de confiabilidade.

Aconselho a ti, caro leitor, a iniciar a leitura do próximo capítulo que versa sobre o pilar mental, adquirindo informações dos processos conceituais de cada pilar e poder constatar a interação entre os pilares da arbitragem, de uma forma que nos conduz a concluir que o árbitro de futebol é um profissional com característica multidisciplinar, cuja formação e atuação é ampla, onde cada pilar desta nobre carreira é de suma importância. O árbitro de futebol que pretende ascender na carreira precisa cuidar, treinar e buscar evoluir em todos os pilares.



PREVENÇÃO DE LESÃO NA ARBITRAGEM SOB O OLHAR DA BIOMECÂNICA E DA CINESIOLOGIA

Jurandir Baptista Silva

A demanda física dos árbitros inserida no contexto do futebol se assemelha, substancialmente, a dos atletas. No entanto, em um contexto de constante evolução da consequente preparação física, os preceitos da fisiologia do exercício aparecem quase que como exclusividade no treinamento dos árbitros. Não que preparar-se para correr mais rápido e em uma distância maior, com um bom padrão cardiorrespiratório não seja fundamental. No entanto, as constantes mudanças de direção, aceleração positiva e negativa geram distintas necessidades além das puramente fisiológicas.

Quando pensamos esse cenário, a agilidade é uma valência preponderante para a atividade laboral de arbitragem. A agilidade é caracterizada pela capacidade de troca de direção e sentido do movimento, em alta velocidade. Ou seja, traduz-se na capacidade que o indivíduo tem de acelerar o corpo para movimentar-se ou parar ao mesmo tempo, em que troca a direção e sentido do movimento dentro do seu eixo rotatório, na maior velocidade possível. A potência muscular então, torna-se extremamente importante. Ao ser caracterizada como a manifestação da força em velocidade, a potência muscular é o ponto de partida para a preparação neuromuscular dos árbitros.

Ao desenvolver a potência muscular, os árbitros conseguem, de forma mais eficiente, realizarem a desaceleração do movimento e, na mesma sequência, acelerar o movimento em uma outra direção e sentido, em alta velocidade. Com a eficácia muscular aumentada, menos o sistema cardiorrespiratório é exigido e, consequentemente,

maiores níveis físicos gerais são alcançados. No entanto, a relação entre ossos, músculos e articulações – o que chamamos de osteomioarticulares – precisa estar em harmonia para evitar as indesejáveis lesões nesses sistemas.

Pode-se considerar que a demanda física do árbitro durante a partida é bastante significativa, já que durante os 90 minutos de jogo este realiza, em média, 1268 atividades diferentes, mudando de ação motora entre 4 e 6 segundos e percorrendo uma distância de 9 a 12 Km por jogo⁴⁹. Além disso, segundo DA SILVA⁵⁰, os árbitros de elite da CBF treinam, em média, 4 vezes por semana, com 75 minutos por sessão. Partindo apenas desses pressupostos, é razoável imaginar que essa exigência física é potencialmente lesiva.

DA SILVA⁵⁰ observara que os árbitros apresentaram uma quantidade de lesão maior no treinamento do que no jogo propriamente dito. Esse maior número de lesão, durante o treinamento, sugere que os árbitros podem estar se submetendo a uma carga de treinamento muito elevada e a exercícios mecanicamente mal executados. Esse fato pode ser corroborado pelo fato de grande parte dos árbitros lesionados treinarem sem acompanhamento de um profissional de Educação Física⁵¹.

Uma outra característica física que influencia na incidência de lesões osteomioarticulares é a mobilidade. A mobilidade articular está relacionada a capacidade que as articulações do corpo têm em se movimentarem, dentro da sua amplitude e de seus diferentes planos de movimento. Ela depende tanto da característica anatômica dos ossos que articulam, quanto da flexibilidade dos músculos que auxiliam no movimento desejado. Em um estudo desenvolvido com árbitros de futebol, para verificar-se a mobilidade da articulação do quadril, observou-se que os árbitros apresentam, em sua maioria, um nível muito baixo de flexibilidade, o que contribuiu para que ocorram lesões, principalmente nos músculos da parte posterior da coxa⁵².

A biomecânica, nesse contexto, pode ser uma ferramenta de suporte para o trabalho de preparação física do árbitro, por contribuir na compreensão global sobre o processo de treinamento. Uma boa avaliação biomecânica pode acrescentar dados muito importantes para individualizar as necessidades dos árbitros, aumentando a eficácia dos padrões funcionais de movimento, influenciando na evolução dos padrões físicos e no auxílio na prevenção de lesões.

Logo, é de suma importância, e de acordo do supracitado, que o árbitro se prepare constantemente, fisicamente, de forma que venha a contribuir com a sua atuação durante a carreira, e também, consiga manter-se em atuação por mais tempo em alto nível, com baixo índice de lesões, já que passa a sua carreira atuando em pisos nem sempre tão estáveis e regulares, tendo de atingir grandes velocidades com grande alteração de intensidade, isto de maneira inesperada, obedecendo a necessidade do jogo, com grande incidência de sentido e direção.



3

Leandro de Lima e Silva
Marta Aparecida Magalhães de Sousa
Guilherme Fischer Mascarenhas

**PILAR
MENTAL**

A INFLUÊNCIA DO PILAR FÍSICO NOS PROCESSOS DECISÓRIOS

Leandro de Lima e Silva

Decidir é preceito básico do ser humano desde a sua existência, e por ser um mecanismo mental automático, é muito difícil avaliar os fatores que envolvem essa ação. A tomada de decisão se trata de um processo pelo qual se representa a impressão sensorial, com a finalidade de dar sentido ao ambiente em que se encontra. Os fatores que influenciam nessa percepção serão classificados como internos e externos ao longo deste capítulo. Os fatores externos estão relacionados aos quesitos ambientais, já os internos estão relacionados aos fatores fisiológicos e psicológicos. Por isso, algumas pessoas têm opiniões diferentes a respeito do mesmo fato, ou até mesmo, a mesma pessoa opina diferente sobre o mesmo evento estando em situação diferente.

O árbitro de futebol profissional tem seu êxito diretamente associado às tomadas de decisão acertadas, tomadas com rapidez, mediante uma atmosfera cercada de intercorrentes e intempéries. Trabalhando sobre alto nível de estresse, depende de uma decisão precisa, tomada no mais curto período de tempo possível, em ambiente hostil e circunstâncias físicas bem alteradas, onde se ressalta a importância do condicionamento físico, além de todas as adaptações fisiológicas e neurológicas decorrentes desse estado físico.

Diante de toda demanda física descrita no capítulo 2 e da obrigatoriedade de tomar decisões corretas nas partidas, é notório que o as oscilações cardíacas, durante as suas decisões, são de suma importância! Nesse quesito, a frequência cardíaca tem grande relevância, pois descreve as oscilações dos pulsos

cardíacos. A frequência cardíaca está diretamente relacionada ao sistema nervoso autônomo⁵³⁻⁵⁶.

Um estudo do tipo meta-análise⁵⁷ identificou regiões cerebrais associadas ao controle vagal cardíaco e há indícios de que áreas do cérebro se relacionam com o controle vagal e afetivo⁵⁸. Porém, a conexão das medidas da frequência Cardíaca e funções cognitivas não foi bem investigada. Outro estudo, publicado em 2014⁵⁹, sugeriu que a frequência cardíaca está associada ao controle cognitivo inibitório, podendo ajudar em uma melhor compreensão dos mecanismos subjacentes aos benefícios do exercício aeróbico na estrutura e função do cérebro. Porém, não encontrou significância estatística em sua mediação entre as variáveis de estudo no grupo estudado.

Os autores Helsen e Bultynck⁶⁰ fizeram um estudo acerca das decisões dos árbitros nos jogos. Neste estudo, eles apontam que esses profissionais tomam, em média, 137 decisões observáveis durante o jogo. Isso foi mensurado através da linguagem corporal dos árbitros no replay, em vídeo das partidas, e variou de 104 a 162 decisões observáveis por jogo. Este estudo afirma que os treinamentos e avaliações visuais ainda são muito limitados porque são realizados, geralmente, em ambientes estáticos. O que é compreensível devido à complexidade de simular o ambiente decisório dos árbitros.

Na busca de um melhor mapeamento dos fatores decisórios, em função de uma demanda física dos árbitros em campo de jogo, no seu campo real de atuação, desenvolvemos um estudo intitulado *The haemodynamic demand and the attributes related to the displacement of the soccer referees in the moments of decision / intervention during the matches*⁶¹, cujo objetivo foi analisar as variáveis: hemodinâmicas (frequência cardíaca média, frequência cardíaca máxima e mínima) e características dos deslocamentos (velocidade média, velocidade máxima, cadência média, cadência máxima, cadência mínima e distância percorrida) durante as decisões observáveis nos jogos.

Foram analisadas 1.224 decisões tomadas por 10 árbitros filiados à entidade reguladora desta modalidade esportiva no Rio de Janeiro, a nível profissional, em 10 partidas de futebol no estado do Rio de Janeiro, sendo elas, 5 disputadas pela série “A” de profissionais, em 2018, e 5 disputadas na série “B” de profissionais, em 2017.

Os árbitros mencionados foram monitorados com um frequencímetro de pulso com GPS validado e a gravação das partidas sincronizadas com o frequencímetro, de maneira que fosse possível analisar com um *software* as variáveis supracitadas no exato momento em que o árbitro demonstrava a sua decisão no jogo, além do período de 15 segundos que precediam essa decisão e o acumulado do início do jogo até cada decisão. Este estudo revelou que em decorrência das particularidades verificadas, em relação aos fatores hemodinâmicos a que os árbitros são expostos nos jogos, necessitam serem treinados num ambiente o mais próximo possível da realidade das partidas e um fato curioso que este estudo também revelou foi que, no exato momento em que a decisão é tomada, a frequência cardíaca dos árbitros se elevou em relação aos 15 segundos que a antecedem, demonstrando que as intervenções, geralmente, são efetivadas sob uma alta pressão hemodinâmica. Porém, alguns outros fatores, de cunho psicológico, podem ter grande influência nesse momento. Entretanto, isso precisa ser estudado com uma maior profundidade. Fato que ratifica a importância de estudos em relação aos momentos de intervenção decisórias dos árbitros, com maior foco nos fatores psicológicos, que levem em consideração o nível das equipes adversárias nos confrontos, bem como analise o resultado das partidas e a equipe que está atuando em seu próprio estádio. Em suma, que levem em consideração todas as circunstâncias a cerca do confronto, mas também do momento psicológico e social do árbitro.

Os dados supracitados nos levam a acreditar que, há muito mais envolvido no processo de tomada de decisão do árbitro do que

a influência do pilar físico. No tópico seguinte você terá um grande esclarecimento a cerca disso e, talvez, passará a analisar com uma ótica diferente a atuação desses profissionais ou, no caso dos árbitros e profissionais que preparam esses profissionais, começarão a introduzir e/ou preocupar-se melhor com a preparação psicológica desses indivíduos, visando uma evolução na performance dos mesmos nos jogos.

O SURGIMENTO DA PSICOLOGIA ESPORTIVA NA ARBITRAGEM DE FUTEBOL

*Marta Aparecida Magalhães de Sousa
Guilherme Fischer Mascarenhas*

Antes de detalhar a atuação da Psicologia do Esporte, junto à Comissão de Arbitragem da CBF, vale relatar brevemente o processo de construção deste trabalho.

O trabalho psicológico com os árbitros de futebol iniciou em fevereiro 2004, no Sindicato dos Árbitros de Futebol do Estado de São Paulo (SAFESP)⁶². Em 2005, permaneceu com eventuais trabalhos, ora palestras, ora atendimento individual ou em grupo, uma vez por semana, ora cursos para observadores, ora acompanhamento em pré-temporadas, entre outras necessidades do momento.

Esse trabalho permaneceu até a concentração num hotel em São Paulo e o acompanhamento do teste físico em São Caetano do Sul/São Paulo. A esta altura, já no ano de 2007, esse processo foi gradativo e crescente junto a Confederação Brasileira de Futebol.

Ao longo do tempo, diferentes experiências e exigências ao trabalho de preparação psicológica foram realizadas. Dentro do

contexto crescente, percebeu-se que o trabalho psicológico poderia ser dividido em três momentos:

1. Nas ocasiões de atuação do árbitro, no vestiário, antes, durante e depois a partida de futebol, e mesmo em treinamento, nas atividades no hotel, ou hospedagem em concentração.
2. Na sala de aula, nos trabalhos cognitivos, nos cursos de aprimoramento; e
3. No *setting* terapêutico (intervenção clínica) em circunstâncias específicas quando necessária.

UM OLHAR PARA OS ÁRBITROS DE FUTEBOL

*Marta Aparecida Magalhães de Sousa
Guilherme Fischer Mascarenhas*

Dentro dessas atribuições, a Comissão Nacional de Arbitragem instituiu, desde 2007, em uma organização de Preparação dos Árbitros Brasileiros, a partir dos Pilares para a Preparação do Árbitro. Trata-se de uma estrutura que busca aliar conhecimentos teóricos e práticos a fim de viabilizar um trabalho integrado de preparação do árbitro para a devida condução de sua tarefa em jogo.

Segundo MARKUNAS⁶³, a preparação psicológica diz respeito a um processo em que os aspectos culturais e socioeconômicos do indivíduo são levados em consideração para o planejamento das atividades específicas que visam o desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades psicológicas para o alto nível de desempenho, objetivando antecipar o enfrentamento e superação de desafios

e exigências específicos da vida esportiva e das circunstâncias da competição. O controle emocional é efeito dos procedimentos de orientação e treinamento psicológico, com uso de estratégias individuais e de autorregulação.

Em face das estratégias supramencionadas e, em cada uma das oportunidades de atuação da Psicóloga Esportiva, destacamos:

- a. Coleta de informações através de observações, questionário, entrevistas;
- b. Utilização do teste POMS (um teste cognitivo, que significa, originalmente: *profile of mood states*, ou traduzindo-o: perfil do estado de humor) como recurso de trabalho individual e complementar aos dados identificados em observações e entrevistas;
- c. Vivências e dinâmicas para ampliar a *awareness* (Conscientização/percepção das situações enfrentadas);
- d. Palestras explicativas sobre preparação psicológica, visando ampliar o conhecimento teórico, estimulando a relação dos aspectos estudados e vivenciados. Busca-se a estimulação da memória e concentração como habilidades cognitivas específicas;
- e. Atividades de feedback advindos das escutas individualizadas ou em grupo, a fim de promover e/ou facilitar a integração do Grupo Arbitragem, aumentando a sensação de pertencer à Categoria e procurar a Unidade na forma de atuar;
- f. Trabalho dinâmico em campo para auxiliar concentração na hora do treino. São propostos exercícios em lócus para testar e aprimorar os estados atencionais dos participantes.
- g. Observação e *feedback* em campo, a fim de ampliar a sensação, percepção e ação mobilizadora na hora do jogo;



- h. Análise conjunta sobre avaliação pós-jogo, através de conversas direcionadas, vídeos tapes e outros recursos para entrar em contato com a real atuação;
- i. Comunicação direta e permanente com árbitros, quando solicitada, a fim de acompanhá-los e/ou orientá-los psicologicamente;
- j. Técnicas específicas de autorrelaxamento, controle de estresse, quando pertinente.

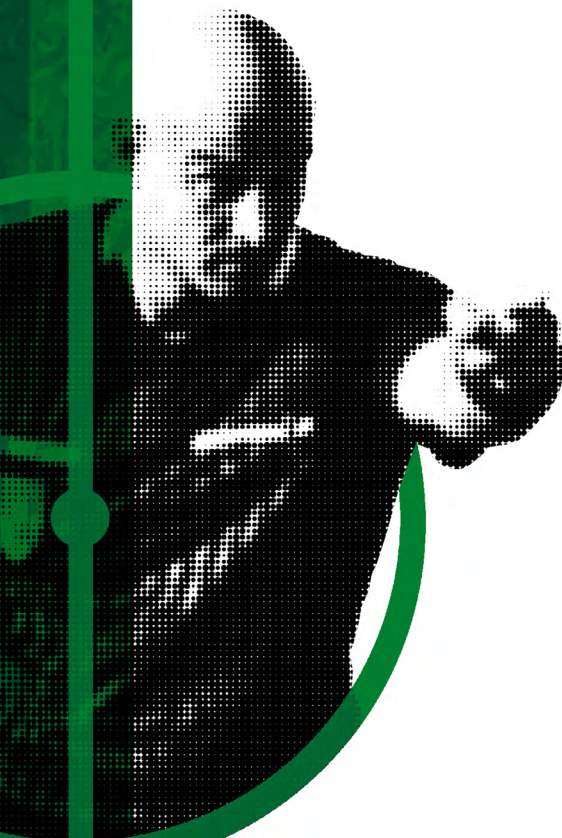
A partir das estratégias acima, as técnicas aplicadas são específicas ao momento e ao controle emocional que se busca, através da autorregulação cognitiva, sensorial, afetiva, sempre com o objetivo de auxiliar o árbitro em seu padrão de enfrentamento singular e em sua habilidade e competência, o que leva a uma atuação, cada vez mais comprometida, motivada ao enfrentamento das pressões do mundo esportivo.

Dentre estas dinâmicas e práticas específicas, enfatizamos:

1. A auto-observação de reações e condutas internas e externas (nos momentos de treino, nas avaliações físicas, na atuação antes, durante e pós-partida); e
2. O autorregistro, visando exercitar a escrita, mediante execução dos treinos, atuação e leitura dirigida. O relato detalhado de situações vivenciadas usualmente viabiliza a releitura dessas situações, bem como amplia a percepção e exercita a memória e a leitura mental de situações críticas de seu desempenho.

Dentre os conteúdos psicológicos são trabalhados:

- a. As habilidades psicológicas como concentração, atenção, tomada de decisão: utilização de fatores que estimulam o



desenvolvimento da concentração⁶⁴, Roda da Excelência⁶⁵, a curva de ciclo de contato para árbitros, baseado em Zinker ⁶⁶;

- b. Tomada de decisão: criação de quadro dos controles: pensamento, atenção, ativação, atuação (material elaborado para a Copa do mundo 2010 e treino para o campeonato Brasileiro 2011);
- c. O autocontrole: controle respiratório, estresse e ansiedade, comunicação, confiança, coesão, atenção e prática mental ^{64, 65};
- d. E a motivação, ativação, relaxamento e prevenção do esgotamento.

Deve-se destacar, ao final desta descrição, que as ações e intervenções junto aos árbitros são realizadas em períodos curtos e específicos de sua preparação em concentração e em encontros individuais, agendados ao longo do ano, o que por um lado, viabiliza a articulação das atividades aos demais pilares da preparação da arbitragem; por outro, diminui a frequência e o sistemático aprimoramento de algumas habilidades psicológicas específicas.

Por isso, o dinamismo e a prontidão para a criação de exercícios e intervenções facilitadoras do controle emocional e elevados níveis atencionais dos árbitros também é exigência do Psicólogo do Esporte, evidenciando a necessidade de constante aprimoramento no que diz respeito às técnicas empregadas e resiliência em função da adaptação às circunstâncias de todo treinamento.

ASPECTOS PRÁTICOS DA PSICOLOGIA DA ARBITRAGEM

*Marta Aparecida Magalhães de Sousa
Guilherme Fischer Mascarenhas*

A atuação da Psicologia do Esporte vinculada à Comissão de Arbitragem da CBF tem sido construída ao longo do tempo, na complementaridade aos demais pilares da preparação do árbitro e que tem superado desafios e construído caminhos, a partir de uma visão integradora do homem e do profissional.

Entendemos que o homem está diante de uma prática, que é seguida pela emoção do espetáculo, ligada por aspectos financeiros, poder, controle e prestígio da mídia e da sociedade como um todo. Ser árbitro, normalmente, é a segunda atividade do indivíduo, uma vez que ele tem uma função ocupacional em outro trabalho, que possa garantir sua sobrevivência.

O lado positivo de ser árbitro está na escolha que ele fez, no prazer em apitar, bandeirar. Ao mesmo tempo, a função exige dele um ótimo preparo físico, técnico, psicológico, social, e ainda cobra que ele divida seu tempo entre trabalho, família, estudos, treinos, estando sujeito a pressões de vários segmentos (própria Federação, treinadores, jogadores, mídia, torcedores, clubes, entre outros).

Essa divisão de papéis requer do mesmo homem diferentes olhares, posição, dedicação, o que leva a cobrar-se cada vez mais, e essas excessivas cobranças pode levá-lo ao estresse, ansiedade, insegurança, medo em falhar, entre outros. Tais comportamentos são compreensíveis diante de ameaças e pressões exageradas a qualquer

ser humano, exceto ao juiz de futebol, afinal “ele é o único que não pode perder a cabeça”.

Entendemos, assim, que a atuação da Psicologia do Esporte neste contexto é ambígua, pois ao mesmo tempo em que visa à promoção de saúde, a ampliação de percepção e consciência do sujeito, submete-o a exercícios e estratégias de neutralização de conteúdos emocionais a fim de mantê-lo sensível apenas à análise das situações de jogo sob a ótica do Livro de Regras.

Percebe-se, no convívio com os profissionais da arbitragem, que a pressão e o estresse são inerentes à atuação e que o desenvolvimento de resiliência é imprescindível a uma prática de alto nível e zeloso desempenho.

Neste sentido, a psicóloga, volta-se aos árbitros, oferecendo o apoio, o serviço de escuta, a possibilidade de dinamizar, fazer uma releitura dos jogos de forma significativa, a compreensão do tempo, a paciência que se leva para construção da prática de arbitrar pelo prazer dentro das respectivas regras, entre outros elementos essenciais para chegar mais próximo na busca pela Excelência⁶⁵.

Temos experimentado e vivenciado o cotidiano de formação, preparação e atualização dos profissionais da arbitragem de modo que se possa identificar que a segurança e autoconfiança demonstradas em campo, são conquistadas passo a passo, desde a motivação inicial em mostrar o domínio e conhecimento de todas as regras, até a sensibilidade da aplicação delas, com postura ética e disciplinar de autoridade, em cada situação específica.

O bom árbitro é aquele que consegue vivenciar, presencialmente, cada jogo como único. Segundo Ginger ⁶⁷ “o contato autêntico consigo mesmo e com os outros favorece um ajustamento criador do organismo ao meio”.

Ramaglia⁶² reafirma que a atuação voltada para o “aqui e agora”, para o momento exclusivo da partida de futebol, desligando-se de quaisquer questões antes ou depois da partida é essencial para a devida integração dos pilares de preparação em que a concentração e a manutenção do foco nos aspectos relevantes, mostram-se fundamentais para as tomadas de decisão seguras e acertadas.

A prática da Psicologia do Esporte também tem nos mostrado a necessidade em compreender e superar a fase das polêmicas dos jogos, pois existe um olhar, algumas vezes, equivocado, viciado pelo tempo por parte de vários segmentos da sociedade, quanto aos conhecimentos das técnicas e regras da arbitragem de futebol.

O árbitro está sujeito a críticas e insultos, quer sejam infundados ou não⁶⁸. O acolhimento e a resignificação da prática e da relação homem-árbitro tem sido necessária como estratégia de controle emocional e aprimoramento de resiliência, visto que a atuação do árbitro, tal como a do atleta não se encerra em cada partida, uma vez que ela é reavaliada na próxima oportunidade, e assim sucessivamente.

Com isso, pode-se verificar que as falas são direcionadas pela emoção, pela paixão, e algumas vezes, até pelo hábito de criticar o árbitro, ele sempre é alvo de contradições. Essas críticas esbarram fortemente na individualidade do homem em questão, o que fortalece a necessidade deste homem estar sempre trabalhando seu autossuporte, antenado na busca pela confiança e segurança em seu ser e fazer, cada dia mais resignificando o presente, procurando integrar o que pode melhorar do passado, com as metas do futuro e a mobilização de energia no presente para decidir de forma certa.

Outras tantas necessidades vão sendo desveladas ao longo do tempo e das circunstâncias de trabalho da psicologia, como possíveis conflitos entre a baixa frequência de escala para apitar jogos e as dificuldades decorrentes de menor remuneração, bem como a

queda na motivação para a manutenção do treinamento físico. Ou seja, o árbitro deve estar sempre pronto para ser escalado em uma partida, mas nem sempre o será. É como se fosse um atleta sempre no banco de reservas, pronto a entrar e que não deve frustrar-se se não for chamado.

Como lidar com esta dinâmica de expectativas e controle emocional? Estas e tantas outras questões se manifestam na rotina do árbitro, que simultaneamente colocam desafios emocionais e o preparam para as situações de pressão e necessidade de autocontrole no próprio jogo. Ainda para exemplificar as demandas psicológicas da atuação do árbitro, ele deve sempre apresentar-se fisicamente apto às partidas e, em caso de lesão ou doença, ele deverá pedir licença, com isso, ele é automaticamente retirado da escala e/ou sorteio da semana.

Por tudo isto, evidenciamos, na prática como Psicóloga do Esporte na Comissão de Arbitragem da CBF, que a força emocional e a capacidade intelectual de interpretação das situações, à luz do Livro de Regras, aliadas ao permanente exercício da ética, compõem os alicerces da atuação do árbitro de futebol brasileiro. Trata-se de uma atividade profissional que envolve paixão, controle, responsabilidade, autoridade e autonomia, revelando em cada um dos homens e mulheres algumas das mais altas qualidades psicológicas que o esporte é capaz de recrutar nos seres humanos; quer sejam atletas ou árbitros.



O CICLO DA AUTORREGULAÇÃO PARA ÁRBITROS DE FUTEBOL

Marta Aparecida Magalhães de Sousa

Guilherme Fischer Mascarenhas

Leandro de Lima e Silva

Muito se discute sobre todos os processos que estariam por “trás” de todas as ações do indivíduo, desde as mais simples até as mais complexas. A psicologia, desde os seus primórdios se apresenta como uma ciência que tem como objetivo estudar o indivíduo em sua totalidade, encarrega-se de buscar as respostas a estes processos e suas diferentes formas de manifestação.

Mas o que seria tudo isso que estaria por trás dos processos sócio-cognitivos presentes no trabalho da arbitragem de futebol? A psicologia do esporte busca explicações sistemáticas para as ações que permeiam a prática e o treinamento dos atletas. E neste capítulo teremos como objetivo fazer uma breve contextualização sobre os principais processos estudados e trabalhados pelo pilar mental na preparação de árbitros (as), em busca de uma atuação com autorregulação pessoal e esportiva.

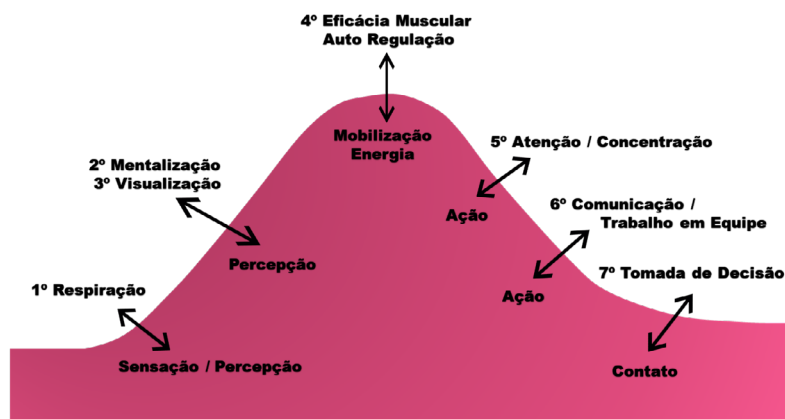
Faz-se bom entender, em um primeiro momento, o que é a psicologia do esporte. Segundo Rubio⁶⁹, ela “(...) tem como meio e fim o estudo do ser humano envolvido com a prática de atividade física e esportiva competitiva e não competitiva.” (p. 4) Levando em consideração ainda, segundo a autora, “os processos de avaliação, as práticas de intervenção ou a análise do comportamento social que se apresenta na situação esportiva a partir da perspectiva de quem pratica ou assiste ao espetáculo” (p.4).




Então, para compreender estes processos individuais do atleta, usaremos como norte a Escala de Sensação (Ciclo de Autorregulação pessoal e esportiva). Esta começou a ser trabalhada na psicologia da arbitragem em 2007 (Figura 7) e nela são compreendidos sete passos: a respiração, mentalização, visualização, eficácia muscular, atenção e concentração, comunicação e trabalho de equipe e por último a tomada de decisão.

Figura 7 – Escala de Sensação.

Escala de Sensação (Ciclo de Autorregulação Pessoal / Esportiva)



A respiração é muitas vezes “esquecida” na prática esportiva, devido a um senso comum de que “respirar é respirar”, ela é negligenciada por parte dos atletas que esquecem que muitas vezes a fazemos de forma equivocada, com a possibilidade de chegar a níveis nos quais lesões podem ser mais frequentes a sujeitos que não respiram de forma correta.



Pesquisas como em PINNA, KOSUGI ⁷⁰, evidenciam o aumento no ritmo respiratório durante a atividade física, e que a falta de controle deste, pode levar a uma fadiga mais rápida, conseqüentemente a piores tomadas de decisão, diminuição nas diferentes atenções e na capacidade de concentrar-se durante a partida. No decorrer dos treinamentos físicos, os psicólogos têm a possibilidade de treinar em seus atletas as formas corretas de respirar, como a respiração diafragmática, que tem como objetivo diminuir a frequência respiratória do atleta a partir de uma contração muscular, melhorando a oxigenação no cérebro, e como conseqüência, retardar o processo da fadiga, melhorando sua atenção e concentração em suas ações posteriores. Ou seja, a respiração está relacionada com a capacidade de autorregular os pensamentos e os níveis de ativação.

Outro passo muito importante da escala de sensação é a mentalização, um dos processos mais conhecidos na prática da psicologia do esporte. Esta, segundo Weinberg e Gould ⁶⁴ é “uma forma de simulação. É semelhante a uma experiência sensorial real (tal como ver, sentir, ouvir), mas toda ela ocorre na mente.” (p. 274). Ou seja, ela tem como objetivo possibilitar ao atleta que este se prepare para uma situação antes mesmo que ela aconteça. Ou seja, o atleta poderá visualizar o que poderá vir a acontecer, com o objetivo de traçar metas, diminuir processos ansiosos e buscar melhores formas para resolver possíveis problemas adversos.

A mentalização e a visualização que é o nosso terceiro passo, ganharam notoriedade em uma psicologia do esporte moderna, uma vez que estão relacionadas a todos os processos de relaxamento, como a meditação e ao *mindfulness*. Técnicas estas que não se fazem possíveis uma sem a outra e que mostram, cada vez mais, sua eficácia em processos de ansiedade, fobia, atenção e autoconsciência.

Como se pode observar, o trabalho do atleta está intimamente ligado com a ampliação de seus processos mentais, estes influenciam

o restante do corpo, principalmente o aspecto consciente físico e de ativação. Estamos diante das evidências do quarto passo, que é o processo da Eficácia Muscular, no qual, a ativação física está atrelada a consciência corporal e autoconhecimento do indivíduo com seu corpo. A ativação, ainda, segundo Weinberg e Gould ⁶⁴, é uma combinação de atividades fisiológicas e psicológicas em uma pessoa e se refere a dimensões de intensidade da motivação em determinado momento.

Quanto maior a consciência de si próprio, de suas capacidades, dificuldades e potencialidades, melhor será o processo de autorregulação. As possibilidades de uma autoconsciência em conjunto com técnicas psicológicas, como o relaxamento progressivo, *biofeedback* e controle de respiração, auxiliam o indivíduo a manter-se em um estado psico-fisiológico adequado, que respeite as necessidades em uma determinada situação, mesmo que estressora, tendo a capacidade de mobilizar a energia para um foco geral e específico (Eficácia Muscular).

A importância da resiliência se mostra aqui, definida por Cevada, Cerqueira ⁷¹ como uma habilidade pessoal de adaptar-se com sucesso ao estresse agudo ou crônico, exemplifica a capacidade de um indivíduo de lidar com diferentes problemas, que podem surgir nas mais adversas situações. E toda esta capacidade de resolução dos mais diferentes problemas. Está correlacionada com todo o processo de autorregulação e sua eficácia muscular, uma vez que o processo mental influencia o estado físico, e vice-versa.

Quando pensamos nas dificuldades do trabalho da arbitragem, uma das respostas mais frequentes, com toda a certeza, é o pensamento da dificuldade de manter-se concentrado e atento durante todo o jogo, ainda mais considerando os inúmeros estímulos distratores no ambiente. Mas afinal, o que é esse quinto passo na nossa escala de sensação que é a atenção e concentração?

Segundo Weinberg e Gould⁶⁴, a “concentração refere-se à capacidade de uma pessoa exercer esforço mental deliberado sobre o que é mais importante em qualquer situação” (p. 344). Ainda segundo os autores, para compreender a atenção, é necessário ter em mente quatro partes determinantes do processo de foco:

- a. Focalização nos sinais relevantes do ambiente (Atenção Concentrada);
- b. Manutenção daquele foco de atenção por todo o tempo;
- c. Consciência da situação e dos erros de desempenho;
- d. Mudança do foco de atenção quando necessário.

É importante salientar que toda a atenção é flutuante, ou seja, tem como variante seu foco, direção, deslocamento e manutenção. A capacidade de manter-se concentrado, mesmo com uma mudança abrupta no ambiente no qual o indivíduo está presente, é um dos grandes trabalhos dos psicólogos (a) do esporte.

Em pesquisas, como por exemplo, o estudo de Fabiani⁷², é observado que níveis excessivos de ansiedade tendem a restringir o “campo” da atenção e o atleta poderá começar a prestar atenção somente a um número limitado de sinais. Problemas de ordem interior, problemas domésticos, de relacionamento, podem afetar toda capacidade de manter-se atento a uma determinada situação. Por isso é trabalhado com os árbitros (as) o trabalho de vivenciar o aqui e o agora, no sentido de estar presente no momento, compreender a presentificação de suas ações e buscar estabelecer um maior contato com o ambiente e, conseqüentemente, aumentando sua capacidade atencional.

Já que estamos falando do trabalho do árbitro como um todo, é importante salientar que o mesmo nunca está sozinho, ou seja, tem

sua equipe, os técnicos, auxiliares, jogadores e toda uma torcida que influenciam constantemente aspectos subjetivos e objetivos do trabalho da arbitragem. Esse é o nosso sexto passo – a comunicação e o trabalho de equipe.

A comunicação, como observado em Rami⁷³, é um código direcionado para o outro e, mais importante que isso, tem diversos aspectos, verbais e não-verbais que influenciam como o outro codificará esta mensagem. Quanto à importância de uma boa comunicação, a autora enfoca o contrário, a comunicação ineficaz, pode levar indivíduos a terem antipatia uns pelos outros, a perderem a confiança, a se recusarem a se escutar e a discordância entre eles, bem como a causarem inúmeros outros problemas interpessoais.

O andamento positivo de uma boa equipe está diretamente relacionado com sua capacidade de comunicação, uma vez que, em relações humanas, sejam profissionais ou pessoais, os problemas estão constantemente passíveis de aparição. Estes problemas muitas vezes exigem uma grande capacidade de resolução de questões pelo grupo e, se não bem comunicados, podem gerar reverberações ainda maiores.

Considerando as diversas formas de comunicação, como a interpessoal, a não-verbal e a intrapessoal, a psicologia, como uma ciência que trabalha com a conversa e a escuta, muito pode acrescentar ao processo de comunicação, auxiliando a desenvolver formas mais eficazes de emitir a mensagem, como por exemplo, a escuta empática, a escuta consciente e a escuta como apoio⁶⁴. Todos os aspectos verbais e não-verbais que influenciam o envio de uma mensagem, tanto na comunicação comigo, com o outro e com o meio, também podem e devem ser trabalhados nos estudos do pila mental.

Por fim chegamos ao nosso último, o sétimo passo, que é o processo da tomada de decisão, no qual está relacionado com todos os

aspectos anteriores, já que estes formarão a estrutura de consciência do indivíduo que estará relacionada com a ação da tomada de decisão. Esta é essencialmente o processo de VER – ESPERAR – DECIDIR.

Importante pensar nessa relação de tomada de decisão com ambiente no qual o indivíduo está exposto, este princípio como visto por Hursse⁷⁴, explicita a correlação entre consciência e objeto, como intimidade do habitar do homem no mundo, ou seja, o processo de tomada de decisão está relacionado com a consciência do indivíduo para com o ambiente que este está presente, sendo influenciado e influenciando seus processos decisórios pelo meio vivido no aqui e no agora, preservando a humanidade do processo, sem transformá-lo em um objeto mecanicista.

Buscou-se expor no capítulo alguns dos processos mentais que acontecem durante a prática esportiva do árbitro (a). Foi mostrado os passos para atingir a autorregulação esportiva e pessoal, na qual tem como principal princípio a ênfase no “aqui e agora”, a consciência pessoal do indivíduo, para que este entre em contato com seus sentimentos, pensamentos e ações e decida, visando seu bem estar físico e mental, como ser capaz de se autorregular, comportar e significar determinada situação, independentemente da adversidade, com resiliência, responsabilidade e compromisso.

GRUPO DE PERTENCIMENTO

*Marta Aparecida Magalhães de Sousa
Guilherme Fischer Mascarenhas*

Tendo em mente que o principal objetivo da escala de sensações é a tomada de consciência do indivíduo, busca-se, dentro do

arcabouço de possibilidades práticas do psicólogo, o grupo de pertencimento. Este, na história da psicologia da arbitragem, começou a ser projetado nos meados de 2011, com estudos voltados à sociometria. Em 2012, os trabalhos práticos dentro da psicologia da arbitragem se voltaram para aspectos cognitivos lúdicos. Em 2013, trabalhou-se as possibilidades da sistematização de todo este trabalho voltado ao grupo. Em 2014, começou-se a trabalhar com planilhas de treinamento, com o intuito de buscar formas de escalar o trabalho. Em 2015, os estudos quanto à humanização do árbitro de futebol como indivíduo dentro de seu treinamento e trabalho tomaram força, para somente em 2016, os grupos de pertencimento surgirem, a partir de todo este processo teórico metodológico.

Uma histórica longa, demonstra todo cuidado para com a criação desta metodologia prática dentro da psicologia da arbitragem. Os grupos de pertencimento, que segundo dos Santos e Serbena⁷⁵, também são chamados de grupos vivenciais, que já não se limitam à psicoterapia, mas têm fins de treinamento, aprendizagem, intercâmbio, lazer, criatividade, trabalho corporal e uma série de outras possibilidades, visam ao desenvolvimento da consciência coletiva e individual e à ação decorrente desta, propiciando um processo de grupo criativo a partir da construção da cultura do grupo, o que requer, da parte dos facilitadores, o desenvolvimento de suas próprias consciências e ações pessoais, de momento a momento.

Os grupos de pertencimento possuem uma vantagem da não necessidade do lugar físico, podendo acontecer de forma online. Além disso, eles possibilitam um lugar de fala para os árbitros, um lugar de abertura e segurança para compartilhar medos, inseguranças, erros, acertos e ideias. Para Fadel e Pinheiro⁷⁶, o grupo pode ser comparado a um organismo dotado do princípio da autorregulação, que é um instinto grupal. Ou seja, segundo os autores, um ambiente que fareja seu crescimento, seu caminho, seu alimento e os persegue, um espaço

em que a pessoa encontra oportunidade de regular com o ambiente para satisfazer suas necessidades de nutrição e eliminar suas tensões.

Dentro destes grupos, com o objetivo de ampliar a consciência dos participantes, os facilitadores promovem discussões sobre filmes, livros, planos de trabalho para jogo, uma análise pós-jogo, acontecimentos recentes, para que cada um emita uma opinião; que cada um observe a opinião do outro e ocorra esta troca no aqui e no agora grupal.

Buscou-se expor, neste capítulo, alguns dos processos mentais que acontecem durante a prática esportiva do árbitro (a). Foi mostrado os passos para atingir a autorregulação esportiva e pessoal, na qual tem como principal princípio a ênfase no “aqui e agora”, a consciência pessoal do indivíduo, para que este entre em contato com seus sentimentos, pensamentos e ações e decida, visando seu bem estar físico e mental, além de demonstrar a prática recorrente da psicologia da arbitragem com a utilização dos grupos de pertencimento, como facilitador da busca pela consciência individual e autorregulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

*Marta Aparecida Magalhães de Sousa
Guilherme Fischer Mascarenhas*

Os resultados do trabalho da preparação psicológica, desenvolvido no contexto do Pilar Mental, vêm demonstrando significativa diferença nos planos de concentração, uma aparente motivação da equipe de Arbitragem que carece de encontro e do processo dos pilares em conjunto.

Reforça também a prática da Psicologia do Esporte, através do Pilar Mental, pautada na abordagem Gestalt-terapia, com ênfase na tomada de consciência (*awareness*), no aqui agora, no como decidir e nas atuações presentes.

Ao longo do tempo, os árbitros têm se apresentado cada vez mais disponíveis e confiantes nos experimentos e nos diferentes processos de reabilitação. Sua participação nas atividades de preparação psicológica, na atuação do Pilar Mental, tem permitido que sensações e percepções tanto emocionais quanto corporais sejam desenvolvidas em uma perspectiva unificadora do humano.

Os árbitros da CBF têm se mostrado capazes de integrar dimensões sensoriais, afetivas, intelectuais e sociais, habilitando-se para a focalização em seus objetivos e no desenvolvimento de um trabalho de forma criativa, bem humorada, com a postura disciplinar necessária, porém tranquila e altamente eficaz.

Por fim, cabe destacar que a atuação do profissional da arbitragem está pautada num código de conduta amplamente debatido, divulgado e exercitado por todos os membros da Comissão de Arbitragem da CBF. Assim como todos os pilares da preparação do árbitro e auxiliares, a preparação psicológica, ou Pilar Mental, respeita os procedimentos da instituição. Isto significa que cabe a todos os profissionais envolvidos manter sigilo e respeito às práticas realizadas nos processos de preparação, bem como manter discrição no que diz respeito à discussão de condutas de arbitragem.

Deste modo, cabe a todos os profissionais envolvidos com a CA/CBF manterem-se reservados à participação de debates sobre situações colocadas pela mídia com polêmicas. Preserva-se a imagem do indivíduo que realiza a prática profissional da arbitragem, ao mesmo tempo, que se preservam os procedimentos técnicos da Instituição e de todos os profissionais que colaboram para sua melhoria contínua.



Os debates a respeito de boas ou más condutas são tratados em fóruns internos dedicados a estes fins e outros de ordem técnica que envolve exclusivamente os órgãos esportivos competentes. Apenas em alguns casos eles são comunicados à comunidade esportiva, com o objetivo de esclarecer e educar a todos os envolvidos com o futebol, tendo como pauta à luz das regras.

No mesmo sentido, a atuação do profissional em Psicologia do Esporte, no âmbito de atuação da Preparação Psicológica de Árbitros e Auxiliares da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol, segue os parâmetros e orientações do Conselho Federal de Psicologia, especialmente tomando o Código de Ética Profissional como balizador das práticas profissionais, acompanhando, ainda, quaisquer resoluções sobre atuação nas condições que dizem respeito ao trabalho em questão.



4

Manoel Serapião Filho
Edson Rezende Oliveira

**PILAR
SOCIAL**

A VISÃO DA CORREGEDORIA DE ARBITRAGEM DA CBF

Vivemos em uma época que há a necessidade de nos cercarmos dos necessários e indispensáveis cuidados no sentido de prevenirmos sobre possíveis ações contrárias aos objetivos pretendidos de atividades desenvolvidas, sejam em áreas empresariais, desportivas, recreativas, religiosas e até familiares.

Nem sempre o que imaginamos ocorre nestas atividades, considerando que nelas poderão estar presentes pessoas com outras intenções, a exemplo de obtenção de vantagens pessoais ou de grupos, de maneira ilegal, com o cometimento dos mais variados delitos/crimes possíveis. Atividades desportivas são alvos de constantes explorações ilegais visando obtenção de vantagens ilícitas em detrimento de pessoas sérias e com intenções sadias.

No meio do futebol temos visto exemplos de várias ações que podem confirmar estas atividades criminosas, sejam desenvolvidas por atletas, dirigentes, árbitros, imprensa dentre outras, que comprometem a lisura de competições, na busca de vantagens indevidas.

Para tentar evitar estas ações há uma constante necessidade de atividades preventivas nos mais variados níveis e segmentos.

O processo preventivo, geralmente, surte maiores efeitos positivos que os repressivos.

Com um trabalho de prevenção, nos mais variados níveis, existem possibilidades de detecção dos processos previstos para o cometimento de ações criminosas, com as devidas providências, desde desbaratamento de quadrilhas, prisões de seus componentes com os necessários processos legais e suas punições.

Por mais simples que possa parecer, o trabalho preventivo nunca deve ser considerado de segundo plano, objetivando blindar atividades sérias de ações de criminosos.

Quadrilhas geralmente procuram agir em segmentos com menores cuidados preventivos das ações desenvolvidas por facilidades de atuações e dificuldades de detecções.

No segmento do futebol, conforme já mencionamos, existem inúmeras possibilidades da busca de vantagens indevidas com apoio do crime, notadamente quadrilhas especializadas, a exemplo de apostas ilegais, com manuseio de resultados de competições e participação de pessoas envolvidas nas mesmas.

Neste, em particular, os alvos principais são os atletas (jogadores), mas também dirigentes e componentes da estrutura da arbitragem.

Quem acompanha o futebol, em particular, tem presenciado atividades criminosas, com alguma frequência, comprometendo a lisura das disputas de competições, maculadas com ações de crimes organizados que não medem esforços para obter vantagens das mais variadas, inclusive cooptando pessoas das mais diversas atividades, visando facilitação do alcance dos objetivos criminosos.

Em nosso país, em nível de futebol, já fomos alertados, inclusive por organizações internacionais, a exemplo da INTERPOL, sobre o interesse do crime organizado infiltrar no nosso esporte, face ao grande número de jogos nas mais variadas competições que promovemos, desde os níveis municipais, estaduais, nacional e até internacional.

A CBF, preocupada com este cenário e visando procurar proteger as competições por ela coordenadas e seus participantes, além de apoiar também as de nível estadual, procurou resguardar-se, visando antecipar as ações criminosas destas organizações, inclusive a nível internacional, com ações dos mais variados procedimentos,

desde palestras, cursos, contratação de empresas especializadas no combate a estes crimes, notadamente com manuseio de resultados; em especial a níveis de arbitragem, que também é um segmento de alvo em potencial dos criminosos.

Nestas ações de caráter preventivo, a entidade criou, no ano de 2012, a Corregedoria de Arbitragem que possui atribuições notadamente voltadas para o necessário apoio e acompanhamento aos componentes deste segmento, sempre visando orientá-los e protegê-los de possíveis investidas do crime organizado nas suas atividades.

Estas ações criminosas podem ser alcançadas com a infiltração de pessoas de má índole no segmento da arbitragem, que visam exclusivamente à facilitação do alcance dos objetivos que buscam.

A Corregedoria de Arbitragem, na estrutura da CBF, é vinculada diretamente ao Presidente da entidade e está, notadamente, dentro do Pilar Social que envolve o segmento da arbitragem coordenada pela entidade, sendo o Corregedor de Arbitragem indicado pelo Presidente da CBF.

A Corregedoria, algumas vezes, é confundida com as ações que desenvolve, por serem tidas como inimigas dos profissionais das áreas onde atua. Muito pelo contrário, é uma verdadeira retaguarda para os bons profissionais, procurando protegê-los das ingerências dos criminosos que ingressam no meio das pessoas sérias, buscando vantagens indevidas, não importando com o envolvimento e comprometimento de grupos sérios e com objetivos sadios no desenvolvimento de suas atividades profissionais.

Em nível de Corregedoria da Arbitragem, busca-se analisar o perfil do candidato a ingresso na arbitragem, com possíveis ações de levantamentos sociais, com apoio de órgãos que possuem anotações/arquivos de comportamentos comprometedores nos mais

variáveis níveis, sejam de áreas criminais, cíveis, financeiras dentre outras; buscando, também, acatar e analisar denúncias que porventura são encaminhadas, aliando-se a órgãos com atribuições e competências legais para identificação de antecedentes variados onde possam detectar comportamentos que desaconselhem o aproveitamento de pessoas com potencial perfil que possam levar à práticas de ações delituosas, notadamente por seus antecedentes e atitudes nos mais variados níveis.

A Corregedoria de Arbitragem procura acompanhar, desde a análise documental até comportamentos diversos, todos os candidatos a ingresso na estrutura de arbitragem da CBF, bem como os que já pertencem a mesma, sem abandonar quaisquer possibilidades, mesmo as mínimas que possam parecer, e que, de alguma forma, venham a colocar em risco a lisura das ações dos mesmos, no contexto das atividades que virão a desenvolver.

Repassaremos algumas atribuições que fazem parte do processo de atuação da Corregedoria de Arbitragem da CBF, visando um melhor entendimento de suas atividades, esclarecendo que são macros e que cada uma das atividades previstas podem ser desmembradas em outras várias, isto quando cada caso requer, no desenvolvimento de processos apuratórios necessários:

- Adotar, por qualquer meio admitido em legislação, todas as medidas e ações necessárias para que os atos, documentos praticados ou relacionados com os árbitros que integram a SENAF (Seleção Nacional de Árbitros de Futebol) sejam de um todo jurídico e ético, inclusive decorrentes dos jogos em que atuem, caso não forem de competência da Ouvidoria de Arbitragem da CBF as devidas ações de cunhos técnicos;
- Requisitar de todos os órgãos que os disponham, os documentos e informações necessários à sua análise e parecer, relacionados com os componentes da SENAF;



- Analisar e emitir parecer sobre tudo o que for referente a arbitragem, que possibilite seu desenvolvimento, nos indicados campos da legalidade e da ética ou, ainda, que possam levar os mesmos a comprometerem a imagem da CBF;
- Todos os processos, atos e fatos a serem dirigidos ou praticados pela Corregedoria de Arbitragem, podem decorrer de sua própria iniciativa ou de provocação das entidades esportivas e dirigentes vinculados à CBF, bem como de terceiros, desde que não seja de natureza anônima. A Corregedoria de Arbitragem, todavia, mesmo no caso de denúncia anônima, pode adotar medidas preliminares para verificação da veracidade da alegação, de modo a possibilitar, ou não, a instauração de procedimentos apuratórios;
- Havendo conveniência, a Corregedoria de Arbitragem poderá adotar tramitação sigilosa de procedimentos apuratórios;
- Os pareceres e/ou recomendações emitidos pela Corregedoria de Arbitragem serão de cumprimentos obrigatórios, ouvida a Diretoria Jurídica da CBF, caso necessário, para analisar as possíveis consequências para a CBF de medidas propostas e, portanto, recomendar ou não sua implementação. No caso de contraindicação, mas não convencido, o Corregedor de Arbitragem poderá encaminhar o assunto à Presidência da CBF para deliberação que, inclusive, a seu critério, poderá remetê-lo à Diretoria da Entidade para decisão colegiada.

A Corregedoria, portanto, sempre atua e tem como principal objetivo, no sentido de apoiar e zelar para que possamos ter uma arbitragem sempre séria, neutra e isenta de quaisquer envolvimento que venham a comprometer tanto este segmento, quanto o futebol brasileiro como um todo.

Para o alcance dos objetivos desejados e necessários, sempre procuramos trabalhar junto as Comissões Estaduais de Arbitragem e com as Corregedorias de Arbitragem das Federações Estaduais de Futebol, onde as mesmas foram criadas, incentivando a criação onde não existem, visando uma ideal parceria para a proteção e zelo dos bons profissionais da arbitragem brasileira, bem como o afastamento das possíveis facções criminosas que tentam atuar, visando conseguir vantagens indevidas junto ao futebol brasileiro, dentre outras ações, utilizando nossa arbitragem.

Estas ações também são enviadas a Diretoria Jurídica da CBF para análises e possíveis encaminhamentos a órgãos com atribuições legais para devidas instaurações de procedimentos necessários. A exemplo do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), Secretarias de Segurança Pública, Ministério Público Estadual, além do Conselho de Ética do Futebol Brasileiro, ligado a CBF, este último, com ações administrativas as quais dependendo de suas conclusões, os processos também podem ser encaminhados ao STJD, sempre para o desenvolvimento de ações que visem o desbaratamento de quadrilhas atuantes nesse meio e preservação do futebol sério e isento de interferências criminosas de quaisquer naturezas.

Durante o ano de 2019, a título de informação, esta Corregedoria analisou cerca de 9.883 (nove mil oitocentos e oitenta e três) documentos! De certa forma, todos ligados a componentes da estrutura da arbitragem da CBF, sendo 7.331 (sete mil trezentos e trinta e um) constantes do Portal do Árbitro e 2.552 (dois mil quinhentos e cinquenta e dois) fisicamente; análises estas visando os mais diversos objetivos, mas sempre voltados para uma constante preocupação de acompanhar e filtrar o ingresso dos candidatos à SENAF (Seleção Nacional de Árbitros de Futebol).

Pretende-se, acima de tudo, que haja um constante e necessário apoio aos componentes desta arbitragem, visando dotá-

los de segurança para o desempenho do seu importante papel no nosso futebol, além da confiança daqueles que torcem por um esporte sadio e sério, sempre alcançando seus objetivos. Afirmando que, em princípio, todos gozam de irrestrita e total confiança dos responsáveis pelas análises feitas, a exemplo da Corregedoria de Arbitragem da CBF, dos candidatos a fazerem parte da estrutura da arbitragem da CBF.

A VISÃO DO OUVIDOR DE ARBITRAGEM DA CBF

Convidado pelo árbitro carioca Leandro Lima, entusiasta da arbitragem, e tendo aceitado o desafio de escrever breves linhas sobre a importância do pilar social para o árbitro de futebol, faço-o com prazer imensurável.

Antes de tudo, porém, é imperioso ressaltar que não nos irrogamos com conhecimento científico para enfrentar o tema, até por falta de formação no campo da antropologia e/ou da sociologia. Assim, nossa opinião será dada com base em nossa percepção pessoal, considerando tanto a experiência alcançada ao longo dos 23 anos de apito, assim como na qualidade de instrutor e dirigente de arbitragem da CBF, desde 2005, agregando, também, a visão sobre o pilar social como Ouvidor de Arbitragem da entidade, cargo que exerço atualmente.

A evolução da vida moderna é tão vertiginosa que a novidade de ontem já poderá ser algo ultrapassado, defasado no dia imediatamente seguinte. Isto sobretudo no campo tecnológico como, até, no da percepção e da conduta pessoal em algumas facetas.

Não obstante, o homem, que é um ser dotado de sentimento e de inteligência, traços que informam sua essência, ainda que possa ser influenciado pelas velozes mudanças da vida moderna e por seus



avanços, jamais se afastará de alguns princípios de sua essência, a exemplo dos seus valores morais e éticos, de sua tendência para ser solidário, bondoso e de ter empatia com outros seres humanos, de sua consciência de direito, de dever, do justo e, por óbvio, de seu ínsito anseio de valorizar e de ser valorizado na sociedade em que vive.

A percepção das características acima nos impõe a consciência de que devemos valorizar ao máximo o pilar social e, portanto, que é indispensável destinarmos cuidado e reconhecemos os valores de todo ser humano; sobretudo, no particular dos apitadores de futebol, em razão das peculiaridades da função espinhosa que exercem.

Nessa direção, e justamente por ser próprio das arbitragens a “infalibilidade”, é que os dirigentes devem ser sensíveis para protegerem o social/emocional do árbitro, em especial quando erros são cometidos, ainda que em razão da limitação humana, pois o apaixonado mundo do futebol não perdoa. Aliás, mais do que não perdoar, não raro, a “cegueira” do torcedor desloca os erros de arbitragem do campo da dificuldade e da falibilidade humana para o sítio da dignidade, sendo certo, ainda que, não raro, e por desconhecimento de causa, essa transferência também ocorre por parte da imprensa especializada.

Assim, cabe ao dirigente ético e capaz, além do dever de respeitar e compreender o lado humano do árbitro, o de apoiá-lo tanto profissional como socialmente, principalmente nos instantes de tropeços. Afinal, abraçar o árbitro que triunfa, apesar de também ser devido e meritório, confortar o apitador que se equivoca é tarefa ainda mais nobre.

Exatamente por isso é que, nos dias de hoje, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) acompanha e orienta, eficazmente, os árbitros que atuam nas competições que coordena. E o faz tanto nos aspectos que o habilitam para bem exercerem a função (no



conhecimento técnico profundo, condicionamento físico elevado, controle emocional etc), como em suas atividades pessoais e sociais.

A percepção da CBF sobre a importância de bem valorizar, ao lado dos demais, o pilar social tem possibilitado fortalecimento do grupo dos apitadores do Brasil em todos os sentidos.

Por isso é adequado registrar alguns fatos e a partir de que instante o processo evolutivo e de uma maior valorização do pilar social ganhou velocidade e traços bem marcantes na CBF.

O episódio denominado “máfia do apito” (conquanto máfia jamais tenha havido, pois o fato desregrado que ensejou o escândalo foi ato isolado de apenas um árbitro), provocou um grande baque em nossa arbitragem e impôs mudança na profundidade do olhar que era destinado ao setor do apito.

O primeiro passo dado pela CBF foi a indicação do Dr. Edson Rezende de Oliveira para presidir e compor a Comissão de Arbitragem composta apenas com técnicos da área, cujos perfis deveriam harmonizar-se com a meta de fortalecer a moral dos árbitros do Brasil, resgatando sua credibilidade, seriamente maculada com o indicado evento; conquanto o grupo, como um todo, não merecesse tal desgaste.

O Dr. Edson Rezende, então, compôs seu grupo de trabalho com Sérgio Corrêa da Silva, Luiz Cunha Martins, Paulo Jorge Alves e comigo, Manoel Serapião Filho, todos ex-árbitros. Arregaçamos as mangas e, a partir de então, elaboramos projetos de curto, médio e longo prazos, centrados na ética, no técnico em oposição ao político e na preparação dos árbitros brasileiros para enfrentarem desafios e evoluírem em todos os pilares – técnico, físico, psicológico e social –, com vistas a revolucionar nossa arbitragem, que deveria ser centrada na ética e valorização humana. Foi plantada, então, a semente mãe de



todo o processo. O trabalho logo, logo surtiu grande efeito e provocou mudança na face do árbitro do Brasil.

A partir de 2007, por questão de saúde, o Dr. Edson Rezende se afastou da presidência da Comissão, que passou a ser exercida por Sérgio Corrêa da Silva – atual chefe do Departamento de Arbitragem e Líder do Projeto do AAV (VAR) –, que manteve os demais membros e deu prosseguimento aos projetos concebidos, até avançando em suas fronteiras, sobretudo na formação de instrutores para todo o país, o que concebeu a nossa arbitragem uma estrutura muito forte, pois disseminou conhecimento geral e possibilitou a aproximação dos critérios de atuação, ocasionando o bom nível da arbitragem brasileira dos dias de hoje.

Com a contínua implementação da diretriz de evolução, foram criadas, em 2012, a Corregedoria, a Ouvidoria e o Departamento de Arbitragem. Em 2013, nascia a Escola Nacional de Arbitragem de Futebol (ENAF); em 2015, foi instituído um grupo de trabalho para acompanhar o projeto Árbitro Assistente de Vídeo-AAV (VAR); em 2017, nasceu o Setor de Análise de Desempenho e, finalmente, em 2019, foi criado o Centro de Desenvolvimento da Arbitragem do Brasil.

Abrilhantando esta história, cabe ressaltar o revolucionário programa “Apitinho de Ouro”, criado com o objetivo de despertar e incentivar o gosto dos jovens pela arbitragem e vem sendo executado pelo renomado e mundialista árbitro José Roberto Ramiz Wright, eleito o melhor árbitro do mundo em 1990; é mais um importante tento marcado pela CBF, no campo do pilar social.

Nessa caminhada, além das citadas medidas, outras de igual importância foram adotadas com repercussão benéfica no pilar social, a exemplo da valorização e evolução da arbitragem feminina, principalmente a partir da exigência dos índices físicos padrão FIFA, inclusive masculino, para as mulheres que desejassem atuar nas cor-

respondentes competições, cujas diretrizes foram cumpridas com inegável competência pelos instrutores físicos da CBF, Dionísio Roberto Domingos e Paulo Roberto Camelo. Essa medida, incompreendida inicialmente e adotada ainda com Sérgio Corrêa na presidência da Comissão de Arbitragem, possibilitou a alavancagem da força das mulheres e revelou árbitras-assistentes e árbitras muito competentes, com reconhecimento e sucesso internacionais. Nossos árbitros, por igual, evoluíram de modo vertiginoso, pois bem preparados fisicamente, passaram a ter melhor visão das jogadas, porque se colocam mais bem colocados.

Ao lado dessas ações no pilar físico, os pilares técnico, psicológico e social passaram a ser a condição única para alcance do alto posto de árbitro/a internacional (FIFA), afastando, de vez por todas, critérios de outras naturezas outrora considerados.

A filosofia e a estrutura que a arbitragem brasileira alcançou, por tais razões e a partir da referida era, possibilitou que os presidentes que sucederam a Sérgio Corrêa – Antônio Pereira da Silva, Aristeu Tavares e eu, Manoel Serapião (interinamente) e o Cel. Marcos Cabral Marinho, este que ficou na presidência por longo período, de 28/09/16 a 8/04/19, trabalhassem com segurança e mantivessem toda a filosofia já incrustada no setor, possibilitando-lhes agregar pontos de ajustes, de acordo com suas visões administrativas, sem, contudo, se afastarem da base sólida construída.

Merece destaque a implementação do Relatório de Análise de Desempenho da Arbitragem (RADAR), ocorrida na gestão do Cel. Marcos Marinho e que muito contribuiu para o projeto concebido desde 2014, por Sérgio Corrêa, para o qual, sem falsa modéstia, contribuímos com muito trabalho e esforço.

Por meio do RADAR, todos os árbitros passaram a ser avaliados em todas as partidas, com rápida retroalimentação – quase que

imediate –, dando à arbitragem brasileira a possibilidade de uma considerável evolução e de eficaz proximidade de critério, inclusive durante uma mesma competição.

Vale dizer, ao lado de tudo, que a Escola Nacional (ENAF), que também foi implementada por Sérgio Corrêa, que veio a acumular a função de seu primeiro Diretor-Presidente com a da chefia do Departamento de Arbitragem, é o Órgão responsável pela orientação e acompanhamento dos árbitros, por isso que é integrada por instrutores dos pilares técnico e físico, que estão engajados ao grande propósito de dar aos árbitros brasileiros todo o apoio possível e em todos os pilares.

Como as valências técnica, física e social, por mais evoluídas que sejam, antes de tudo, dependem de mentes fortes, a arbitragem no Brasil também conta com o pilar mental, por meio de uma profissional especializada na psicologia esportiva, que é a Dra. Marta Magalhães, além da competência reconhecida internacionalmente, usufrui elevada estima e inabalável confiança de todos os árbitros brasileiros.

As metas da valência do pilar social – objeto deste ensaio –, são as de preservar a boa reputação, boa fama de nossos árbitros – “lembrar-se da aparência da mulher de Cesar” –, e de apoiar o ser humano para e lhe possibilitar alcance de sucesso pessoal e profissional merecidamente.

Em suma, o apoio social dado aos árbitros pela CBF visa o fortalecimento de todos os valores éticos, morais, técnicos, físicos e mentais, de modo que todos tenham tranquilidade e segurança para bem exercer a função.

Nessa esteira também atuam a Corregedoria da Arbitragem, dirigida por Edson Rezende de Oliveira, restabelecido do problema de saúde que o afastou da presidência da Comissão de Arbitragem



da CBF (CA-CBF); o Departamento de Arbitragem, sob o comando de Sérgio Corrêa da Silva desde 08/2012; e a Escola de Arbitragem, atualmente dirigida por Giuliano Bozano, cujo encargo, nós (Manoel Serapião Filho e Edson Rezende Oliveira) tivemos a honra de exercer e do qual nos afastamos por questões de ordem pessoal (impossibilidade de residir no Rio de Janeiro).

A militância da Ouvidoria de Arbitragem, de seu turno, a favor do pilar social decorre das análises realizadas sobre as reclamações dos clubes, relativas a algumas atuações. Com efeito, além de servirem de base para a evolução técnica, que repercute no social, também externam a transparência de todas as ações da CBF para com os clubes, árbitros e público em geral. Note-se que análises feitas com independência, linguagem técnica e sem adjetivação, ainda que reconheçam erros de arbitragem, são, mais do que desconfortantes, meio eficaz para a evolução profissional dos árbitros e que, naturalmente, repercutem em seu bem-estar social.

É bom ressaltar, sobre a independência de seus pareceres, que a Ouvidoria é vinculada hierarquicamente à Presidência da CBF. Conquanto, como setor técnico, deva estar harmonizado com os preceitos, princípios e diretrizes traçadas pela Comissão, Departamento, Escola, Setor de Análise e Centro de Desenvolvimento de Arbitragem da CBF.

Em outra vertente, é oportuno registrar que este ensaio está sendo escrito no momento em que a humanidade enfrenta a Pandemia da COVID-19, que tem ocasionado problemas financeiros sérios para a maioria dos brasileiros, em razão do que a CBF, por decisão do seu presidente, Dr. Rogério Langanke Caboclo, incentivado pelo atual presidente da Comissão de Arbitragem, Leonardo Gaciba, decidiu ajudar financeiramente e de modo significativo todos os árbitros do Brasil, que integram a Seleção Nacional dos Árbitros de Futebol

(SENAF), com doação do valor correspondente, para cada árbitro, a três taxas dos jogos mais importantes em que atuaram, tornando muito nítido o compromisso da entidade com o pilar social. Ato de valorosa solidariedade humana!

Como a arbitragem de futebol exige firmeza, personalidade forte, mente segura, elevada dose de coragem, controle emocional potencializado e, principalmente, base educacional sólida para alcançar as complexas nuances da função no Brasil, hoje, somente podem integrar o quadro de árbitros da CBF pessoas que hajam concluído grau superior. É oportuno ressaltar, nesses dias do odiável “politicamente correto”, em que o certo sempre cede lugar ao conveniente, que essa exigência não caracteriza preconceito de qualquer natureza ou muito menos ação de exclusão social. Trata-se, ao contrário, de meio natural e indispensável de seleção de pessoas aptas a alcançar e exercer a complexa atribuição da arbitragem de futebol, ao lado de servir de estímulo para os que querem ingressar na carreira, pois se esforçam para conquistar uma formação mais elevada.

Diante de tudo que foi dito, o leitor já percebeu o quão difícil é ser um árbitro de futebol; como é complexo arbitrar um jogo corretamente, com a velocidade das jogadas, que dificultam a interpretação de muitos lances, sobretudo pela limitação humana de ver e perceber determinados fatos, que culminam em erros e, não raro, tornam os resultados das partidas nem sempre justos.

Foi movido pelo impacto que os erros de arbitragem provocam no esporte, principalmente para que seus resultados sejam sempre legítimos e, subsidiariamente, para proteger o homem/árbitro, que concebemos o projeto “Arbitro de Vídeo”.

Nosso projeto sobre tecnologia é antigo e pensado de há muito. Depois de um jogo entre Bahia e Galícia, pelo campeonato Baiano,



em 1976, em que um lance imperceptível pelo homem marcou nosso trabalho naquele jogo. A partir de então, começamos a imaginar como a tecnologia poderia ajudar a arbitragem e, portanto, evitar erro em lances que interferissem nos resultados das partidas e ocasionassem dúvida sobre a integridade ética dos árbitros.

Assim, aquela ideia inicial nos incentivou a fazer observações sobre diversos lances, até que o projeto foi concebido, exatamente para as jogadas que hoje são de competência do AAV (VAR) pudessem ser revistas.

As linhas mestras do trabalho foram apresentadas em um fórum internacional, organizado pelo Prof. Carlos Alberto Parreira, em 2009 – FOOTCOM -, valendo dizer que o artigo escrito por Sérgio Corrêa, neste compêndio, traz muitos pormenores do projeto.

A divulgação de nosso trabalho também foi feita no programa “Bem, Amigos”, apresentado por Galvão Bueno, com participação de Arnaldo David César Coelho, um dos maiores árbitros do Brasil, de todos os tempos, que ainda serve de modelo para os árbitros de hoje e que dirigiu a final da Copa do Mundo de 1992 – Itália X Alemanha.

Um blog de Portugal, organizado pelo esportista Alberto Helder, pessoa estimada e ex-árbitro da Península, também deu divulgação no Velho Mundo do projeto deste baiano.

Resistimos e atravessamos terrenos áridos de críticas e de desconfiança quanto à eficácia de nosso projeto em todos os seguimentos esportivos, inclusive, senão principalmente, no meio da arbitragem.

À semelhança de Pirro, nos mantivemos “teimosos”, inabaláveis e firmes em nosso propósito.



Finalmente, com os inestimáveis apoios do então presidente da entidade, Dr. Marco Polo Del Nero e do “pai adotivo do VAR”, Sérgio Corrêa da Silva, a CBF encampou nosso projeto.

Assim, em 16/09/2015, a CBF encaminhou nosso trabalho à *International Football Association Board* (IFAB) e à *Fédération Internationale de football Association* (FIFA).

Quatro dias depois, a IFAB respondeu elogiando o projeto como muito eficaz e riquíssimo em pormenores, sobretudo porque, até então, não se sabia como usar a tecnologia no futebol sem lhe tirar a dinâmica e o entusiasmo.

Vale dizer que a não quebra da dinâmica e do entusiasmo do futebol foram as grandes diretrizes de nosso labor. Como se pode constatar, textual e explicitamente, do documento original, que serviu de base absoluta para a atuação do AAV (VAR). As pequenas alterações que se seguiram, que já estavam previstas na base inicial de nossa tarefa, não lhe retiraram a essência. Essa conquista é do futebol brasileiro!

Nos dias de hoje o AAV (VAR), além de muito famoso, já é imprescindível ao futebol, pois houve reconhecimento de que o esporte se torna mais ético e justo, benefícios que constituíram a meta maior de nosso projeto, vale repetir.

Em breve resumo sobre o uso do AAV (VAR), depois de aprovado, a CBF, já em 2016, realizou dois testes *off-line* em menos de 60 dias após a autorização do experimento pela IFAB/FIFA. Em 2017, foram feitas várias capacitações de árbitros, de acordo com as exigências estabelecidas pela IFAB, e outros tantos testes *off-line*. Além disso, protagonizamos duas partidas ao vivo, em Recife e Salgueiro, pelas finais do Campeonato Pernambucano, também em 2017, que

marcou a entidade como a primeira do Brasil a usar a tecnologia na arbitragem, graças ao empenho do Presidente da Federação Paulista de Futebol (FPF), Evandro Barros de Carvalho e do Diretor de Futebol, Murilo Falcão, logicamente que com a eficaz atuação da respectiva Comissão de Arbitragem, dirigida por Salmo Valentim.

É imprescindível, por igual, até para justo registro histórico, mencionar os nomes dos árbitros brasileiros que, primeiramente, atuaram com o AAV (VAR): José Washington, em campo, e Péricles Bassols, como AAV (VAR), ambos árbitros vinculados à Federação Paulista de Futebol (FPF). Eu, Manoel Serapião, e Sérgio Corrêa atuamos como Observador e *Quality Manager*, respectivamente.

Em 2018, foram realizadas 14 partidas pela Copa do Brasil e outras tantas por campeonatos estaduais, estas com apoio da CBF.

Na temporada de 2019, o Brasil se tornou o país que mais usou a tecnologia no futebol: 456 partidas oficiais, coordenadas pela CBF, e outras 48 de campeonatos estaduais, além de um jogo amistoso da Seleção Brasileira principal.

A contribuição de Leonardo da Gaciba, como presidente da Comissão de Arbitragem da CBF (CA-CBF) foi decisiva para o sucesso do AAV (VAR), em especial por seu descortino ao alcançar a filosofia do projeto e, assim, estabelecer uma “linha de intervenção alta” para o VAR, dando ao processo mais firmeza, estabilidade, menos controvérsia e, o mais importante em tudo, concedendo ao público em geral a possibilidade de compreender as diretrizes e limites do AAV (VAR).

Leonardo Gaciba, para tanto, contou com o apoio da equipe que soube constituir: do líder e do gerente do projeto VAR, Sérgio Corrêa e Guilherme Barbosa; dos demais integrantes da Comissão de Arbitragem – Alcício Pena Júnior, vice-presidente, que, ao nosso lado, também são instrutores FIFA/VAR para o Brasil, Ricardo

Almeida e Cláudio Cerdeira, que são o secretário e membro da Comissão de Arbitragem, além dos demais integrantes da estrutura de arbitragem da CBF.

Repetiremos a dose. Voltando especificamente e diretamente ao objetivo deste ensaio, ou seja, a importância, na visão do Ouvidor de Arbitragem da CBF, do pilar social para os apitadores, devemos dizer que as ações benéficas que se exteriorizam terão bem mais valia, serão bem mais consistentes e eficazes se, por trás delas, antes delas, ao lado delas e acima delas, houver uma filosofia, uma concepção espiritual do dirigente de que o bem-estar do homem deve ser o objetivo macro de qualquer empreendimento; aliás, de toda ação humana.

Gostaríamos, agora, por natural vinculação com o pilar social, e que, pois, contribui para o bem-estar do homem, de registrar nossa opinião sobre o que é a arbitragem. A arbitragem de futebol é:

Atividade nobre, que provoca sensação de elevado prazer, quando o trabalho é desenvolvido com acerto; que torna o homem cada vez mais forte mentalmente e apto a enfrentar desafios e superar dificuldades; que ensina a cair e levantar; que faz nascer alto sentimento de solidariedade; que estimula a autoestima, o amor próprio; que ensina a trabalhar e formar equipe; que fomenta dever de justiça, pela necessária adoção de tratamento igualitário para ambas as equipes; por fim, que imbui todo apitador de um alto sentimento de respeito às leis e lhe possibilita sentir-se útil ao esporte e à sociedade.

Também transcrevemos abaixo o que dissemos e publicamos em alguns livros de Regras de Futebol da CBF, sobre o que: a) a arbitragem exige; e b) em que consiste o ato de arbitrar bem:

“A arbitragem exige concentração; controle emocional elevado; pleno domínio das regras do jogo; condicionamento físico especial;

bom posicionamento em campo; firmeza nas decisões; e, acima de tudo, imparcialidade e entusiasmo!”.

“Arbitrar bem é sentir o jogo, para possibilitar seu desenvolvimento natural, somente interferindo para cumprimento das regras e, principalmente, de seu espírito”.

Na pretensiosa ilusão de haver contribuído para reflexão sobre o assunto, reiteramos nossos agradecimentos ao autor deste compêndio, desejando a todos uma ótima leitura.



5

Marcelo de Lima Henrique

PILAR TÉCNICO

PRÉVIA DO CAPÍTULO

Como início de capítulo, trago uma reflexão de Roldão ⁷⁷ que tem um pertinente parâmetro da diferença de simplesmente conceituar e aprender a aplicar e adequar os conceitos dentro de uma realidade. De acordo com o autor citado, ensinar enquanto especificidade profissional tem uma conexão com uma construção histórico-social, em permanente evolução. Todavia, em cada tempo e contexto, a consciência da mutabilidade, historicidade e relatividade dos conceitos, papéis e funções sociais e profissionais não impedem que, no tempo e no contexto em que se vive, sejamos capazes de ler com a clareza possível, à luz do conhecimento e dos referentes disponíveis. O que, trazendo para a realidade dos árbitros de futebol, obriga-nos a salientar que se o árbitro entrar com as regras “debaixo do braço em campo” e, friamente aplicá-las, dificilmente logrará êxito em sua arbitragem.

No tocante a formação técnica desses profissionais do futebol, há uma ampla gama de etapas, ciclos e programas a serem alcançados. Tópicos que vão muito além do simples entendimento e interpretação das regras do jogo. Talvez por isso, este pilar seja considerado, por este autor, como a base para todos os outros, como um arcabouço que vai dar base ao profissional para poder pensar em segurar um apito durante uma partida desta briosa modalidade. Também por isto, pretende-se dissertar, neste capítulo, sobre como acontece todo esse processo, desde a formação inicial dos árbitros até a interpretação dos lances capitais em partidas dos mais altos níveis do futebol, e não simplesmente ensinar as regras do jogo.

A IMPORTÂNCIA DA CONEXÃO ENTRE O PILAR TÉCNICO, FÍSICO E MENTAL

Nossa busca é pela harmonização entre os “pilares” que baseiam a arbitragem, pois eles devem estar interligados e conjugados. Um árbitro deve buscar sempre o acerto técnico e disciplinar, devendo estar pautado nas regras do jogo, objetivando atingir a excelência nas decisões; o que significa atingir um senso comum, internalizando conceitos construídos e reconstruídos em todo tempo desde o início de sua formação, unindo a sua estrutura educacional e a personalidade, somados aos conceitos adquiridos relacionados ao jogo.

Qualquer declínio físico, social ou mental pode sim afetar ou influenciar o desempenho técnico dentro de uma partida que, exige dos profissionais da arbitragem exatidão nas centenas de tomadas de decisões, desde as mais simples, como por exemplo, assinalar um lateral ou um tiro de meta, até a marcação de um tiro penal que pode decidir o placar de uma partida.

Sem aprofundar-se no assunto relacionado ao raciocínio, já que esta obra conta com trechos direcionados e redigidos por especialistas, ratifico que é de suma importância uma preparação cognitiva. Onde, pessoalmente falando, além de tudo que já está dentro do cérebro precisa ser ativado previamente ao jogo. Este fator de preparação, aliado às circunstâncias externas ao raciocínio, relacionadas ao ambiente cotidiano de vida de cada árbitro, tem interferência direta no processo decisório. Corroborando com a linha de raciocínio apresentada nos capítulos sobre o pilar físico e o pilar mental, é preciso se preparar para estresse interno e externo, cuidando do físico/cognitivo para ter êxito dentro e fora do campo de jogo.

A BASE PARA UM PILAR TÉCNICO MADURO

Com uma visão voltada para o ambiente do futebol, quanto mais cedo os jovens atingirem a maturidade nas tomadas de decisões, melhor para o jogo. Isto é relacionado aos atletas e aos árbitros, é benéfico para o jogo, e conseqüentemente, melhor para o mundo do futebol.

Devido ao longo tempo de caminhada no futebol, ter ascendido ao topo da carreira de um árbitro em campo e ter pertencido ao quadro internacional, muitos jovens me questionam qual a fórmula para ser jovem e maduro, bem como fazer para conseguir atingir e praticar arbitragens maduras, dentro da Regra do Jogo e, claro, cumprindo as Regras do Jogo. A resposta é clara, pois sempre me passa um filme de diversos momentos da minha carreira em que, sem sentir, eu estava construindo lentamente, “tijolo a tijolo”, a parede do meu pensamento! E isso é muito difícil de alcançar. Nem sei se coloquei todos os “tijolos”, mas a minha “parede se tornou sólida.” Claramente, isso foi alcançado com treino.

Um árbitro, para ter a chance de sagrar-se vitorioso, para tentar chegar ao topo, precisa investir em treinamento específico e individualizado direcionado às diversas áreas: física, nutricional, médica, prevenções de lesões etc. Praticar a atividade também é primordial, arbitrar jogos treinos, amistosos ou em um cenário profissional, tendo a disposição jogadores e equipes para podermos ensaiar possíveis jogadas ou lances inusitados, estes que possam ocorrer nas partidas.

Em decorrência disto, que é uma contínua caminhada para tornar-se um profundo conhecedor do futebol, do jogo, da modalidade que estamos inseridos. Esses são os maiores desafios para os árbitros que desejam atingir um nível de excelência em sua maturidade e desenvolvimento da sua atividade. Quando passei a entender o ESPÍRITO DO JOGO DE FUTEBOL, as coisas começaram a fluir e acontecer mais naturalmente; passei a entender qual o papel

do árbitro numa partida de futebol, com maturação técnica, mental, servindo ao futebol dentro do que a Regra V nos norteia. Imagine-se em uma cena em que o cérebro crie um arquivo de lances e, na hora em que eles acontecem; ele não demora a ser processado, trabalha por associação, agiliza o processo decisório e minimiza a chance de erros. Então, quanto maior o arquivo que você criar no seu cérebro, as suas chances de acerto aumentam.

Na busca pelo autoentendimento, busquei na literatura um autor que corroborasse com as ideias supracitadas e Lira, Cândido ⁷⁸, em seu estudo descreve que o processo de decisão do uso da informação é um processo construído e dinâmico. Construído porque os usuários tomam decisões de usar uma informação de forma contínua e o progresso por eles empregado é influenciado pela dificuldade do problema, pelo conhecimento adquirido de experiências passadas, pelas características individuais, bem como também por características situacionais. Dinâmico, porque atua de maneira que interage com os aspectos cognitivos, emocionais e situacionais. Resolvi trazer esta ideia do autor supramencionado, pois ele parece resumir basicamente o que eu descrevi através da autoanálise, quando li este trecho, tive a certeza de que me preparei corretamente para decidir no campo de jogo, senti-me na obrigação de deixar esse legado para os mais jovens. Pois, como eu sempre digo ao final dos meus relatos e postagens “treinem jovens”, e cada vez mais pautados de especificidade e dedicação, abrangendo diversas áreas e sempre que possível, ao mesmo tempo, aos moldes do jogo.



O APERFEIÇOAMENTO E EVOLUÇÃO DO PILAR TÉCNICO

Atualmente, onde o acesso a várias possibilidades tecnológicas está cada vez mais democrático e acessível, com diversas ferramentas disponíveis, podemos ter variadas formas e maneiras de buscar conhecimento. O árbitro deve criar um banco de dados, com conceitos formados para as diversas jogadas e lances com considerações baseadas nas regras do jogo e instruções oficiais. Devemos estar dispostos a discutir e debater as diversas jogadas que o futebol nos apresenta diariamente, com considerações robustas, sem achismos ou opiniões pessoais, inclusive em jogadas ou tomadas de decisões que estejamos diretamente envolvidos.

Se hoje é fato que as equipes estudam os árbitros, é primordial que nós, árbitros, façamos um estudo das equipes e dos jogadores, levando todos os fatores em consideração, pois saber como as peças do jogo se deslocam em campo pode nos ajudar, e muito, a antever os movimentos e buscar o melhor posicionamento, possibilitando o acerto nas decisões, bem como saber as características que cada atleta em campo pode nos dar, ou seja, pistas dentro do campo de jogo, de como buscar o melhor posicionamento, antevendo jogadas e prevendo situações que possam ocorrer, agindo ativamente em certas situações, lances e jogadas.

A entidade que regula o futebol no país promove encontros e treinamentos e, independente se as federações sigam esse modelo ou não, um árbitro vencedor precisa estar antenado às inovações tecnológicas e atualizado a tudo que acontece na comunidade do futebol. É muito mais fácil aprender com o equívoco dos outros do que errar para evoluir. Jovens árbitros, façam uso dos aplicativos, explorem seus *smartphones* disponíveis para treinar, assistir, ler e avaliar

fisicamente. Suas vidas cognitivas e a maturidade nas decisões podem ser alcançadas de forma mais fácil se você fizer uso da tecnologia da informação a seu favor.

Porém, se você é um jovem árbitro e não tem acesso a muitas possibilidades nesse quesito, compense isso com gana, se doe e explore o que está ao seu alcance; mas treine, não se permita parar no tempo e estagnar seu cognitivo, pois o amadurecimento só virá com prática direta ou indireta. Procure estar frente as dificuldades dos jogos antes de entrar em campo, assista aos jogos como árbitro, isso é primordial para amadurecer suas decisões dentro de campo.

A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM CORPORAL E VERBAL NO PILAR TÉCNICO

Nas tomadas de decisões técnicas e disciplinares, não basta apenas definir se é ou não infração, se para ou deixa a partida seguir. O presente em constante evolução do futebol é cada vez mais emocional, com aspectos mentais e emocionais aflorados; exigindo uma linguagem corporal firme e serena, com acenos protocolares, mas não "robotizados." Linguagem corporal se aprende e se aperfeiçoa, com o treinamento é possível evoluir sempre. Um simples aceno ou direcionamento do braço esticado pra direita ou para a esquerda pode, em conjunto com frases curtas, resolver possíveis conflitos ou inibir contestações sobre as decisões dentro da partida.

Não negligencie a sua figura visualmente; ou suas palavras e os seus cartões de nada valerão nos momentos cruciais. A linguagem corporal faz parte do mecanismo de informação. Lembro-me de uma ocasião em que arbitrei um jogo entre duas partidas de equipes do continente africano, em uma competição militar internacional que fora

regida pela FIFA. Havia um contexto histórico entre as equipes que só falavam francês, num jogo difícil para a arbitragem e, com poucas palavras dentro de campo, resolvi diversos inícios de embates entre os atletas, fazendo o uso exagerado da presença física, bem como da linguagem corporal.

A linguagem verbal na arbitragem deve ser clara, direta e curta. Não explicamos tomadas de decisões formatando longos textos e falas dentro do campo de jogo. Árbitro não é palestrante em campo, não ensina regras, pode-se até, de forma rápida, dizer algo para elucidar a todos o que foi assinalado; todavia, sempre com cuidado para não entrar em debates longos ou conversas que não agregarão em nada, nem cooperarão para o controle de jogo e tomadas de decisões.

As técnicas de deslocamento, presença física e encurtamento das distâncias no campo de jogo para as “Grandes Decisões” no decorrer da partida estão conectadas ao aperfeiçoamento e evolução do Pilar Técnico. A presença física é essencial para dar credibilidade às tomadas de decisões, principalmente nas decisões que interferem diretamente no desfecho da partida. Um penal claríssimo e bem assinalado, estando o árbitro longe da jogada ou com o som do apito fraco, coloca em descrédito uma decisão e pode trazer problemas para controlar a disciplina, independente do acertar ou não. O árbitro deve colher os ensinamentos dos capítulos iniciais desta obra, devendo preparar-se para conseguir posicionar-se e decidir livre de pressão interna e externa, já que até agora ficou muito nítido que as duas coisas caminham paralelamente.

O árbitro moderno deve desenvolver técnicas de deslocamentos dentro da partida, para que esteja sempre próximo e angulado para qualquer decisão que tenha que tomar. O árbitro deve preparar-se para não precisar economizar nada de seu potencial físico ou cognitivo em nenhum momento do jogo. Sempre comento nos bate papos com árbitros mais jovens que quando trabalho em partidas

de alto nível, estas realizadas no período noturno, geralmente não consigo dormir logo depois, nas horas seguintes, pois o nível de atenção e foco é tão grande que certamente a adrenalina toma conta do pós-jogo e essa volta a calma acontece bem depois, quase que pela manhã do dia seguinte a partida.

Indico aos jovens árbitros um artigo científico de Lima e Silva, Neves⁷⁹ em que estes autores identificaram uma tendência de economia de energia nos árbitros da amostra na segunda etapa das partidas. Os árbitros buscaram uma postura com menor alternância de intensidade, procurando movimentar-se, parando menos e arrancando menos, devido ao acúmulo de cansaço do primeiro tempo, o que, aos meus olhos, pareceu-me um problema gravíssimo. Já que se uma “grande decisão” acontecer no final da partida, ele vai correr o risco de jogar todo um bom trabalho no lixo por falta de preparo físico específico para a demanda de uma partida. Claro que isso é uma valência imprevisível, mas os árbitros precisam preparar-se para as partidas mais difíceis. Claro, aqueles que querem chegar ao topo da carreira. Por fim, digo que não devemos poupar nada! Nenhum esforço pode ser “sonogado”, devemos sair esgotados fisicamente e mentalmente das partidas, por isso os treinamentos continuados devem ser intensos e rotineiros na nossa caminhada.

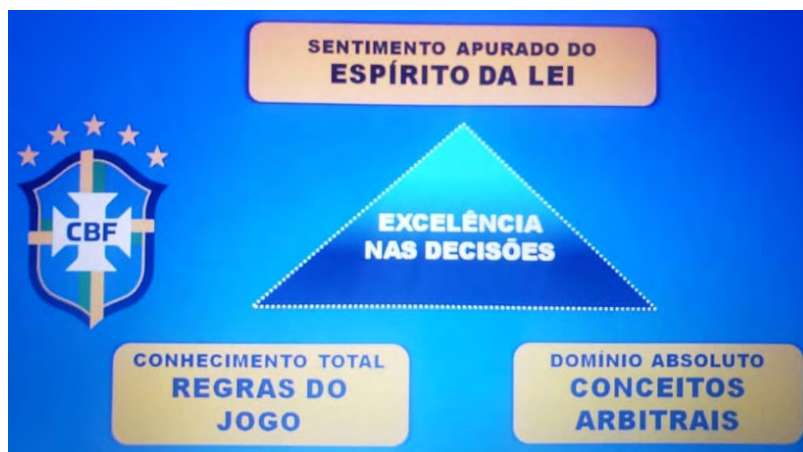
DESFECHO DO CAPÍTULO

O árbitro Moderno deve possuir os adjetivos seguintes, pessoalmente falando, pelo menos foram as metas que eu procurei atingir durante a minha carreira e que espero conseguir deixar de legado para os futuros árbitros: que sejam LÍDER, PARTICIPATIVO, ATIVO, ATENTO, HUMILDE, EXCELENTE PREPARO FÍSICO, CONCEITOS ATUALI-

ZADOS, CONHECEDOR DAS REGRAS DO JOGO, GRANDE CONHECEDOR DO FUTEBOL, FORTE MENTALMENTE e CONDUTA ILIBADA.

Como reflexão, deixo a figura a seguir, adquirida em um dos encontros de preparação para os árbitros do quadro nacional, organizado pela CBF, o qual chama a atenção pela conexão das informações contidas na mesma, sendo capaz de traduzir a simbiose perfeita dos atributos que pautam a tomada de decisão de um árbitro de alto nível, comprometido com o resultado de seu trabalho e que resume de forma clara muito do que foi passado nesse capítulo:

Figura 8 – Bases para excelência nas decisões 80.



Por fim, arbitrar é sentir a partida, sempre ter como base inegociável as regras do jogo, estando em excelentes condições físicas para poder tomar decisões técnicas e disciplinares maduras para controlar o jogo. Trabalhando sempre em favor do bom futebol, com liderança, espírito de equipe e respeito a todos os envolvidos. Lembrem-se jovens: de acordo com a Regra V: “O JOGO É DISPUTADO SOB O CONTROLE DE UM ÁRBITRO, QUE TEM TOTAL AUTORIDADE PARA CUMPRIR AS REGRAS DO JOGO”.

6

Sérgio Corrêa da Silva


O ÁRBITRO DE VÍDEO (VAR)

A PARTICIPAÇÃO DA CBF NO SURGIMENTO DO VIDEO ASSISTANT REFEREES (VAR)

O *Video Assistant Referee* (VAR) serve para auxiliar o árbitro de campo, e que de acordo com o conceito descrito no protocolo aprovado pela FIFA, “assistência por vídeo procura detectar erros claros e óbvios em situações que possam modificar o resultado de um jogo”, pois o árbitro de futebol tem relevante papel na prática da modalidade, já que ele tem a responsabilidade de aplicar as regras do jogo. Suas decisões sobre o jogo são definitivas e validam o resultado da disputa⁸⁰. Esses profissionais arbitram as partidas sob alta demanda hemodinâmica e isso pode prejudicar a qualidade de suas análises cognitivas⁸¹.

Visando minimizar erros capitais nos jogos, a *International Football Association Board* (IFAB), órgão que determina as regras do jogo, aprovou a utilização do árbitro de vídeo em teste durante a sua reunião de junho de 2016. O árbitro assistente de vídeo, do inglês *Video Assistant Referee* (VAR), analisa as decisões tomadas pelo árbitro central com a utilização de imagens de vídeo e se reporta ao árbitro por meio de microfones para comunicação. As suas intervenções nos jogos podem mudar o escore das partidas⁸². A utilização ao vivo deste sistema começou num jogo não oficial, em agosto de 2016, na *United Soccer League*⁸³. Ainda em 2016, a FIFA instalou o primeiro centro de treinamento de VAR em sua sede. Este centro de treinamento teve um papel vital no treinamento e desenvolvimento das funções do VAR. Desde então, os procedimentos e utilização vem se ampliando e se aprimorando que, inclusive na última copa do mundo de futebol, já houve ampla utilização e intervenção do VAR nas partidas⁸⁴.

Porém a CBF teve importante participação neste processo e, devido a isso, este capítulo será destinado e descrever essa participação, bem como apresentar dados interessantes sobre



a estatística e protocolo de atuação dos árbitros, utilizando esta inovadora ferramenta no Brasil. Em junho de 2009, durante a copa das Confederações, na partida de estreia das seleções, o Brasil venceu por 4x3 o Egito. Durante a partida, depois de apontar o escanteio em um primeiro momento, o árbitro Howard Webb (que apitou a final do mundial de 2010) mudou de ideia e marcou pênalti. Nesse lance o Lúcio chutou e Elmoahamadi salvou em cima da linha, porém de forma ilegal, usando o braço. O jogador Kaká cobrou e decretou a vitória do Brasil. O lance gerou muita reclamação dos africanos na hora e após a partida. Mas quem teria avisado que o jogador evitou o gol de forma irregular? De acordo com o próprio árbitro inglês que arbitrou a partida, foi sua consciência. A explicação foi dada ao ex-árbitro de futebol, Arnaldo Cezar Coelho, que atualmente é comentarista de arbitragem⁸⁵

Segundo relatado por Arnaldo na ocasião, ele encontrou o árbitro após a partida e perguntou quem o havia informado que havia sido pênalti, e não tiro de canto. Já que no tempo de Arnaldo, dentro das quatro linhas, não havia comunicação para corrigir. O árbitro da partida o informou que não foi o assistente nem o árbitro reserva, que foi a sua consciência diante daquela situação. Naquele ano, o próprio Arnaldo Cezar Coelho nos ligou, a pedido de Carlos Alberto Parreira, um treinador de renome que participou de 10 copas do mundo, inclusive sendo campeão do mundo nas Copas de 1970 e 1994; foi idealizador e organizador de uma Feira Internacional que gostaria de ter a arbitragem em um dos painéis. Não tive dúvidas de aceitar e sugerir o tema: “Tecnologia na Arbitragem” e isto foi prontamente aceito.

No dia 9 de dezembro de 2009, no VI FOOTECON, no Hotel Copacabana Palace, com a presença dos principais árbitros do Brasil e do exterior, tais como Arnaldo Cezar (Mundiais de 1978 e 1982), Romualdo Arppi Filho (Mundial de 1986), José Roberto Wright (Mundial 1990), Renato Marsiglia e Paulo Jorge Alves (Mundial 1994),

Márcio Rezende Freitas (Mundial 1998), Horácio Helizondo (árbitro da final de 2006), Emidio Marques de Mesquita, Heber Roberto Lopes, Paulo César de Oliveira, Luiz Carlos Martins, o ilustre visitante Alberto Helder entre outros, que tomaram conhecimento das linhas mestras do projeto de Manoel Serapião Filho, este que vislumbrava o uso da tecnologia na arbitragem brasileira. O fato gerou muita polêmica, mas o registro foi feito⁸⁶.

Em 2009, o projeto do Manoel Serapião foi enviado ao presidente Ricardo Teixeira para análise e posterior envio à FIFA. Mas nunca se obteve uma resposta. Os anos passaram e, em 2015, o presidente Marco Polo Del Nero indagou a CBF sobre a possibilidade de elevar a qualidade da arbitragem brasileira e, novamente, a CBF se debruçou no projeto do ex-árbitro e integrante da Comissão Nacional de Arbitragem, Manoel Serapião Filho. O projeto foi ressubmetido e apresentados para análise. Em decorrência disto, o presidente da FIFA Marco Polo disse que “vocês são os técnicos e sabem o que é melhor para o futebol brasileiro. Prepare o expediente que encaminharei para FIFA.” O documento seguiu em 14 de setembro de 2015. A entidade internacional respondeu em dois dias após, com referências elogiosas ao projeto apresentado, informando que o tema já vinha sendo estudado há 22 meses pela FIFA.

Ato contínuo, a CBF foi convidada para participar do I Workshop sobre o assunto, ocorrido na cidade de Londres, entre 21 e 23 de fevereiro de 2016, oportunidade em que apresentou a primeira versão do protocolo que seria colocado em deliberação na assembleia geral da IFAB, em 5 de março de 2016, em Cardiff na Irlanda. Foi aprovado um cronograma para implantação da tecnologia na arbitragem, entre março de 2016 a agosto de 2017.

Menos de dois meses após, com o apoio da mídia televisiva, a CBF realizou dois testes *off-line* com sucesso, nas partidas finais do

Carioca, entre Botafogo x Vasco da Gama, ocorridas nos dias 1º e 8 de maio de 2016.

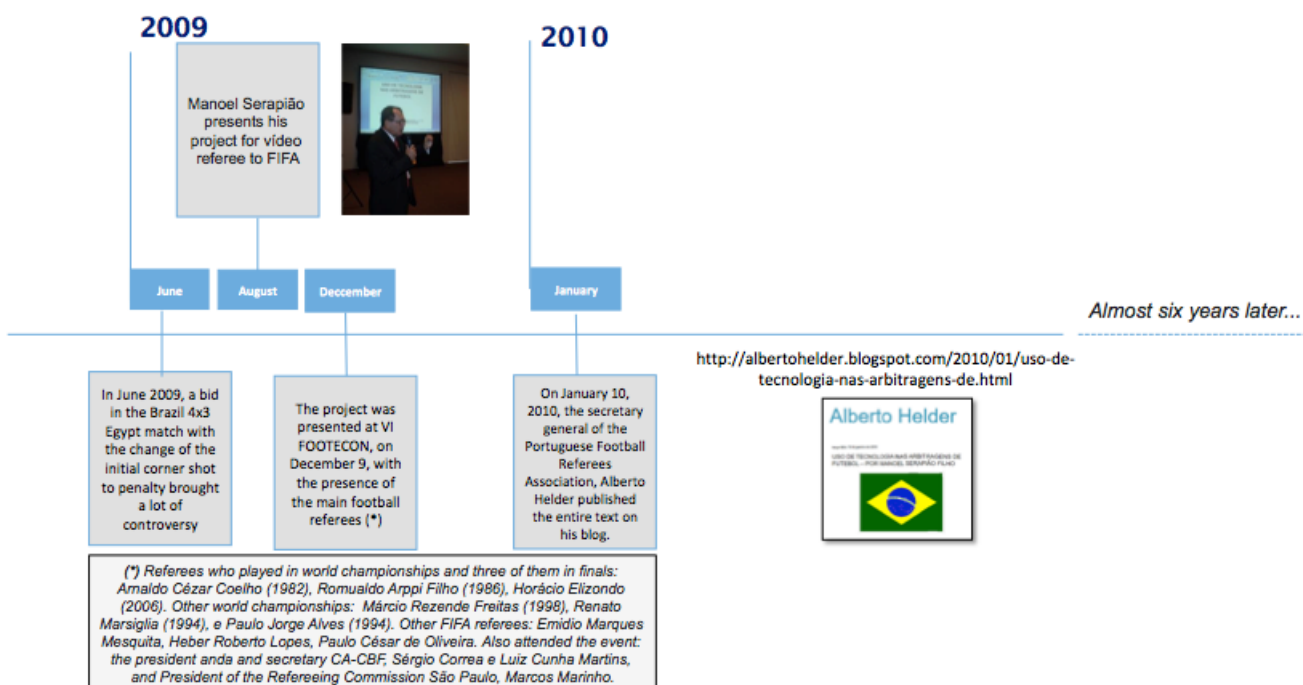
Em junho, a CBF assinou um contrato com a FIFA e o IFAB para cumprimento de todas as etapas. Entre as exigências, foi solicitada a indicação de dois representantes para o projeto de tecnologia na arbitragem. Indicaram o ex-árbitro e autor deste capítulo do livro Sérgio Corrêa da Silva como líder do projeto e o ilustre integrante da Comissão Nacional de Arbitragem, Manoel Serapião Filho, como principal instrutor VAR para o Brasil.

SEQUÊNCIA DE ACONTECIMENTOS DO *VIDEO ASSISTANT REFEREES* (VAR) NO BRASIL

Para nortear esta sequência de pensamento e ter uma noção da cientificidade e metodologia envolvida na implantação e capacitação continuada do VAR no Brasil, descreveu-se um cronograma que está representado nas ilustrações a seguir, onde cabe ressaltar que as descrições de todas as imagens estão em Inglês, pois foram utilizadas para fins internacionais:

Figura 9 – Linha do tempo do VAR no Brasil – 2009/2010 (fonte autoral).

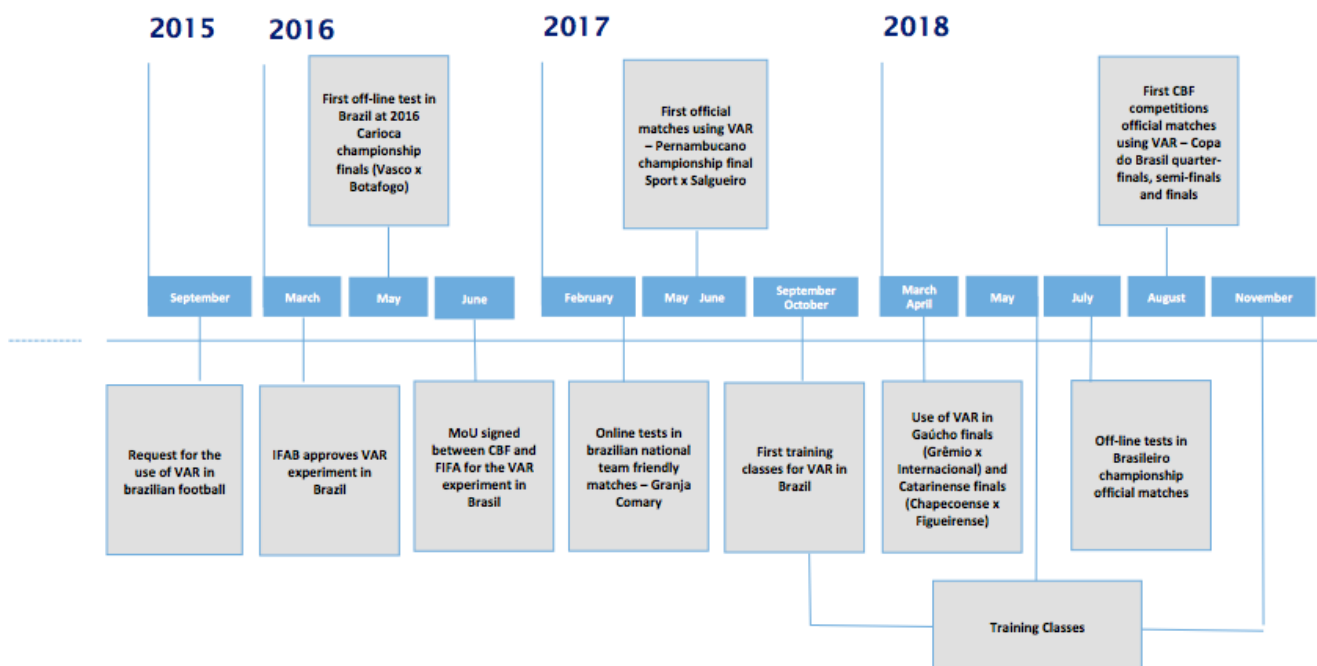
CBF VAR Time Line – 2009/2010



Fonte: autoral.

Figura 10 – Linha do tempo do VAR no Brasil – 2015/2018 (fonte autoral).

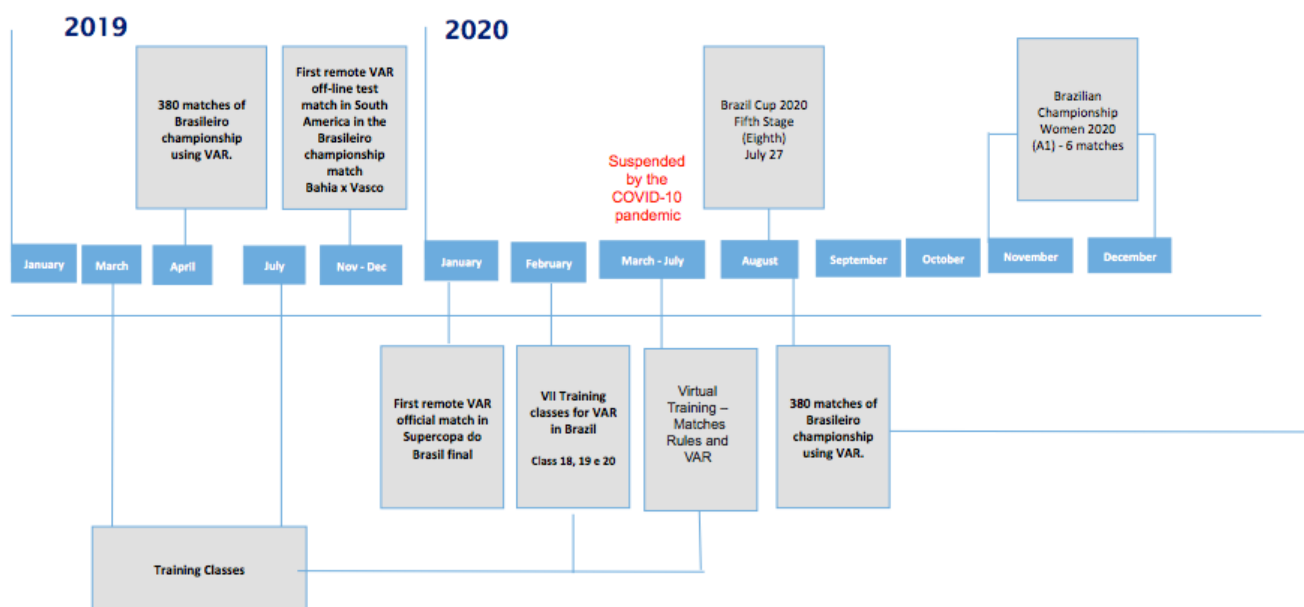
CBF VAR Time Line 2015/18



Fonte: autoral.

Figura 11 – Linha do tempo do VAR no Brasil – 2019/2021.

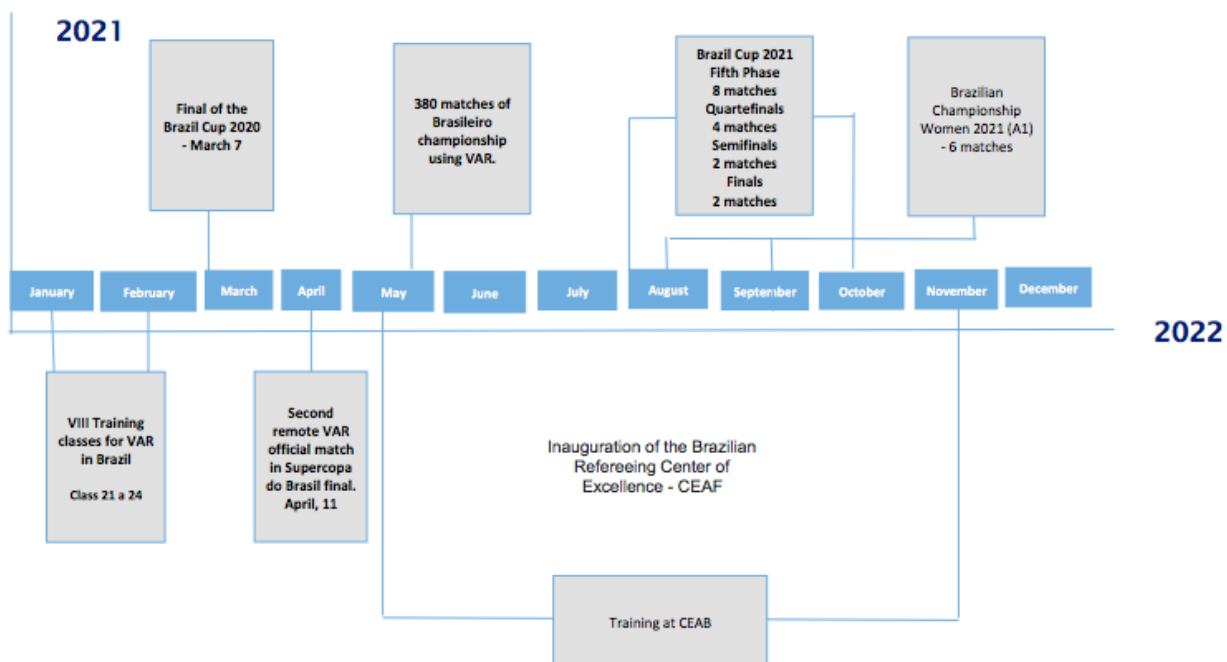
CBF VAR Time Line 2019/2021




Fonte: autoral.

Figura 12 – Linha do tempo do VAR no Brasil – 2021 (fonte autoral).

CBF VAR Time Line 2021



Fonte: autoral.



A primeira partida ao vivo, com a presença do VAR, no Brasil, aconteceu no ano de 2017, por meio de uma solicitação para o uso da tecnologia nas finais do estadual, pela Federação Pernambucana. Essa primeira partida ocorreu na Ilha do Retiro, entre as equipes Sport x Salgueiro, que terminou empatada em 1x1, com o gol de empate da equipe mandante, ocorrendo aos três segundos antes do encerramento da partida; e com o auxílio do VAR. O árbitro José Washington marcou o penal e seu assistente número 2, Fabrício Sales sugeriu que fizesse uma revisão. O árbitro foi à área de revisão e confirmou o penal, porém o tempo ficou acima do esperado, gerando controvérsias. Ressalte-se que o árbitro de vídeo na ocasião, Péricles Cortez, cumpriu o protocolo, pois sendo uma decisão interpretativa, a decisão de campo cabia ao árbitro central.

Após a partida, eu, Sérgio Corrêa, acompanhado de Manoel Serapião e Evandro Carvalho, falamos com a imprensa para esclarecer as dúvidas sobre o uso inédito do recurso.

A partida de volta ocorreu em 28 de junho de 2017, na cidade de Salgueiro. Na arbitragem, Wilton Sampaio, Emerson Carvalho e Marcelo Carvalho Van Gasse, experientes árbitros internacionais. Nesta partida, teve um gol anulado pela arbitragem. O assistente 1, Emerson Carvalho, marcou uma saída de bola, num tiro de canto, e o árbitro anulou a jogada. Com as reclamações, o VAR indagava se o árbitro teria apitado antes ou depois da bola ter entrado. Para não pairar dúvidas para todos sobre o momento do apito, o árbitro resolveu ir à área de revisão e ratificou o fato, mantendo a decisão de campo. Outra polêmica; mas tudo dentro de uma previsão, por ser apenas a segunda partida com o uso da tecnologia na América do Sul. Faz-se importante destacar que o árbitro foi prudente por conta do clima hostil instalado, tanto no campo quanto no estádio. Já que existe a tecnologia e o protocolo prevê a possibilidade de, em situações excepcionais e, objetivando o controle do jogo, poderia a executar, assim ele o fez.

Esse foi mais um passo histórico na utilização do VAR, no Brasil e do mundo. E assim a mídia noticiou: “Trabalho do Árbitro de Vídeo contou com 15 câmeras, as mesmas utilizadas na transmissão da TV.”

No ano de 2018, aconteceu o primeiro confronto entre Grêmio x Internacional com a utilização do VAR! O clássico conhecido como (Gre-Nal), que para fins de registro foi o de número 413, realizado em 8 de março de 2018, teve o uso de tecnologia com um fato interessante: o árbitro central, Jean Pierre Gonçalves Lima, foi lesionado e deixou a partida antes do seu final, com o quarto árbitro assumindo. Na sala de operações do VAR estavam Rafael Traci e Ivan Carlos Bohn, ambos do Paraná. Este comentário cabe para enfatizar a necessidade de todos estarem habilitados para atuar em partidas com tecnologia, pois uma lesão do árbitro central, em que pese ser rara, pode ocorrer.

O protocolo do uso do VAR é extenso e requer capacitações dos árbitros. Exige-se uma carga horária, número de partidas e situações simuladas para todos os que pretendam utilizar a tecnologia. A CBF investiu em sete capacitações, 21 turmas (três que foram adiadas, considerando a ocorrência da pandemia do COVID-19); 470 partidas oficiais com VAR no Brasil e mais de 300 partidas treinos. Neste investimento, destaca-se a participação da CBF em todos os Workshops realizados no mundo (Inglaterra, Suíça, Alemanha, Holanda, EUA, Paraguai e Espanha).

Em 2018, a Copa do Brasil foi realizada com uso de tecnologia em 14 partidas. Mas para chegar nesse histórico acontecimento, houve um investimento maciço por parte da CBF, homologação dos estádios, normativas e procedimentos, tudo supervisionado e aprovado pela IFAB. Isso gerou uma sequência de ações regidas pela FIFA e IFAB a saber:

- Supervisão das Capacitações, as quais David Ellera acompanhou o Curso de Árbitro de Vídeo (VAR) no Brasil;



- O Executivo da FIFA, Dirk Schlemmer, veio ao Brasil acompanhar o progresso da arbitragem brasileira na implementação do protocolo VAR e elogiou a estrutura montada pela CBF, destacando os investimentos feitos pela entidade;
- VAR na Copa da Rússia, o Sr. Carlos Astroza foi instrutor em um curso da CBF, deixando um pensamento sobre o *FlagDelay*, uma novidade para árbitros assistentes sobre sua forma de atuar;
- O Sr Enrique Cáceres, Oficial de Desenvolvimento da FIFA, supervisionou o treinamento da CBF, com referências positivas;
- Em visita técnica à CBF e a IFAB, realizam encontro para debater o VAR;
- Dirigentes, instrutores, árbitros e assistentes participaram da preparação para o uso do VAR, a partir das Quartas de Final da Copa do Brasil;
- No mesmo ano, o evento da IFAB/FIFA levou este conhecimento às Federações interessadas em utilizar a ferramenta, em seus respectivos estaduais, em mais um dia de palestras;
- A realização de uma mesa de debate encerrou a visita técnica da IFAB sobre o Árbitro de Vídeo, com o apoio da CBF, evento destinado às Federações Estaduais, ato em que apresentou protocolo, experiências e peculiaridades da ferramenta do VAR;
- Supervisão da final da COPA DO BRASIL 2018;
- VAR na Copa do Brasil: a FIFA acompanha ações na decisão;
- Sebastian Runge, líder do grupo de inovação no futebol da FIFA, elogiou a equipe técnica e de arbitragem VAR.

Analisando apenas essa sequência de eventos ocorridos, somente no ano de 2018, já se pode imaginar a noção da complexidade da implementação de tal técnica no futebol brasileiro e de como esse assunto foi tratado com seriedade e profissionalismo no país.

O PROTOCOLO VAR

A assistência por vídeo procura detectar erros claros e óbvios em situações que possam modificar o resultado de um jogo”. São elas⁸⁷:

- Gol;
- Pênalti;
- Cartão vermelho direto;
- Confusão de identidade.

Portanto, quando acontece algum dos lances descritos acima e o juiz tem uma ação diferente da que deveria ser correta (validou um gol irregular, não marcou pênalti claro, ou deu cartão amarelo para a pessoa errada, por exemplo), o VAR entra em ação.

Essa comunicação entre o árbitro central e o de vídeo é realizada pelo ponto eletrônico e microfone que todos os membros da arbitragem utilizam na partida. Para sinalizar que está acontecendo uma checagem de determinado lance, o juiz coloca uma mão no ouvido e estica o outro braço, pedindo para os jogadores esperarem e não colocarem a bola em jogo.

São princípios básicos do VAR:

- Somente o árbitro pode iniciar uma revisão;

- A decisão final será sempre tomada pelo árbitro central;
- O árbitro permanecerá visível durante todo o processo de revisão para garantir a transparência;
- Não deve existir nenhuma pressão para agilizar uma revisão, a precisão é mais importante que a rapidez;
- Uma partida não será anulada por motivos de mal funcionamento da tecnologia, nem por decisões incorretas relacionadas ao VAR, ou por, simplesmente, uma decisão de não revisar o incidente;
- Os jogadores e comissão técnica não devem tentar interferir no processo de revisão. Um jogador que fizer o sinal de TV insistentemente será advertido com o cartão amarelo;
- Se o jogo for reiniciado depois de uma interrupção, o árbitro não poderá mais realizar uma revisão, exceto em casos de confusão de identidade ou uma possível infração passível de expulsão por conduta violenta.

Nos vários *Workshops*, sempre se indagou aos responsáveis pela necessidade de “existir um Protocolo único para todo o mundo”. O referido protocolo passou por várias mudanças, tanto que, atualmente, estamos na versão de número oito. E o desafio será a linha de intervenção, considerando-se que há muitos incidentes que são analisados por pessoas diferentes; mas a Comissão de Arbitragem tem trabalhado para equilibrar o momento de interferir ou não nas decisões tomadas pelos árbitros.

Um “meio-termo” deve ser encontrado em breve, pois os árbitros estão recebendo treinamento constante, de forma prática e por meio de vídeos com as considerações das regras e não das pessoas.

Tudo é uma construção! Desde os presidentes anteriores da CBF, integrantes da diretoria e funcionários fazerem parte desta engrenagem, com o objetivo de levar adiante um projeto grandioso como é o Árbitro Assistente de Vídeo.

CONSIDERAÇÕES: DO INÍCIO DO VAR ATÉ O VISLUMBRE DA TÉCNICA NO FUTURO

Acreditamos que todos que trabalham forte acabam tendo muita sorte, pois em 2015, como Presidente da Comissão de Arbitragem e liderando um projeto grandioso como o VAR, este autor ficou sobrecarregado, tanto que, em 2016, o próprio presidente Marco Polo entendeu a sobrecarga e convidou o Cel. Marcos Marinho para nos substituir e, assim, pudemos nos debruçar apenas na implantação do projeto VAR.

O Cel. Marinho teve um papel importante nas fases iniciais, dando diretrizes importantes para que nenhuma fase fosse esquecida. Com a posse do novo presidente da CBF, Rogério Caboclo, assumiu a presidência, o ex-árbitro FIFA e comentarista de arbitragem da TV Globo, Leonardo Gaciba, cujo poder de comunicação elogiável e que, acredito piamente, sua vinculação à Comissão Nacional de Arbitragem agregou muito no processo prático que se instalou. Não há a menor dúvida que a estrutura de arbitragem, trabalhando diariamente na sede da CBF, a partir de 2017, foi uma das ações mais importantes para a consecução dos objetivos propostos, estes que devem ser apoiados, enaltecidos.

Neste contexto, faz-se importante mencionar sobre a ilustre colaboração de Alício Pena Júnior, o terceiro instrutor brasileiro homologado pela própria FIFA, os integrantes da Comissão, Cláudio Cerdeira

e Ricardo Almeida, que têm realizado um trabalho de referência para a arbitragem brasileira.

Na Estrutura, ainda se destacam: Almir Alves de Mello, Cel. Marinho, Cláudio Freitas, Edson Rezende de Oliveira, Érica Gonçalves, Giulliano Bozanno, José Mocellin, José Roberto Wright, Marta Magalhães, Mikael Araújo, Nayra Santos, Nilson Monção e Paulo Camello. Para finalizar, o gerente de projetos, Guilherme Barbosa e Ricardo Bretas também são figuras que ontem, hoje e sempre engrandecem e labutam acerca da implementação e da evolução das técnicas e protocolos do VAR no Brasil.


No tocante à percepção e diferença de atuação no campo de jogo e na sala do VAR, cito que quase toda gerência da arbitragem nacional é composta por ex-árbitros do século passado, de uma época que a televisão era algo raro, tanto que a Copa de 70 foi a primeira que se acompanhou. Aquele tricampeonato foi inspirador para muitos! Em 1980, os antigos conceitos e recomendações para os árbitros do tipo: “apareceu sozinho”, marca impedimento que senão marcar, marco eu’ era uma antiga realidade e talvez tenha sido a primeira orientação que os árbitros adotaram para se protegerem da tecnologia. Os principais árbitros diziam antigamente: “gol impedido” no meu jogo não haverá e eles tinham certa razão, pois a TV pegava num único ângulo e o que parecia impedido nas imagens, muitas vezes não o era, e sem os recursos tecnológicos atuais, o árbitro levava a culpa, mesmo sem ter errado.

Por várias vezes este autor chegou a se pronunciar de forma contrária ao uso da tecnologia, pois se criou um paradigma de que o erro humano faz parte do futebol e era ele que movimentava as discussões acaloradas e apaixonadas do dia seguinte. Como árbitro, este relator sofria muito quando o erro aparecia nos programas esportivos; nos jornais da época. Não existia nenhuma possibilidade de defesa e muitas carreiras de árbitros foram ceifadas de outras

oportunidades por conta de um erro dele, o próprio árbitro ou, por vezes, até dos assistentes, que seus erros acabavam sendo debitados nos árbitros centrais. Quando um assistente dizia “pode ficar tranquilo que a bola não entrou completamente ou que estava ou não impedido”, de lá começava o martírio, pois muitas vezes a decisão que era julgada correta era exibida não como erro, mas pior, como “roubo”, o que agravava a vida dos principais árbitros. Julgamentos e condenações rápidas, sem nenhuma oportunidade de comprovar o contrário, pois nem sempre os ângulos eram favoráveis.

Hoje, nos dias atuais, com a gama de treinamentos e jogos, a tranquilidade é outra. Os árbitros já sabem que têm um seguro para qualquer eventualidade e tomam suas decisões com mais tranquilidade. Existe uma grande diferença entre estar no campo e na sala de operações de vídeo (VOR - *video operation room*, em inglês); pois no campo, 50 segundos parecem uma eternidade e todos acabam reclamando da “demora”, porém na cabine, passam voando e, às vezes, precisa-se de no mínimo 3 a 4 ângulos para analisar e julgar corretamente a jogada. O tempo atual já reduziu muito isto, mas o trabalho é para que todos tenham plena convicção de que não perderão mais uma partida ou um título com um erro de arbitragem.

Existem jogos memoráveis por conta de erros debitados somente aos árbitros. São os chamados históricos como o gol de mão de Maradona, o penal cometido pelo Nilton Santos que virou falta, pois ele deu um passo para fora da área e enganou o árbitro; o gol de mão do Wilton numa final do Carioca (1969 creio eu), a contagem de penais na final do Paulistão 1973 (Santos x Portuguesa); o gol que não foi marcado na Copa 2010, entre Inglaterra x Alemanha, lembrando outro de 1966; mas este, até hoje, com aqueles ângulos não seria possível definir; o gol de Thierry Henry que classificou a França para o Mundial de 2010, que gerou protestos da Irlanda, a ponto da FIFA ter supostamente indenizado a seleção em 5 milhões de dólares pelo erro⁸⁸



As principais mudanças observadas, a partir da implementação do VAR, nas práticas dentro e fora do campo, antes e depois das partidas nos sugerem que um erro, para quem esta fora, se não for grosseiro, todos aceitarão, o que não se pode é gol com a mão ou em impedimento; o que, na prática, não se configura em realidade. Aliás, a regra 11, relacionada à infração de “Impedimento” foi a que mais impactou para os assistentes, pois eles atuam há décadas tomando decisões rápidas e ajustadas, porém com a tecnologia, devem aguardar ao máximo e depois dar sua opinião, marcando ou não o fora de jogo. Há uma necessidade extrema em que os profissionais da arbitragem cada vez mais demonstrem paciência, sabedoria e adaptabilidade, pois ainda não temos todas as competições com uso de tecnologia no país. Eles estão tendo de adaptar-se rapidamente e, eventualmente, podem ocorrer precipitações. É como dirigir um automóvel; no início, acertar os pedais, a marcha leva um tempo, porém depois tudo entra no automático.

Em comparação com a final da Copa do Brasil, com os mais de 50 jogos que realizei como Observador ou Supervisor e que, com VAR, os jogadores até reclamam, mas aceitam muito mais as decisões dos árbitros. Em relação às principais tensões enfrentadas em decorrência da implementação do VAR e como os profissionais da arbitragem precisam buscar e desenvolver um equilíbrio, a CBF tem contado com exímia intervenção da psicóloga Marta Magalhães, que tem nos esclarecido muito a respeito e afirmamos que as tensões na função de Observador da Sala de Vídeo (VOR) são elevadas, e considerando, ainda, que a pandemia do COVID-19 nos deixou longe do campo de atuação, trazendo-nos um receio quanto ao afastamento psicológico dos nossos profissionais.

Vislumbrando esse afastamento da atuação, a CBF preparou uma sequência de treinamentos que estão programados, com expectativa de que acontecerá um grande ano para o futebol, com os erros sendo ainda mais reduzidos. Talvez até a publicação deste

manuscrito já tenhamos as respostas de que ansiamos. Cabe ressaltar que, em 2019, tivemos 211 revisões, com potenciais equívocos e, ao final, apenas 36 erros graves puderam ser debatidos. Mas o índice de acerto subiu de 93% para 98%, o que, sem dúvida, é uma grande marca a ser comemorada.

Quanto ao futuro da implementação do VAR no futebol profissional brasileiro, entendo que, com o tempo, o VAR será algo tão corriqueiro que não haverá necessidade de grandes salas, muitos equipamentos, pessoas etc. Não tenho dúvidas que bastará apenas um relógio para o árbitro receber a informação de uma central com a decisão correta (a inteligência artificial em prol do esporte). Até entendo que, em alguns anos, os assistentes deixarão suas funções, pois todas as linhas serão calibradas e as saídas serão prontamente definidas para o árbitro.

Quanto ao futuro da regra de impedimento, já existe um software em estudos e testes que, em breve, conseguirá indicar se o jogador esta ou não impedido. Caso esteja, o mesmo aparecerá na tela em “vermelho” para quem estará na cabine. Porém, com o tempo, tudo isto num relógio ou óculos que o árbitro deverá usar para receber as informações, em tempo real. O VAR pode ser considerado a maior mudança para o futebol do século, pois garantir a justiça e legitimar o resultado sem qualquer contestação é o sonho de todo árbitro; pois, no Brasil, cobram muito deles. Têm de ser perfeitos, do contrário, caso estivéssemos nos tempos da inquisição, iriam exigir que fôssemos “queimados na fogueira.”

Ainda bem que estamos próximos à “perfeição” da arbitragem. E espero que os 2% que nem a tecnologia resolve não sejam motivos para duvidar daquele que trabalha demais para acertar. O futuro será a centralização do VAR, com sede no Rio de Janeiro. Os primeiros testes off-line foram feitos em 2019, e o primeiro on-line ocorreu em 16 de fevereiro de 2020, na final da Supercopa, entre Flamengo x Atlético PR,

realizado em Brasília – DF, bem como em outras competições haverá a presença dessa tecnologia, pois a FIFA estuda ferramentas que reduzam o investimento necessário para sua aplicabilidade.

Uma notícia ruim para os árbitros-assistentes é que, com o tempo, a evolução será tanta, que laterais, tiros de cantos e de metas serão marcadas pela tecnologia e estes deverão atuar nas competições sem VAR. Mas o projeto é irreversível, ou seja, o VAR veio para ficar! Apesar de reconhecer que o olho humano já não suporta tamanho nível de detalhe nas jogadas, o ser humano que ali está não tem mais condições de decidir com a precisão que as pessoas querem. Estamos falando de seres humanos e não de seres perfeitos.

Em conclusão, deixo uma reflexão sobre um brilhante posicionamento de uma grande figura do futebol e da história da arbitragem brasileira. A vitória do Fluminense por 1 a 0 sobre o Guarani, na última rodada do Campeonato Brasileiro de 2010, foi o último jogo oficial do árbitro Carlos Eugênio Simon. Aos 45 anos, data limite estabelecida pela FIFA, na época, ele passou a trabalhar como jornalista, já que é formado na profissão. Na despedida, o gaúcho defendeu o uso da tecnologia no futebol: “Outro dia, estava vendo televisão em casa, com meu filho de 12 anos, e ele me perguntou: ‘pai, como você vivia sem o controle remoto?’. A tecnologia veio para ficar e tem de ser aproveitada no futebol, porque é um esporte que envolve milhões e a justiça deve prevalecer”, afirmou. Ao lado de Arnaldo Cezar Coelho, ex-árbitro e atual comentarista, e do juiz paraguaio Carlos Amarilla, Simon participou de um debate sobre arbitragem, no Footecon, fórum promovido por Carlos Alberto Parreira no Rio de Janeiro. Dias após sua aposentadoria, Simon aposta no uso da tecnologia para diminuir a quantidade de erros de arbitragem durante as partidas “O ser humano nunca acerta em 100% dos casos. Colocar o *chip* na bola é uma maneira de saber se ela passou realmente da linha ou não”, argumentou.

O arbitrou gaúcho participou das Copas de 2002, 2006 e 2010. Bem articulado, também se destacou fora das quatro linhas, ao longo das últimas temporadas. Eu sempre me posicionei em todas as questões, não apenas do esporte, mas também da política e da cultura. Fui criado assim e não me arrependo”, afirmou.

Em síntese, o VAR, essa esplêndida ferramenta que mudou o futebol e chegou para ficar, está trazendo uma nova emoção ao futebol, calcada na exatidão e, de uma forma diferente e futurística. Da forma similar aos tempos antigos, em que a dúvida causava uma emoção através do debate, a expectativa após os lances capitais, a revisão e checagem dos lances estão trazendo uma nova perspectiva ao jogo, com uma nova mensagem que valoriza o acerto.

O futebol tem importante ligação e inteiração com a sociedade e formação de valores. Acredito que, em pouco tempo, lembrar-se-á dos tempos do pré-VAR, com carinho, mas sem imaginar que vivemos futebol sem a exatidão das verificações e checagens dos lances pelos árbitros de vídeo.



7

Lea Campos

MULHERES NO APITO

SOMENTE OS QUE LUTAM TRIUNFAM – A SURPREENDENTE HISTÓRIA DE LUTA DE LEA CAMPOS POR ELA MESMA

Figura 13 – Foto Nr 1 do arquivo pessoal da autora do capítulo.



Ser pioneira nunca foi meu objetivo, até mesmo porque não tinha meios de saber se eu seria a primeira. Sempre gostei de futebol, desde os 7 anos de idade, quando jogava com os meninos com uma bola de trapo. E quando eles não me queriam jogando, eu pegava a bola e dizia: se não jogo, ninguém joga, a bola é minha, a bola foi feita de trapo por meu pai para que eu pudesse satisfazer meu sonho de jogar. Apesar de gostar de jogar futebol, foi no vôlei que consegui mais destaque, já que o futebol para mulheres não existia.

Cresci assistindo jogos do Cruzeiro, meu time do coração, e as pessoas que me acompanhavam sofriam com minhas perguntas, até que um dia um jornalista da Rádio Itatiaia (BH), minha emissora preferida, comentou com meu namorado que estava aberto o curso de arbitragem na Federação Mineira de Futebol e que ali estava a chance de ajudar-me a entender um pouco sobre o futebol.

Feita minha inscrição, frequentei o curso de 8 meses, incluindo a parte física; passei em todos os testes e, na hora de receber o diploma que me credenciava como árbitra de futebol, veio minha primeira decepção: o presidente da CBD (CBF naquela época) Jean-Marie Faustin Goedefroid Havelange, proibiu a Federação Mineira de Futebol (FMF) de me diplomar.

Oswaldo Faria, comentarista da Rádio Itatiaia, colocou-me em contato com o jornalista mineiro, Canor Simões Coelho, no Rio de Janeiro, para ajudar-me em uma entrevista com o presidente da entidade.

Durante quatro anos, lutei com unhas e dentes contra o autoritarismo daquele homem que me disse que a nossa Constituição proibia, com a ajuda de um dos maiores Juristas brasileiros daquela época, Pedro Aleixo, provei que a Constituição falava de jogar, mas não mencionava nada sobre apitar, foi ai que ele falou que a constituição óssea da mulher era inferior a do homem e por isso não podia liberar meu diploma. Com muita dificuldade, consegui um laudo médico (Medicina Legal) que afirmava que homem e mulher são iguais no que se refere à constituição óssea.

Devo dizer que isso não aconteceu no mesmo ano, pois ele sempre se negava a receber-me novamente, mas o Canor Simões continuava me ajudando e, quando consegui entregar a ele o dito laudo, ele riu e me perguntou: “E quando você estiver menstruada, como irá fazer para apitar sem provocar um vexame?” Respondi com outra pergunta: Sr Havelange, as nadadoras deixam de competir

por estar nesse período? Segundo consta, o senhor foi campeão de natação pelo Fluminense, suas colegas se ausentaram de alguma competição pelo dito motivo? Foi aí que o autoritarismo dele aflorou mais forte rebatendo-me: “Enquanto eu estiver a frente da entidade, nenhuma mulher joga, apita ou fará coisa alguma dentro do futebol”. Por que senhor? A resposta foi curta e grossa: “Porque eu não quero, e aqui mando eu”. Quase em tom de deboche, respondi: Se o senhor tivesse dito isso quando estive aqui pela primeira vez, eu já seria árbitra na FIFA, perdi quatro anos de trabalho por conta de seu autoritarismo, o senhor pode até mandar, mas acima do senhor tem alguém que vai resolver meu problema, o senhor verá!

Confesso que sai bastante triste, apesar de minha irreverência! Retornei para Belo Horizonte, confundida, decepcionada e bastante triste. Em casa, conversando com meus pais, fui orientada por meu pai a buscar ajuda do governo, já que eu havia sido convidada a representar o Brasil em uma competição internacional feminina, que seria, na época, realizada no México, em 1971. E como o futebol feminino era proibido, convidaram-me como árbitra, e o prazo estava encurtando para que eu me apresentasse naquele país.

Naquela época, o presidente Médice costumava governar o país um dia por semana em cada estado e, para sorte minha, ele estaria em Belo Horizonte. Sabia que seria difícil uma audiência com ele, mas não impossível! Fui à luta! Como rainha do Exército Mineiro, procurei o comandante do 12º RI (Décimo Segundo Regimento de Infantaria) e relatei a ele o ocorrido, pedindo-o para conseguir uma audiência com o Presidente Médice. O comandante observou que a agenda do presidente estava completa e que não seria possível! Ponderei com ele que eu precisava de tão somente 35 segundos e cobre o fato de ser a rainha do 12º RI, comandado por ele. O mesmo riu e disse que veria a possibilidade. Mais tarde ele me chamou dizendo que havia conseguido os 35 segundos.

Figura 14 – Foto Nr 2 do arquivo pessoal da autora do capítulo.



No dia da audiência, em uma sexta-feira, fui ao hotel Del Rey, onde se hospedava o presidente, confesso que estava nervosa e apreensiva, claro que temendo uma negativa. Afinal, o presidente tinha coisas mais importantes para tratar do que preocupar-se com um problema tão diminuto quanto o meu. Felizmente, ele me recebeu, sorriu; o que era pouco comum nele, e me disse: “Vou cronometrar seu tempo, comece!” Falei como uma metralhadora e ainda sobraram 10 segundos. Ao final, ele me deu um cartão, dizendo: “te espero segunda-feira, na Granja do Torto, em Brasília, para você esgotar o restante do tempo que você pediu”.

Foi o pior fim de semana de minha vida! Pensei em não ir, mas papai me encorajou com as palavras sábias de um pai: “Esta é a reta final, não vai desistir agora, lutou quatro anos e vai coroar sua luta agora. Se o presidente não fosse resolver seu problema ele não a

convidava para ir à Brasília! Com fé em Deus e a confiança que você sempre teve em si mesma, vá em frente”.

Meu pai era ex-combatente e passava conseguia transmitir segurança para nós, seus filhos. Em Brasília, fui recebida por ele na famosa Granja do Torto, onde depois de conversarmos por algum tempo, convidou-me para almoçar, mas não consegui comer nada. A vontade e a fome não faltaram...

Ao final, ele fez de próprio punho, um “bilhete” para Havelange, no qual dizia para ele liberar meu diploma. Quando terminou de escrever, ele me disse: “Vou enviar você para o Rio de Janeiro num avião nosso e lá terá alguém encarregado de te levar a sede da entidade, hoje é despedida de Pelé, da Seleção Brasileira, e Havelange viaja amanhã para a Europa, em campanha para a presidência da FIFA; e seu prazo, pelo convite que você recebeu, está quase terminando. Não entrega a ninguém esta carta, somente a ele e diz que há um enviado meu te acompanhando, esperando a resposta para me reportar.”

Agradei ao presidente Médice e sai de sua presença, com a esperança renovada e feliz. Meu pai, mais vez, estava certo. No Rio, comentei com Canor Simões o ocorrido e mostrei a carta do presidente, em seguida ele foi ao gabinete de Havelange dizendo que eu precisava falar com ele. Irritado, ele respondeu em alto e bom tom que não me receberia e que meu intento de ser arbitra já estava terminado. Canor disse a ele que eu tinha uma carta do presidente Médice; neste momento, ele pediu que a entregasse e ficou sabendo que tinha de ser em mãos e que havia alguém esperando a conclusão do encontro para comunicar ao presidente Médice. A essa altura, muito a contra gosto, ele mandou que eu entrasse e ao ler o que dizia a carta pediu ao Canor para reunir a imprensa que ele daria uma conferência.

Em seguida, na sala de imprensa, o muito cínico disse: “Tenho a honra de comunicar a toda a imprensa esportiva do mundo, que é em

minha gestão que sai a primeira arbitra de futebol para o mundo. Estou emocionado e feliz com este acontecimento”. Ele me prejudicou por quatro anos e me colocou na bandeja para a nata da imprensa esportiva mundial, justamente numa data tão importante como era aquela, nada menos que a despedida de Pelé de nossa Seleção Brasileira. Sou uma abençoada, depois de tanta luta consegui meu objetivo. Minha árvore estava plantada e eu espera que ela desse muitos frutos, que outras meninas buscassem no futebol uma profissão. Comecei, a partir daí, a lutar pelo futebol feminino.

Apesar do tropeço que tive em 1974, quando sofri um acidente no ônibus da empresa Cometa, esta de propriedade do homem que tanto me prejudicou (Havelange), tive minha carreira interrompida para sempre. Foram 98 cirurgias para não ter minha perna amputada e, posteriormente, tive de fazer outras, totalizando 102 cirurgias na perna esquerda, inclusive uma prótese de rotula que fui submetida nos EUA, mas não desisti de continuar incentivando as meninas.

Mas não deixei o sonho morrer e continuei minha luta em favor das meninas que queriam jogar futebol. E em 1979, resolveram liberar a prática do esporte-rei para as brasileiras. Em 1983, criei um time, o Equipe Futebol Clube, e ao mesmo tempo patrocinei a “Copa Lea Campos”, participamos também do campeonato mineiro. Entretanto, a alegria durou pouco, pois a Federação Mineira de Futebol (FMF) parou de apoiar o feminino, alegando que não tinha dinheiro e que não podia arcar com os custos.

Recentemente, a FIFA obrigou os clubes profissionais a terem uma equipe de futebol feminina. Tal obrigatoriedade era a condição para participar das competições patrocinadas pela entidade de âmbito mundial. Hoje, o futebol feminino e a arbitragem estão se impondo a nível mundial, mas não podemos baixar à guarda, a luta tem de ser continua, ainda falta muito caminho.

Minha inquietude não fora apenas com o futebol. Fui caminhoneira, fui mediadora de luta livre e box, sou trapezista, paraquedista e sou uma tremenda na cozinha. Comida, bolo decorado, doces e salgadinhos não me assustam. Trabalhei em vários restaurantes aqui em New York; entre eles, restaurantes de origem francesa, portuguesa, brasileira, argentina; e em New Jersey, trabalhei em um restaurante cubano.

Fiz um curso de decoração de bolos e, a partir dali comecei a fazer bolos para festas, aniversários, casamentos e até mesmo para restaurantes. Um deles foi o “Brazilian Grill”, em Newark - New Jersey. Também fiz comida para banquetes, além de nossos tradicionais salgadinhos e doces. Quero ter a chance de voltar a fazer tudo isso!

Meu marido costuma dizer que sou “polifacética”, que não tenho medo de desafios. Verdade, não tenho medo de desafios! Se a causa é nobre, vou em frente e luto, e todo não que encontro a minha frente, vou transformando em sim. Minha árvore tem raízes profundas e os frutos são duradouros e bons! Creio que a arbitragem feminina já esta estabelecida e respeitada, mas mesmo assim ainda temos de continuar apoiando as meninas, porque o machismo é muito grande e sempre buscam uma forma de ofuscar nossos sonhos, mas se queremos de verdade, chegaremos a meta, tenhamos essa certeza.

Em 2015, fui honrada, pelo Museu do Futebol de São Paulo, com o convite para fazer parte da “Visibilidade” para o futebol feminino, já que o museu até então se dedicava tão somente a historia masculina, hoje, graças a luta de algumas mulheres como Daniele Alfonsi, as mulheres têm seu espaço no referido museu, pois se entende que se é sobre futebol, nós mulheres fazemos parte também; quer seja jogando, dirigindo, treinando ou na arbitragem.

Em 2018, a Nike me honrou na Avenida Paulista, a mais importante via de São Paulo, com parte de minha historia na exposição que teve como título “As Loucas do Futebol”. Em 2019, o Google me

levou ao Brasil para um trabalho sobre o “Museu do Impedimento”, o que coroou minha carreira de forma indelével.

Uma coisa é estar no site de busca do Google; uma outra, bem diferente, é ser imagem da empresa. O Google mostra no *site* “*off side museum*” parte da história do impedimento da mulher no futebol do Brasil.

Devido à pandemia do corona vírus, meu esposo e eu enfrentamos uma situação difícil. Como muitos no mundo, ele perdeu o trabalho e, em consequência, perdemos o apartamento em que morávamos, por não ter como pagar o aluguel. A parte pior de todo esse problema, durante esse duro intervalo, ele foi diagnosticado com câncer de próstata e uma hérnia inguinal, foi submetido a duas cirurgias num espaço de um mês.

Costumo dizer que nem tudo de mal que nos acontece é de um todo negativo. Há o outro lado; e foi o que vi nessa pandemia. Com 75 anos, creio ter sido a maior homenagem que me fizeram.

Meninas e meninos da arbitragem, bem como dirigentes do esporte-rei, uniram-se numa proposta de Sérgio Corrêa, Leonardo Gaciba e Ana Paula, e criaram a campanha “Quarentena Solidária para Lea Campos”, com o objetivo de arrecadar dinheiro para socorrer-me, o que aproveitei esse momento para mais uma vez agradecer infinitamente o que foi feito.

Não alcançamos a meta, mas em breve conseguiremos alugar um quitinete.

Estes movimentos, além de emocionar-me muito, mostraram-me que o que fiz foi durante minha vida de árbitra foi positivo; não só as mulheres, mas os homens também me parabenizaram pelo meu pioneirismo, não tinha ideia do quanto eu sou querida.

Lutei por um objetivo, liberar uma profissão para as mulheres, abri uma porta por onde muitas passaram e outras ainda passarão, é um triunfo que me alegra e, ao mesmo tempo, envaidece-me. Jamais imaginei que poderia receber todo o apoio que recebi.

E sinceramente, fiquei entristecida em não ter, naquele momento de glória minha e intensa felicidade, alguns de meus conterrâneos, não havia nenhum presente, principalmente as meninas. Pela parte dos amigos profissionais, dos árbitros, recebi apoio de Márcio Santiago, Igor Benevenuto e Juliano Lobato da Federação Mineira de Futebol (FMF), além de Igor Monteiro, do futsal de Juiz de Fora. A eles, meu eterno agradecimento. As meninas de Minas não apareceram nem para me parabenizar pelo momento, mas tenho certeza que elas sabem que, se estão tendo oportunidade na arbitragem, elas sabem que foi graças a mim, este fato não tem como negar, pois é inegável.

Sei que ninguém é obrigado a ajudar ninguém, que o futebol estava parado, que todos enfrentamos situações difíceis; mas uma mensagem de apoio não custa dinheiro.

Repetiria tudo que fiz se necessário fosse, quando se tem uma meta, um ideal, deve-se lutar até conseguir! Somente os que lutam serão vencedores.

Tenho dois *slogans*, ambos de minha autoria, os quais norteiam minha vida: o primeiro é que “somente os que jogam a toalha antes de subir no “ring” perdem a luta”; o segundo é “se a mulher pode ter um filho, não há nada que ela não possa fazer.” Não posso deixar de fora tudo que norteou minha vida.

Na época de minha juventude, comecei a cantar e tive a oportunidade de apresentar-me em alguns programas de TV, como foi o caso do “Rio Hit Parade”, na TV Rio, um programa que era comandado por Murilo Nery. Nessa época, tive a chance de conhecer e conviver

com uma gama de artistas. Entretanto, meu pai, italiano ferrenho, proibiu-me de frequentar o meio artístico, dizendo que não era bom ambiente para uma senhorita de família. Continuei cantando, mas não profissionalmente, motivo que se tornou uma de minhas frustrações. No teatro, também tentei alguma coisa! Fiz o monólogo, “As mãos de Orides Fontela” e me atrevi a fazer “Otelo”, uma obra de Shakespeare, que fora a peça teatral mais difícil de minha vida, que me premiou com um convite para fazer um curso de artes cênicas, em São Paulo. Mais uma vez, meu pai disse que não; e como era menor, não podia fazer o que queria, só tinha de continuar seguindo a minha estrada.

Figura 15 – Foto Nr 3 do arquivo pessoal da autora do capítulo.



Na década de 60, participei de uma exposição sobre a conquista do espaço, desde os balões, 14 Bis até a conquista da Lua, com a “Apollo 11”, em julho de 1969. Meu trabalho chamou a atenção da NASA, que me fez um convite, intermediado pelo Consulado Americano do Rio de Janeiro, para fazer um curso com eles nos EEUU. E novamente, meu pai não permitiu, e toda minha família, de

forma uníssona, fez eco a proibição dele. Creio que poderia ter sido a primeira brasileira astronauta e a primeira mulher a ir à lua, mas... Acredito que foi para vingar-se pelo fato de eu ter feito paraquedismo, sem pedir a ele, pois já sabia que ele diria não.

Hoje, percebo que fui castrada em várias oportunidades, mas agradeço a Deus os pais que tive, pois tudo que fizeram foi certamente para proteger-me, mesmo em algumas vezes, prejudicando-me. Até hoje não consigo entender como ele aprovou minha vontade de ser arbitra de futebol e até me incentivou, aconselhava-me quando eu quase desistia. Isto foi importante para que eu seguisse em frente, nos caminhos de minha vida, no curso e na luta para obter meu diploma.

Sou jornalista, trabalhei na Rádio Mulher, em São Paulo, uma emissora pioneira que contava somente com mulheres. As técnicas, as programadoras, as locutoras, narradoras de futebol, comentaristas, entrevistas de campo e comentarista de arbitragem, até a motorista da Kombi, que nos levava para os estádios, era mulher. Éramos o "Clube da Luluzinha" homem não entra. Aliás, para não ser injusta, o proprietário da Rádio Mulher era um homem, o Sr. Roberto Montoro.

Havia outras mulheres que narravam, comentavam a parte técnica do jogo e até nas entrevistas de campo, mas para comentar os trabalhos do trio de arbitragem, a emissora contava apenas comigo. Nessa época, tive a honrosa oportunidade de conhecer a nata do esporte, no que se refere ao trabalho jornalístico. Fiz grandes amizades e cheguei a fazer parte do programa "Futebol e com o 13", que contava os fatos mais importantes da rodada anterior. Programa ao vivo, toda segunda-feira, era um bate-bola bem animado, onde discutíamos de tudo que envolvia o futebol.

Minha passagem na Rádio Mulher foi curta, pois recebi um convite da Rádio e TV Nacional, de Brasília; irrecusável! O salário era o dobro, teria um apartamento, a chance de chefiar uma equipe de

profissionais; enfim, muitas vantagens que me seduziram. Em meu contrato com a nova casa, assim como na anterior, tinha uma cláusula que me permitia viajar para atender os convites para apitar futebol.

Figura 16 – Foto Nr 4 do arquivo pessoal da autora do capítulo.



Na Rádio Nacional, não me dediquei somente ao esporte, fiz jornalismo eclético, foram muitas entrevistas a políticos, tornando-me amiga de alguns deles, como foram o ex-Ministro de Educação e Cultura e governador do Paraná, Ney Braga, Magalhães Pinto, Tancredo Neves etc.

Foi uma época que lembro com carinho e nostalgia. Morar em Brasília me ensinou como é viver numa cidade onde a maioria é formada por políticos, sem envolver-me com política. Foi uma época

de aprendizagem que até hoje valorizo muito. Aprendi o que não sabia e não entendia, aumentei meu universo de conhecimento.

Na cidade de Brasília, fiquei até 1974, ano em que passei o carnaval em Belo Horizonte, quando fui convidada para apitar jogos da AFA (Associação de Futebol da Argentina), pelo meu empresário, o uruguaio Juan Figer. Convite aceito para a arbitragem, e logo indo para São Paulo, em uma quarta-feira de cinzas, para assinar o contrato com meu empresário, o ônibus que me levaria a São Paulo se chocou na traseira de um caminhão, vindo a machucar-me, éramos, no total, 27 pessoas.

Em uma triste, ou feliz coincidência, fui levada a ser socorrida na terra de Pelé, na cidade de Três Corações. Era o esporte me perseguindo novamente! Depois de socorrida, fui levada para Belo Horizonte de ambulância e internada no Hospital Felício Roxo, contrariando a posição da empresa responsável pelo acidente (Viação Cometa), que insistia em internar-me no pronto Socorro local, sendo o traslado impedido pelos médicos e minha família.

Em 1978, entrei na justiça contra a empresa, e após quase 5 anos de briga judicial e ter ganho a causa na justiça de Minas, a empresa recorreu e o processo foi para o STF, momento este em que o juiz Oscar Dias Corrêa indeferiu o processo, alegando ter muitas páginas e que não poderia perder tempo, lendo-o! Perdi a causa contra a Cometa.

Assim funciona a lei brasileira: “para os amigos, as leis e os favores; aos inimigos, as leis e seus rigores”, e vai continuar assim por muito tempo, já que os juízes não julgam os interesses dos que ali buscam justiça e sim seus próprios, enquanto os juízes forem indicados por presidentes e amigos, não teremos uma justiça justa. A meu ver deveria haver um concurso para indicar os juízes do STF e STJ, seria a única maneira de termos uma justiça, talvez, igualitária.

Mudei para os Estados Unidos para terminar o tratamento de minha perna, pois necessitava de uma prótese de joelho; pois os entraves no Brasil eram muitos, por não ter um Seguro de Saúde adequado e o INSS que nem sempre nos atende como precisamos. Quando cobram, são supereficientes e, quando precisamos, são supernegligentes. Nesse pensar, não encontrei uma outra saída.

Já conhecia meu atual esposo de uma outra época. Nos reencontramos e resolvemos unir nossos sonhos, nossos pesadelos. Nos casamos e já fizemos Boda de Prata, já caminhamos um bom pedaço da estrada. Luís é jornalista, escritor e autor de minha biografia, que está prestes a virar filme pelas mãos de uma produtora americana.

Parece castigo, mas meu livro, patrocinado por Colômbia (terra de meu esposo), inclusive foi o Consulado Colombiano que ofereceu um cocktail para a "Noite de Autógrafos", onde vários cônsules estiveram presentes; porém, o cônsul brasileiro, Flávio Miragaia Perri, apesar de convidado, não compareceu, assim como os jornais brasileiros editados nos EEUU. Estiveram, ainda, presentes, a imprensa americana e hispana e alguns políticos locais. Vale ainda mencionar que minha biografia foi traduzida para o inglês também. O irônico, e ao mesmo tempo decepcionante nisso tudo, é saber que no Brasil, por não ter minha biografia publicada, as gerações atuais e futuras não saberão quem foi Lea Campos, a pioneira que lutou bravamente para que as mulheres pudessem jogar e também fazer parte da arbitragem.

Não me importo com as decepções que tive, e ainda as tenho! O que me deixa feliz é saber que tem muita mulher usufruindo dos caminhos que eu, durante minha vida como atleta, abri, o fiz; o que realmente é confortante é que ainda virão muito mais. Na vida nada é casualidade. Tudo que nos acontece tem um motivo, só que as vezes demoramos para entender, e o triunfo é o que coroa toda luta.

The background features a dark green color palette with various patterns. On the left, there is a large, faint circular graphic. The right side is dominated by a large, bold white number '8'.

8

Leandro de Lima e Silva

O FUTURO

DOI: 10.31560/PIMENTACULTURAL/2021.452.156-162

COMO VISLUMBRAMOS O FUTURO DOS ÁRBITROS DE FUTEBOL

Vislumbrar o futuro da arbitragem no futebol não é uma tarefa simples, considerando que, no transcurso desta obra, foram apresentados diversos dados e curiosidades inimagináveis, como por exemplo, que o jogo já existiu sem a figura do árbitro. Desde seu arcabouço até os dias atuais, o futebol vem sofrendo atualizações e se modernizando. O jogo se tornou uma entidade quase sagrada e hoje movimenta números inacreditáveis em todas as esferas, inclusive na financeira, onde chega a movimentar valores maiores que o PIB de diversas nações. São tantas evoluções e inovações tecnológicas que fica difícil imaginar o futuro. Fica difícil até de imaginar como um ser humano vai conseguir se preparar para passar por uma cobrança, quase sobre humana, como as exigidas nas análises dos lances nas partidas. Daí surgem diversas indagações: será que no futuro teremos arbitragem de forma humana? será que o jogo existira ou será virtual? E nessa linha de raciocínio, surgem diversas possibilidades. Haja vista que a tecnologia não parece ter limites e/ou entrou no âmbito esportivo com força total. Nesse pensar, enxergo que o VAR é só uma pitada do que o futuro pode nos reservar.


A inteligência artificial vem tomando um vulto tão grande, atingindo um nível de complexidade tamanho que, recentemente, a mídia noticiou a capacidade de um *software* aprender o timbre de um cantor falecido, a ponto de reproduzir uma música criada após a morte do mesmo, como se ele estivesse cantando em vida e com perfeição. Creio que, em breve, todos os lances analisados pelo VAR podem ser verificados pela inteligência artificial e, ao achar uma incorreção, o computador poderá notificar o árbitro central para que o mesmo vá ao visor checar o lance. É uma possibilidade de futuro que creio não estar distante.

Porém, para que esse momento de imaginação se tornasse o mais palpável e “realístico” possível, buscou-se ouvir personagens que estão mais próximos do futuro, isto quando o assunto é arbitragem. Aqueles que recebem os primeiros indícios de mudança, inclusive opinam em algumas situações para alterações nas regras e posturas em suas aplicações, estes que me refiro são os árbitros do quadro da FIFA. Então, nesta linha de raciocínio, abrimos aspas nessa obra literária para ouvir a opinião de um arbitro do quadro internacional sobre como eles vislumbram a arbitragem de futebol no futuro, tendo em vista as constantes inovações tecnológicas que vem sendo implementadas no futebol a cada dia.

COMO O SR BRUNO ARLEU DE ARAÚJO VISLUMBRA O FUTURO DOS ÁRBITROS DE FUTEBOL

Em entrevista a este autor, o árbitro FIFA Bruno Arleu de Araújo foi convidado a opinar sobre como ele vislumbra a arbitragem de futebol no futuro, tendo em vista as constantes inovações tecnológicas que estão sendo implementadas no futebol, a cada dia, e o nível sobre humano de exigência sobre as decisões no campo de jogo. Como pode estar este panorama no futuro? E o mesmo veio a posicionar-se da seguinte forma:

“Ao analisar esta pergunta, noto que ela está direcionada a duas vertentes. Uma relacionada à introdução da tecnologia no jogo de forma cada vez mais expressiva e aprimorada, e a outra em relação a preparação para atender à demanda de um jogo cada vez mais veloz e dinâmico.



Em relação à tecnologia, aos moldes do que vem acontecendo no contexto social atual, tenho uma suposição de que, infelizmente, da mesma maneira que vem acontecendo em algumas profissões que estão sendo afetadas pela inserção da tecnologia de forma positiva, também acarretam reflexos negativos, como por exemplo nos estacionamento, atendentes de *fastfood* e restaurantes, em que, infelizmente, o mercado de trabalho tende a diminuir. Faço essa relação com a inserção do VAR no futebol, que por mais que a exigência sobre a ferramenta já seja enorme, ela só tem 2 anos de implemento efetivo e está passando por diversas adaptações. Se pensarmos que não há muito tempo atrás, os árbitros atuavam hora como árbitro central, hora como árbitro assistente, e não se tinha a preocupação com a especialização específica para cada função. Hoje o VAR, com poucos anos de implementação, já está começando a se institucionalizar efetivamente com essa preocupação, já que recentemente foi criado um segmento de árbitros do quadro internacional especialistas em VAR. Essa é uma tendência em que, cada vez mais, a ferramenta tende a aprimorar-se, onde podemos vislumbrar a sua eficiência, já que mesmo nesse início, já não se observa erros na regra do impedimento, a não ser que haja erro humano na utilização da ferramenta. Neste sentido, creio que o quadro do VAR pode vir a contemplar futuramente árbitros que não estão mais atuando no campo, porém pelo seu notório saber e experiência, possam atuar como VAR.

Corroborando as informações supramencionadas, creio que em longo prazo, a evolução da ferramenta pode tirar um pouco a visibilidade da arbitragem do campo de jogo, sobretudo dos árbitros assistentes, que atualmente estão muito amparados pelo VAR. Cito a relevância do árbitro-assistente nos quesitos relacionados ao controle de jogo e no trabalho de equipe. Porém, para que o VAR não incorpore e ganhe mais terreno nas funções exercidas dentro do campo de jogo, temos de continuar trabalhando, treinando e aperfeiçoando de forma exacerbada, com afínco e esmero do ser humano, digo dos

árbitros. Só assim será possível que o VAR somente seja utilizado em situações específicas, previstas no protocolo, extremamente pontuais. Pois observo, em certas ocasiões, que a excelência da observação sobre humana do VAR nem sempre é bem aceita dentro de uma partida, cito por atletas, comissões técnicas, bem como, pelos espectadores. Fago este que vem, muitas vezes, a dificultar o controle do jogo pela equipe de arbitragem de campo, depois de uma decisão improvável. Nesta linha de raciocínio, introduzo o assunto da segunda vertente do questionamento inicial. A necessidade de uma profissionalização da arbitragem.

Hoje falando como um árbitro internacional do quadro da FIFA, afirmo: É quase impossível ter uma segunda profissão. O nível de exigência, necessidade de viagens para competições e treinamentos exigem muito tempo e dedicação. Um árbitro internacional atende aos protocolos e exigências de 4 instituições sendo elas: a federação estadual de filiação do árbitro, a confederação nacional, a confederação continental e a FIFA. Consequentemente, o árbitro vive para arbitrar e nada mais justo e razoável que o árbitro, alcançando tal nível de exigência, seja no mínimo semiprofissionalizado. Viabilizando essa possibilidade, ao menos um grupo de árbitros precisa ser profissionalizado, mesmo que isso contemple ao menos os árbitros que são atuantes na primeira divisão nacional. Quando falo dessa possibilidade, vislumbro-a em nível mundial, olhando pelo bem do esporte que, como se pode observar nos capítulos iniciais desta obra, movimentava valores maiores que o PIB de diversas nações pelo mundo.”

COMO O SR RODRIGO FIGUEIREDO HENRIQUE CORRÊA VISLUMBRA O FUTURO DOS ÁRBITROS DE FUTEBOL

Nos mesmos moldes do tópico anterior, o árbitro assistente do quadro da FIFA Rodrigo Figueiredo Henrique Corrêa foi convidado a explicar sobre como ele vislumbra a arbitragem de futebol no futuro, haja vista as constantes inovações tecnológicas que vem sendo implementadas no futebol a cada dia, e o nível sobre humano de exigência sobre as decisões no campo de jogo. Como pode estar este panorama no futuro? Vindo o mesmo a pautar a sua resposta em duas vertentes, as quais o entrevistado definiu como primeiro ponto e segundo ponto, como se segue:

“Primeiro ponto: A profissionalização! Vejo isso como o único caminho para que a arbitragem consiga evoluir a um nível profissional, conforme o futebol necessita. Ainda temos muito que esgotar no pilar humano, temos muito que extrair do árbitro, se conseguirmos evoluir nesse aspecto, criando condições, entre elas: estrutura para treinamento, treinamento contínuo, *staff* de preparadores (físico, técnico, fisioterapeuta, fisiologista, nutrólogo, entre outros), remuneração adequada e muitos mais, acredito que assim, como o jogador, o árbitro necessita de constante treinamento”.

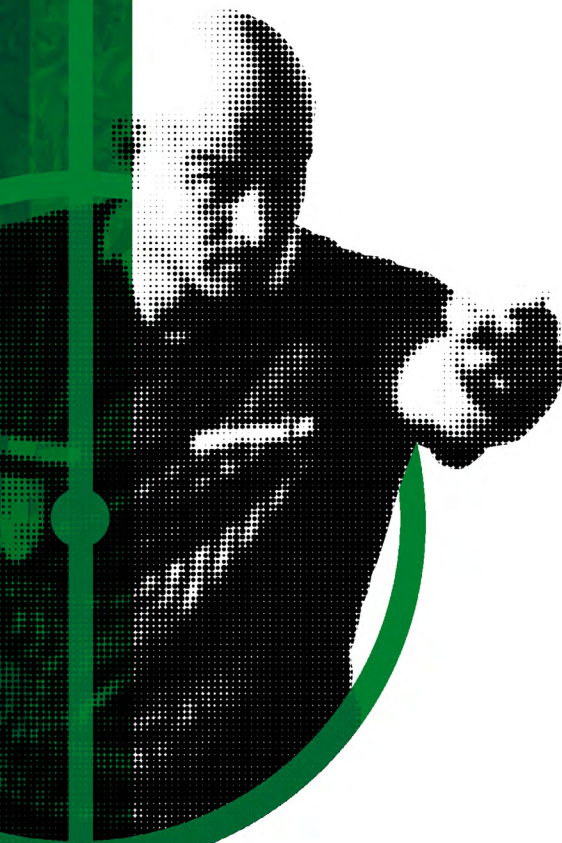
“Segundo ponto: A tecnologia aplicada ao futebol tem um viés de agir onde o olho humano não pode agir e, com isso, temos diversos mecanismos que podem ser inseridos na dinâmica do futebol. Acredito que muitos mecanismos e soluções virão, mas acredito que o árbitro e seus assistentes nunca serão substituídos, pois o jogo tem uma demanda muito grande por interpretações. Os assistentes precisam evoluir para, cada vez mais, participarem do jogo de maneira ativa, assistindo ao seu árbitro em vários aspectos, na leitura tática do jogo,

antecipação de deslocamentos, interpretações dentro da sua área de atuação e, obviamente, os impedimentos, pois nem todos serão validados pela tecnologia.”



REFERÊNCIAS

1. Ferreira ABdH. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2008.
2. FIFA C. FIFA Big Count 2006: 270 million people active in football. *FIFA Communications Division, Information Services* 2007; 31: 1-12.
3. Saldanha J. *O futebol*. Rio de Janeiro: Bloch Editores 1971.
4. Mazzoni T. *História do futebol no Brasil, 1894-1950*. Edições Leia, 1950.
5. da Silva AI, Rodriguez-Añez CR and Frómeta ERJJoPE. O árbitro de futebol—uma abordagem histórico-crítica. 2002; 13: 39-45.
6. Mallo J, Frutos PG, Juarez D, *et al*. Effect of positioning on the accuracy of decision making of association football top-class referees and assistant referees during competitive matches. *J Sports Sci* 2012; 30: 1437-1445. 2012/08/08. DOI: 10.1080/02640414.2012.711485.
7. Catterall C, Reilly T, Atkinson G, *et al*. Analysis of the work rates and heart rates of association football referees. *British journal of sports medicine* 1993; 27: 193-196.
8. Mohr M, Krustup P and Bangsbo J. Match performance of high-standard soccer players with special reference to development of fatigue. *J C Sports Sci*. 2003, p. 519-528.
9. Castagna C, Abt G and D’ottavio S. Activity profile of international-level soccer referees during competitive matches. *J Strength Cond Res* 2004; 18: 486-490.
10. D’ottavio S and Castagna C. Analysis of match activities in elite soccer referees during actual match play. *J Strength Cond Res* 2001; 15: 167-171.
11. FIFA. PRUEBAS FISICAS 2016 PROTOCOLO Y PARAMETROS. 2016, p. 1-33.
12. de Lima L, Godoy ES, Neves EB, *et al*. Frecuencia cardíaca y la distancia recorrida por los árbitros de fútbol durante los partidos: una revisión sistemática. 2019: 36-42.
13. Silva Ald. Reposição hídrica e gasto energético do árbitro de futebol no transcorrer da partida. 2008.



14. Mallo J, Navarro E, García-Aranda J-M, et al. Activity profile of top-class association football referees in relation to performance in selected physical tests. *Journal of Sports Sciences* 2007; 25: 805-813.
15. Weston M, Castagna C, Impellizzeri FM, et al. Ageing and physical match performance in English Premier League soccer referees. *Journal of Science and Medicine in Sport* 2010; 13: 96-100.
16. Silva RM. Análise do desempenho físico de árbitros de futebol durante as finais do campeonato goiano de 2016. 2016.
17. D'ottavio S and Castagna C. Analysis of match activities in elite soccer referees during actual match play. *The Journal of Strength & Conditioning Research* 2001; 15: 167-171.
18. Weston M, Castagna C, Impellizzeri FM, et al. Analysis of physical match performance in English Premier League soccer referees with particular reference to first half and player work rates. *Journal of Science and Medicine in Sport* 2007; 10: 390-397.
19. Cipriano PGdCL. *Avaliação da performance do árbitro de futebol 11: estudo de caso*. 2015.
20. da Silva AI, Fernandes LC and Fernandez R. Energy expenditure and intensity of physical activity in soccer referees during match-play. *Journal of sports science & medicine* 2008; 7: 327.
21. Da Silva AI, Fernandez R, De Oliveira MC, et al. Nível de desidratção e desempenho físico do árbitro de futebol no Paraná e São Paulo. *Rev Bras Fisiol Exerc* 2010; 9: 148-155.
22. goncalves dos Santos V, Navarro F and Dortas AG. O esforço físico realizado pelos árbitros em jogos oficiais do campeonato Baiano de futebol profissional. *RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol* 2012; 4.
23. Vieira CMA, Costa EC and Aoki MS. O nível de aptidão física afeta o desempenho do árbitro de futebol? *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte* 2010; 24: 445-452.
24. Krstrup P and Bangsbo J. Physiological demands of top-class soccer refereeing in relation to physical capacity: effect of intense intermittent exercise training. *Journal of sports sciences* 2001; 19: 881-891.
25. D'ottavio S and Castagna C. Physiological load imposed on elite soccer referees during actual match play. *Journal of Sports Medicine and Physical Fitness* 2001; 41: 27.

26. Castagna C, Abt G and D'ottavio S. Relation between fitness tests and match performance in elite Italian soccer referees. *The Journal of Strength & Conditioning Research* 2002; 16: 231-235.
27. Rebelo A, Silva S, Pereira N, et al. Stress físico do árbitro de futebol no jogo. 2002.
28. Weston M, Drust B, Atkinson G, et al. Variability of soccer referees' match performances. *International Journal of Sports Medicine* 2011; 32: 190-194.
29. Silva MLd. *Variação da capacidade de decisão dos árbitros de futebol em função da experiência e aptidão aeróbia*. 2014.
30. Reilly T and Gregson W. Special populations: the referee and assistant referee. *Journal of sports sciences* 2006; 24: 795-801.
31. Asami T, Togari H and Ohashi J. *Analysis of movement patterns of referees during soccer matches*. REILLY, 1988.
32. Da Silva AI and Rodriguez-Añez C. Ações motoras do árbitro de futebol durante a partida. *Treinamento Desportivo, Londrina: Editora Treinamento Desportivo* 1999; 4: 5-11.
33. Cerqueira MS, Silva Ald and Marins JCB. Análise do modelo de avaliação física aplicado aos árbitros de futebol pela FIFA. *Rev bras med esporte* 2011; 17: 425-430.
34. Oliveira MCd, Guerrero Santana CH and Barros Neto TLd. Análise dos padrões de movimento e dos índices funcionais de árbitros durante uma partida de futebol. *Fitness & Performance Journal* 2008; 7.
35. Johnston L and McNaughton L. The physiological requirements of Soccer refereeing. *Australian journal of science and medicine in sport* 1994; 26: 67-72.
36. Da Silva A, Fernandes L and Fernandez R. Time motion analysis of football (soccer) referees during official matches in relation to the type of fluid consumed. *Brazilian journal of medical and biological research* 2011; 44: 801-809.
37. Balikian Junior P, Lourenção A, Ribeiro LFP, et al. Consumo máximo de oxigênio e limiar anaeróbio de jogadores de futebol: comparação entre as diferentes posições. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte* 2002: 32-36.
38. Silva PRS, Romano A, Texeira AAA, et al. A importância do limiar anaeróbio e do consumo máximo de oxigênio (VO₂máx) em jogadores de futebol. *Rev bras med esporte* 1999; 5: 225-232.

39. Silva S, Pereira J, Kaiss L, et al. Diferenças antropométricas e metabólicas entre jogadores de futebol das categorias profissional, júnior e juvenil. *Revista Treinamento Desportivo* 1997; 2: 35-39.
40. Sousa MAM. Um olhar para os árbitros de futebol. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte* 2016; 6.
41. Riiser A, Andersen V, Castagna C, et al. The construct validity of the CODA and repeated sprint ability tests in football referees. *International journal of sports medicine* 2018; 39: 619-624.
42. Castagna C, Abt G and D'Ottavio S. Physiological aspects of soccer refereeing performance and training. *Sports medicine* 2007; 37: 625-646.
43. Boschilia B and Júnior WM. PARA SER "JUÍZ DE FUTEBOL": O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ÁRBITROS NO BRASIL. *The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE)* 2020; 12: 155-173.
44. Tubino MJG. *Metodologia científica do treinamento desportivo*. 1980.
45. Dantas EH. A prática da preparação física. *A prática da preparação física*. 1986, pp.325-325.
46. Lima e Silva L, Neves E, Silva J, et al. The haemodynamic demand and the attributes related to the displacement of the soccer referees in the moments of decision/intervention during the matches. 2020: 1-12.
47. Carvalho JTM, Ferreira JO, Santana RR, et al. LESÕES E SUAS CAUSAS EM PRATICANTES DE DIFERENTES MODALIDADES ESPORTIVAS. 2018.
48. Bompa TO. *Periodização: teoria e metodologia do treinamento*. Phorte, 2002.
49. Mallo J, Navarro E, Aranda JMG, et al. Activity profile of top-class association football referees in relation to fitness-test performance and match standard. *Journal of sports sciences* 2009; 27: 9-17.
50. DA SILVA AP. MR Injuries occurred with CBF football referees during the match, training and physical test. *Fisioterapia Brasil* 2011; 12: 267-272.
51. DE OLIVEIRA MC, DA SILVA AI and PAES MR. Incidência de lesão musculoesquelética em árbitros de futebol de São Paulo. *Revista Carioca de Educação Física* 2015; 10.
52. da Silva ML and Da Silva AI. Perfil antropométrico e capacidade física dos alunos da escola de árbitro de futebol do Ceará. *RBPFE-Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício* 2012; 6.

53. Ando S, Kokubu M, Yamada Y, *et al.* Does cerebral oxygenation affect cognitive function during exercise? 2011; 111: 1973-1982.
54. Pumpura J, Howorka K, Groves D, *et al.* Functional assessment of heart rate variability: physiological basis and practical applications. *International journal of cardiology* 2002; 84: 1-14.
55. Aubert AE, Seps B and Beckers F. Heart rate variability in athletes. *Sports medicine* 2003; 33: 889-919.
56. Camm AJ, Malik M, Bigger J, *et al.* Heart rate variability: standards of measurement, physiological interpretation and clinical use. Task Force of the European Society of Cardiology and the North American Society of Pacing and Electrophysiology. *Circulation* 1996; 93: 1043-1065.
57. Thayer JF, Åhs F, Fredrikson M, *et al.* A meta-analysis of heart rate variability and neuroimaging studies: implications for heart rate variability as a marker of stress and health. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews* 2012; 36: 747-756.
58. Allen B, Jennings JR, Gianaros PJ, *et al.* Resting high-frequency heart rate variability is related to resting brain perfusion. *Psychophysiology* 2015; 52: 277-287.
59. Alderman BL and Olson RL. The relation of aerobic fitness to cognitive control and heart rate variability: A neurovisceral integration study. *Biological psychology* 2014; 99: 26-33.
60. Helsen W and Bultynck J-B. Physical and perceptual-cognitive demands of top-class refereeing in association football. *Journal of sports sciences* 2004; 22: 179-189.
61. Lima e Silva L, Neves E, Silva J, *et al.* The haemodynamic demand and the attributes related to the displacement of the soccer referees in the moments of decision/intervention during the matches. 2020; 20: 219-230.
62. Ramaglia NMJCp. Expandindo fronteiras: gestalt-terapia aplicada em vários contextos. 2007; 15: 122-124.
63. MARKUNAS MJPdetepSPCdP. Periodização da preparação e do treinamento psicológico. 2003.
64. Weinberg RS and Gould D. *Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício*. Artmed editora, 2016.
65. Orlick TJPAA. Em busca da Excelência-. 2009.

66. Zinker JC. *A busca da elegância em psicoterapia*. Summus Editorial, 2001.
67. Ginger S. *Gestalt uma terapia do contato*. Summus Editorial, 1995.
68. de Almeida Barros JM. *Futebol: porque foi... porque não é mais*. Sprint, 1990.
69. Rubio KJRBdgycs. Origens e evolução da psicologia do esporte no Brasil. 2002; 373.
70. PINNA BDR, KOSUGI EMJABdOeCC-F and LESSA MM PF, ABRAHÃO M, CALDAS NETO SS, ORGANIZADORES. PRO-ORL Programa de Atualização em Otorrinolaringologia: Ciclo. Fisiologia nasal no esporte. 10: 111-133.
71. Cevada T, Cerqueira LS, Moraes HSd, et al. Relação entre esporte, resiliência, qualidade de vida e ansiedade. 2012; 39: 85-89.
72. Fabiani MT. Psicologia do Esporte: a ansiedade e o estresse pré-competitivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: EDUCERE 2009, pp.12337-12345.
73. Rami FdOR. Percepções do trabalho de psicologia do esporte em uma equipe feminina de handebol de um curso de medicina. 2017.
74. Evangelista PJAepoCdFeCdGeF. Interpretação Crítica da teoria de Campo Lewiniana a partir da Fenomenologia. 2010.
75. dos Santos JC and Serbena CAJPA. Grupo vivencial de sonhos na Psicologia Analítica como metodologia de trabalho em saúde mental. 2019; 36: 140-162.
76. Fadel FC and Pinheiro MEJInR. Gestalt-Terapia de Grupo: o que é isso? 2015; 12: 196-239.
77. Roldão MdCJRbde. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. 2007; 12: 94-103.
78. Lira WS, Cândido GA, Araújo GMd, et al. Processo de decisão do uso da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação* 2007; 12: 64-80.
79. Lima e Silva L, Neves E, Silva J, et al. The haemodynamic demand and the attributes related to the displacement of the soccer referees in the moments of decision/intervention during the matches. *International Journal of Performance Analysis in Sport* 2020; 20: 219-230.
80. FIFA. *REGRAS DO FUTEBOL*. Zurich, Suíça 2017-2017.

81. Lima e Silva L, Godoy E, Borba Neves E, et al. Frecuencia cardíaca y la distancia recorrida por los árbitros de fútbol durante los partidos: una revisión sistemática. *Archivos de Medicina del Deporte* 2018: In Press.

82. FIFA. IOVAÇÕES: Notícias sobre a implantação do VAR, <https://football-technology.fifa.com/en/innovations/video-assistant-referees/> (2019, accessed 27Maio 2019).

83. ALVAREZ L. MLS faz história do futebol com estreia de árbitros assistentes de vídeo, <https://www.si.com/tech-media/2016/08/19/mls-virtual-assistant-referees-debut> (2016, accessed 26 de janeiro 2019).

84. FIFA. TECNOLOGIA DE FUTEBOL, <https://football-technology.fifa.com/en/innovations/> (2019, accessed 26 de janeiro 2019).

85. Lavinás TDT. 'Herói' da seleção, ponto eletrônico é exaltado pelos jogadores, http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Times/Selecao_Brasileira/0,,MUL1195134-15071,00-HEROI+DA+SELECAO+PONTO+ELETRONICO+E+EXALTADO+PELOS+JOGADORES.html (2009, accessed 19 de junho 2020).

86. Filho MS. USO DE TECNOLOGIA NAS ARBITRAGENS DE FUTEBOL <http://albertohelder.blogspot.com/2010/01/uso-de-tecnologia-nas-arbitragens-de.html> (2010, accessed 15 de junho 2020).

87. Barros D. Guia do VAR: GloboEsporte.com explica tudo o que você precisa saber sobre o árbitro de vídeo, <https://globoesporte.globo.com/rj/futebol/noticia/guia-do-var-globoesportecom-explica-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-arbitro-de-video.ghtml> (2019, accessed 16 de junho 2020).

88. S.A. GCep. Fifa pagou para Irlanda não protestar contra mão de Henry, <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2015/06/fifa-pagou-para-irlanda-nao-reclamar-de-mao-de-henry-diz-dirigente.html> (2015, accessed 16 de junho 2020).

SOBRE O ORGANIZADOR



Leandro de Lima e Silva, MS

Mestre em Ciências do Exercício e do Esporte (UERJ); Doutorando em Ciências do Exercício e do Esporte (PPGCEE-UERJ); Graduado em Educação Física (CREF 043134-G/RJ); Árbitro de Futebol (FERJ); Pesquisador convidado no Laboratório do Exercício e do Esporte (LABEES-UERJ). <http://lattes.cnpq.br/4968431485885968>

[br/4968431485885968](http://lattes.cnpq.br/4968431485885968)

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS



Rodolfo de Alkmim Moreira Nunes, PhD

Doutor em Ciências da Saúde (UFRN); Mestre em Ciência da Motricidade Humana (UCB); Especializado em Medicina do Esporte (UFRGS); Graduado em Medicina (CRM: 574900); Graduado em Educação Física (CREF: 25315G/RJ); Coordenador e Pesquisador do Laboratório do Exercício e do Esporte (LABEES-UERJ); Professor Associado Procientista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Professor do Programa de Ciências do Exercício e do Esporte (PPGCEE-UERJ). <http://lattes.cnpq.br/5512484703392566>.



Joyce de Lima e Silva

Fisioterapeuta intensivista (CREFITO-2/217966-F); Pós-graduada em Fisioterapia intensiva (IFI); Pós-graduanda em Osteopatia (Escola de Osteopatia de Madrid); Especialização em quiropraxia (Francois soulier).



Jurandir Baptista da Silva

Mestre em Ciências do Exercício e do Esporte (UERJ); Doutorando em Ciências do Exercício e do Esporte (PPGCEE-UERJ); Graduado em Educação Física (FAMATH); Especialista em Biomecânica (UERJ); Especialista em Educação Física Escolar (UCAM) Pesquisador no Laboratório de Biodinâmica do Desempenho do Exercício e do Esporte (BIODESA – UCB); Pesquisador convidado no Laboratório do Exercício e do Esporte (LABEES-UERJ); Pesquisador no Instituto Kineo de Ensino e Pesquisa (KINEO). <http://lattes.cnpq.br/2885867214062494>.



Magna Leilane da Silva, MS

Mestre em Ciências do Desporto: Avaliação e prescrição na atividade física pela (UTAD); Doutoranda em Ciências do Desporto (UTAD) Especialização em Gestão Escolar (UFC); Especialização no Ensino da Educação Física (FFB); Graduada em Educação Física (UFC); Ex-Árbitra Assistente do quadro nacional (CBF). <http://lattes.cnpq.br/0073145089316393>.



Marta Aparecida Magalhães de Sousa

Graduada em Psicologia (CRP 06/24728-1); Graduada em Pedagogia (MEC 154879-LP); Especialista em Clínica Escolar Esportiva (Instituti SEDES Sapientiae); Psicóloga Esportiva da Comissão Nacional de Arbitragen (CONAF – CBF).



Guilherme Fischer Mascarenhas

Graduado em Psicologia (PUC-GO); Pós-graduando em Psicologia do Esporte (UNIBF) Pós-graduando em Psicologia das Organizações e do Trabalho (UNIBF); Atual headcoah de duas equipes de esportes eletrônicos. <http://lattes.cnpq.br/1841975681262220>.



Manoel Serapião Fiho

Bacharel em Direito (UCSAL); Pós-graduado em Direito Civil; Direito Penal; e Direito do Trabalho (UFBA); Ex-árbitro de grande vulto no quadro Internacional (FIFA); Juiz do Trabalho (TRT – BA); Ex-diretor da Escola Nacional de Arbitragem (ENAF – CBF); Atual Ouvidor de Arbitragem Comissão Brasileira de Futebol (CBF); Ex-membro do Conselho Consultivo Técnico de Arbitragem Internacional (IFAB); Autor do Projeto do VAR na CBF e adotado pela IFAB.



Edson Rezende Oliveira

Bacharel em Direito; Graduado em Administração Pública; Ex-delegado da Polícia Federal; Ex-presidente da Comissão Nacional de Arbitragem (CONAF – CBF); Atual Corregedor da Comissão Brasileira de Futebol (CBF).



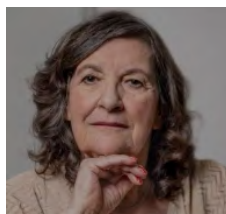
Marcelo de Lima Henrique

Bacharel em Serviço Social (UNINTS); Ex-árbitro do quadro Internacional (FIFA); Árbitro com maior idade a se manter atuando no quadro nacional de arbitragem (CBF); Subtenente do Corpo de Fuzileiros Navais.



Sergio Correa da Silva

Graduado em Tecnologia de Dados; Ex-árbitro de renome Nacional (CBF); Ex-presidente do Sindicato dos Árbitros de São Paulo (SAFESP); Ex-diretor da Escola Nacional de Arbitragem (ENAF – CBF) Ex-presidente da Comissão Nacional de Arbitragem (CONAF – CBF); Autor e editor de livros relacionados a arbitragem de futebol; Atual Chefe do Departamento de Arbitragem (CBF). Líder do Projeto VAR (CBF).



Lea Campos

Primeira Árbitra de Futebol Profissional da história, reconhecida mundialmente; Graduada em Educação Física (SAFET); Graduada em Jornalismo (SAFET).

ENTREVISTADOS



Bruno Arleu de Araujo

Bacharel em Direito (UNESA); Policial Militar (PMERJ); Árbitro Internacional (FIFA). Principais Competições:

- Campeonato Brasileiro;
- Árbitro da Final da Copa do Brasil - 2020.



Rodrigo Figueiredo Henrique Correa

Graduado em Administração (UVA); Especialista em Programação de Computadores (PUC-RJ); Consultor de Sistemas SAP (SAP); Árbitro Assistente Internacional (FIFA) Principais Competições:

- Mundial de clubes de 2018;
- Copa América 2019; e
- 5 finais em Campeonatos Brasileiro.

ÍNDICE REMISSIVO

A

aeróbico 42, 57, 58
 Alemanha 23, 24, 105, 130, 136
 arbitragem feminina 44, 100, 148
 árbitros 11, 13, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 78, 79, 83, 86, 88, 91, 94, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 113, 115, 117, 118, 119, 122, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 139, 140, 150, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 169
 árbitros de futebol 11, 13, 14, 28, 34, 35, 39, 42, 43, 49, 51, 52, 53, 64, 70, 71, 79, 111, 157, 158, 161, 164, 165, 166
 atividades criminosas 91, 92
 atletas 24, 26, 42, 63, 78, 79, 80, 81, 91, 92, 113, 117, 160
 autoritarismo 143, 144

B

Belo Horizonte 144, 154
 Brasil 13, 18, 21, 22, 23, 26, 29, 38, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 137, 138, 144, 149, 155, 163, 166, 168

C

Campeonato Brasileiro 23, 26, 44, 139
 campo de jogo 21, 25, 28, 30, 39, 61, 68, 112, 114, 115, 117, 135, 158, 159, 161
 CBF 23, 26, 27, 29, 45, 46, 48, 56, 64, 70, 75, 78, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108,

119, 121, 123, 124, 130, 131, 134, 137, 143, 166
 CODA 37, 45, 166
 comissão 20, 133
 controle emocional 72, 73, 74, 77, 78, 99, 104, 108

D

demanda física 18, 34, 43, 56, 63, 64, 67, 68
 desempenho físico 42, 46, 56, 164

E

Educação Física 10, 11, 12, 14, 49, 61, 62, 164, 166
 ENAF 27, 100, 102
 estresse 19, 31, 50, 67, 73, 74, 75, 76, 82, 112, 168

F

FIFA 12, 18, 19, 23, 26, 27, 34, 37, 43, 51, 55, 56, 58, 100, 101, 106, 107, 117, 121, 123, 124, 130, 131, 134, 136, 139, 144, 146, 147, 158, 160, 161, 163, 165, 168, 169
 FMF 143, 147, 150
 frequência cardíaca 35, 36, 39, 40, 42, 43, 51, 52, 54, 59, 60, 61, 67, 68, 69
 futebol 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 61, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 71, 76, 77, 78, 79, 86, 89, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 104, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 115, 116, 119, 121, 122, 123, 131, 132, 135, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 169

futebol feminino 45, 144, 147, 148

H

Holanda 23, 130

I

IFAB 23, 25, 26, 106, 121, 123, 124, 130, 131

L

lesões 64, 65, 80, 113

linguagem corporal 55, 68, 116, 117

linha do tempo 14, 17

Livro de Regras 28, 29, 76, 78

M

mulheres no apito 14

P

Pilar Físico 27, 28, 29, 33

Pilar Mental 27, 28, 31, 66, 87, 88

Pilar Social 27, 28, 30, 90, 93

Pilar Técnico 27, 28, 29, 110, 115, 116, 117

Portugal 23, 24, 105

prática esportiva 80, 85, 87

profissionais da arbitragem 76, 96, 112, 137

Psicologia do Esporte 70, 75, 76, 77, 88, 89, 166, 168

R

RADAR 44, 101

regras do jogo 13, 34, 53, 108, 111, 112, 115, 119, 121

RSA 35, 37

S

São Paulo 26, 70, 148, 151, 152, 154, 164, 166

SENAF 27, 47, 94, 96, 104

software 69, 138, 157

STJD 96

V

vantagens indevidas 91, 92, 93, 96

VAR 12, 14, 100, 105, 106, 107, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 157, 159, 160, 169

www.pimentacultural.com

A CARREIRA DO ÁRBITRO DE FUTEBOL

pilares e inovações